



UNIVERSIDADE DO GRANDE RIO – *Prof. José de Souza Herdy*

Reconhecida pela Portaria MEC 940/94 D.O.U. de 16 de Junho de 1994

PRÓ - REITORIA DE PÓS-GRADUAÇÃO E PESQUISA – PROPEP

## TESE

### **Aliança Para O Progresso, Geopolítica Do Conhecimento eo Ensino De Administração na década de 1960**

Doutoranda: Ana Paula Medeiros Bauer

Orientador: Drº Sergio Eduardo de Pinho Velho Wanderley

**Linha de Pesquisa:** Organizações, Sociedade e Desenvolvimento

Rio de Janeiro  
2021

**Ana Paula Medeiros Bauer**

**Aliança Para O Progresso, Geopolítica Do Conhecimento e o Ensino De Administração  
na década de 1960**

Tese apresentado à Universidade do Grande Rio  
“Prof. José de Souza Herdy”, como parte dos  
requisitos parciais para obtenção do grau de  
doutora em Administração.

Área de concentração: Gestão Organizacional

Orientador: Prof. Sérgio Eduardo de Pinho Velho  
Wanderley

**RIO DE JANEIRO**

**2021**

**CATALOGAÇÃO NA FONTE**  
**UNIGRANRIO – NÚCLEO DE COORDENAÇÃO DE BIBLIOTECAS**

- B344a Bauer, Ana Paula Medeiros.  
Aliança para o progresso: geopolítica do conhecimento e o ensino de Administração na década de 1960 / Ana Paula Medeiros Bauer. – 2021.  
116 f.: il.; 31cm.
- Tese (doutorado em Administração) – Universidade do Grande Rio “Prof. José de Souza Herdy”, Escola de Ciências Sociais e Aplicadas, Rio de Janeiro, 2021.  
“Orientador: Prof. Sérgio Eduardo de Pinho Velho Wanderley”.  
Referências: p. 108
1. Administração. 2.Gestão Organizacional. 3.Geopolítica. 4. Pesquisa. 5.História-ensino. I. Wanderley, Sérgio Eduardo de Pinho Velho.  
II.Universidade do Grande Rio “Prof. José de Souza Herdy”. III. Título.

CDD – 658

Ana Paula Medeiros Bauer

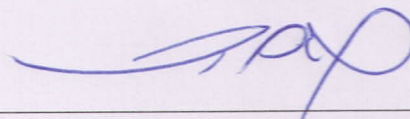
"Aliança Para o Progresso, Geopolítica do Conhecimento e o Ensino de Administração na década de 1960"

Tese apresentada à Universidade do Grande Rio "Prof. José de Souza Herdy", como parte dos requisitos parciais para obtenção do grau de Doutor em Administração.

Área de Concentração:  
Gestão Organizacional.

Aprovada em 26 de fevereiro de 2021

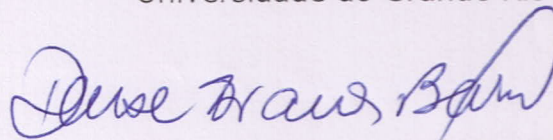
Banca Examinadora



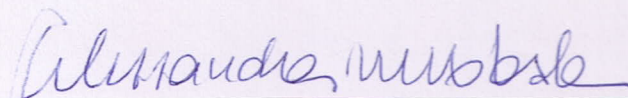
Prof. Dr. Sergio Eduardo de Pinho Velho Wanderley  
Universidade do Grande Rio - UNIGRANRIO



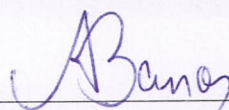
Prof. Dra. Ana Carolina de Gouvêa Dantas Motta  
Universidade do Grande Rio - UNIGRANRIO



Prof. Dra. Denise Franca Barros  
Universidade do Grande Rio - UNIGRANRIO



Prof. Dra. Alessandra de Sá Mello da Costa  
Pontifícia Universidade Católica - PUC/RJ



Prof. Dr. Amon Narciso de Barros  
Fundação Getúlio Vargas - FGV/EAESP

## AGRADECIMENTOS

O processo de doutoramento não é nada fácil! É uma trajetória individual que exige muita determinação, força e garra para chegar à conclusão. Mas, apesar da sensação de solidão, durante o caminho temos contato com pessoas que se tornam muito importantes e fazem com que essa caminhada seja mais leve e alegre. Dessa forma, gostaria de fazer um agradecimento aos participantes ativos dessa trajetória tão intensa.

Primeiramente agradeço às forças divinas visíveis e invisíveis que me guiaram e iluminaram durante esse tempo, direcionando meu discernimento para perceber as belezas do caminho e me fornecendo energia pra seguir nos momentos angustiantes.

Agradeço aos meus pais, Almir e Ana Cristina, à minha irmã Mariana e ao meu irmão Karl Heinz, por todo apoio! Vocês são essenciais na minha jornada, independente da escolha estão sempre ao meu lado e isso faz total diferença. Agradeço também aos amigxs queridxs e familiares, especialmente à Isabelle e Arthur por me escutarem e me ajudarem em momentos complexos.

Agradeço à querida amiga Vanessa Silva que acompanhou minha trajetória tão de perto, que muitas vezes trouxe inspiração e ânimo em períodos conturbados. Também agradeço por toda alegria compartilhada, os cafés com desabafos pelo centro do Rio, as viagens para congressos e os trabalhos conjuntos que ganharam rumos tão bacanas! Agradeço também à Luciana Marson, uma grande amiga que o doutorado me deu de presente, sempre tão generosa, empática e acolhedora sua presença nesse jornada me trouxe muita coragem, obrigada! Agradeço à Débora Vargas, um outro presente que o doutorado me trouxe, obrigada por todo suporte e boas conversas durante esse processo. Agradeço à minha turma de doutorado, Nair, Vânia, Leonardo, Luciano, Antônio, Luciana, uma turma leve e companheira, para mim as aulas de sexta do Professor Angilberto serão inesquecíveis, eram sextas sempre alegres. Agradeço também à Marcelo Boschi, que em uma tarde “qualquer” no PPGA me deu uma dica de ouro e me encaminhou para as pesquisas no arquivo do Ndoc, muito obrigada Boschi!

Agradeço aos amigxs que chegaram por meio de outra instituição, mas que foram muito importantes nessa trajetória: Renata Quelha, Cynthia Adrielle, Marcelo Silva, as conversas que tivemos ao longo desse caminho me ajudaram muito a compreender melhor minha pesquisa, a construir com mais direcionamento o meu trabalho. Amigxs queridxs que

fazem parte da minha história! Agradeço também à Marina Gonçalves que mesmo distante geograficamente, por conta do seu doutoramento, se fez presente nos momentos de alegria e nos momentos confusos.

Agradeço aos professorxs que tive a sorte de encontrar por esse caminho, vocês enriqueceram imensamente minha formação, obrigada Professora Alessandra Costa por compartilhar seus conhecimentos sobre pesquisa histórica, aprendi e aprendo muito com você! Obrigada Professora Denise Barros, mesmo sem ser sua aluna formalmente, seus conhecimentos me ajudaram a construir trabalhos melhores, suas orientações e dicas pelos corredores direcionaram um melhor caminho. Obrigada Professor Márcio Abdalla pelas conversas e discussões sobre o pensamento decolonial que por vezes é complexo e angustiante, mas que pode ser possível de se trabalhar. Obrigada Professor Marcus Hemais, pela generosidade na disciplina de Pós-Colonialismo e Decolonialismo, além do aprofundamento teórico, tivemos contato com pesquisadorxs que buscam fazer a diferença no campo de atuação, isso é inspirador. Essa disciplina foi um presente e alívio em tempos de pandemia do corona vírus. Obrigada Professor Amon Barros, por ser tão agregador e abrir caminhos, também não fui sua aluna, mas seu compartilhamento de recursos de pesquisa e de conhecimento me ajudaram significativamente nesse processo.

Agradeço aos arquivistas que ajudaram a encontrar documentos importantes para minha pesquisa, obrigada aos funcionários do Ndoc Rio de Janeiro e São Paulo pela paciência e presteza, obrigada aos servidores da Biblioteca Nacional e do Arquivo Nacional do Rio de Janeiro por ensinarem a fazer pesquisas nesses locais, obrigada aos servidores do Arquivo Central da UFRGS e da Faculdade de Ciências Econômicas por direcionarem a busca dos documentos. Também agradeço o retorno dos arquivistas do MEC (Ministério da Educação) aos emails enviados.

Gostaria de agradecer ao Grupo de Trabalho “Empresariado e Ditadura no Brasil” pelos profundos ensinamentos que constituíram meu processo de formação acadêmica nesse período, agradeço especialmente ao Professor Pedro Campos, Professor Renato Lemos e à Elaine Bortone pelo acolhimento e partilha do conhecimento. Agradeço também à Melissa Natividade pela generosidade em compartilhar os documentos de sua pesquisa sobre a Aliança para o Progresso.

Agradeço ao meu orientador Sergio Wanderley pelas oportunidades de crescimento acadêmico e por me apresentar a pesquisa histórica em administração e também o pensamento

decolonial, por meio deles fui construindo minha trajetória nesse período. Agradeço também ao PPGA- Unigranrio pela oportunidade de me doutorar com professorxs de excelência. Meu agradecimento especial à Michelle e João que durante suas atuações na secretaria, me salvaram por diversas vezes, tornando esse processo mais acolhedor e menos tenso.

Agradeço à Capes pelo apoio financeiro.

## RESUMO

A tese buscou compreender quais são os elementos/mecanismos de geopolítica do conhecimento que atuaram no ensino de administração nos anos 1960, mobilizados a partir da Aliança para o Progresso. Para isso, a pesquisa foi desenvolvida por meio de uma perspectiva histórica, o que auxiliou no entendimento e questionamento da organização dos cursos de administração no período estudado. Cabe aqui informar que esta pesquisa histórica foi realizada, não com a compreensão da história como uma ciência do passado, mas como uma ciência dos homens no tempo. Com isso, a pesquisa visou contribuir com os trabalhos preocupados em compreender a história do ensino em administração no Brasil. Já a base epistemológica do trabalho foi o projeto de investigação modernidade /colonialidade/ decolonialidade (MCD). Além disso, um dos principais conceitos que foram utilizados para realizar a pesquisa foi a geopolítica do conhecimento, que percebe no campo dos saberes a disputa pela posição dominante, ou seja, considera que é preciso que um conhecimento prevaleça sobre o outro para que a dominação, e assim, a colonialidade, possa se estabelecer. Quanto aos caminhos metodológicos, consistiram em pesquisa com arquivos, como fonte de dados e material bibliográfico, a partir da realização de uma leitura crítica histórica. Por fim, compreendeu-se que os elementos/mecanismos de geopolítica do conhecimento que atuaram no ensino de administração nos anos 1960, mobilizados a partir da Aliança para o Progresso, se encontraram na elaboração dos currículos, na organização dos cursos, no treinamento dos professores que foram liderados por instituições e professores estadunidenses, e também na escolha de uma instituição modelo. No entanto, também foi possível notar um exercício de pensamento de fronteira, onde existia a tentativa de desenvolver um diálogo entre as teorias modernas externas e as problemáticas locais.

**Palavras-chave:** História do ensino em administração, Aliança para o Progresso, Decolonialidade, Geopolítica do conhecimento, Pesquisa histórica em administração.



## **ABSTRACT**

The thesis sought to understand which are the elements / mechanisms of geopolitics of knowledge that acted in the administration teaching in the 1960s, mobilized from the Alliance for Progress. Thus, it aimed to contribute to the works concerned with understanding the history of teaching in administration in Brazil. Developing the objective of this research through a historical perspective helped to understand and question the organization of business courses in that period. Historical research was carried out, understanding history not as a science of the past, but as a science of men in time. This research is based on the epistemological basis of the research project modernity / coloniality / decoloniality (MCD). One of the main concepts that were used to carry out the research was the geopolitics of knowledge that perceives the dispute for dominance in the field of knowledge, that is, it is necessary that one knowledge prevails over the other so that domination and thus coloniality can be established. The methodological paths consisted of research with archives as a source of data, bibliographic material, carrying out a critical historical reading. It was understood that the elements / mechanisms of geopolitics of knowledge that acted in the administration teaching in the 1960s, mobilized from the Alliance for Progress, are found in the preparation of curricula, in the organization of courses, in the training of teachers who were led by American institutions and teachers. However, it was also possible to notice an exercise in frontier thinking, where there was an attempt to develop a dialogue between modern theories and local problems.

**Keywords:** History of management education, Alliance for Progress, Decoloniality, Geopolitics of knowledge

## **Lista de Siglas**

Alpro– Aliança para o Progresso

BID - Banco Interamericano para o Desenvolvimento

CASP - Country Analysis and Strategy Paper

CBAP - Comitê Central da Comissão Brasileira da Aliança para o Progresso

CIA - Central Intelligence Agency

CIAP - Comitê Interamericano para a Aliança para o Progresso

CIES - Conselho Interamericano Econômico e Social

COCAP –Comissão de Coordenação da Aliança para o Progresso

CONTAP –Conselho de Cooperação Técnica da Aliança para o Progresso

CONSULTEC - Sociedade Civil de Planejamento e Consultas Técnicas Ltda

DASP – Departamento Administrativo do Serviço Público

EUA – Estados Unidos da América

FGV – EAESP - Fundação Getulio Vargas - Escola de Administração de Empresas de São Paulo

FGV- EBAP – Fundação Getúlio Vargas - Escola Brasileira de Administração Pública

ICA- International Cooperation Administration

IDORT - Instituto de Organização Racional do Trabalho

ISEB - Instituto Superior de Estudos Brasileiros

MCD - Modernidade /Colonialidade/ Decolonialidade

MEC – Ministério da Educação e Cultura

MIT - Massachusetts Institute of Technology

OEA - Organização dos Estados Americanos

ONU – Organizações das Nações Unidas

SUDENE -Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste

UFBA - Universidade Federal da Bahia

UFMG - Universidade Federal de Minas Gerais

UFRGS - Universidade Federal do Rio Grande do Sul

UNE - União Nacional dos Estudantes

UNRISD - Instituto de Pesquisa das Nações Unidas para o Desenvolvimento Social

URSS - União das Repúblicas Socialistas Soviéticas

USAID - United States Agency for International Development

USOM - Missão Norte-Americana de Cooperação Técnica no Brasil

## **Lista de Quadros**

|   |            |
|---|------------|
| <b>Quadro 1 – Pesquisas sobre a história do ensino em administração .....</b>   | <b>28</b>  |
| <b>Quadro 2: Dados Analisados .....</b>   | <b>37</b>  |
| <b>Quadro 3 - Algumas Pesquisas sobre a Alpro no Brasil .....</b>   | <b>71</b>  |
| <b>Quadro 4: Projetos Aprovados (com convênios assinados) entre a COCAP e a USAID de março de 1962 até junho 1964 .....</b> | <b>80</b>  |
| <b>Quadro 5: Participações de Luís Simões Lopes .....</b>   | <b>99</b>  |
| <b>Quadro 6: Documentos referentes aos cursos .....</b>   | <b>101</b> |

## Lista de Figuras

|  |           |
|--|-----------|
| <b>Figura 1: A geografia do conhecimento na pesquisa histórica .....</b>   | <b>31</b> |
| <b>Figura 2: Tela SIAN .....</b>   | <b>42</b> |
| <b>Figura 3: Pesquisa Simples SIAN .....</b>                               | <b>43</b> |
| <b>Figura 4: Avanço da Pesquisa Simples no SIAN .....</b>                  | <b>44</b> |
| <b>Figura 5: Pesquisa no Arquivo Nacional .....</b>                        | <b>44</b> |
| <b>Figura 6: Pesquisa a priori na Biblioteca Nacional .....</b>            | <b>45</b> |
| <b>Figura 7: Identificação dos Arquivos Biblioteca Nacional .....</b>      | <b>46</b> |
| <b>Figura 8: Pesquisa no Núcleo de Documentação FGV .....</b>              | <b>48</b> |
| <b>Figura 9: Marcha da Família com Deus pela Liberdade .....</b>           | <b>52</b> |
| <b>Figura 10: Livreto IPES Como Lidar com os Comunistas .....</b>          | <b>52</b> |
| <b>Figura 11: The 'Fidelistas' of Brazil .....</b>                         | <b>53</b> |
| <b>Figura 12: Professores Estadunidenses no Brasil .....</b>               | <b>55</b> |
| <b>Figura 13: Programa de Quadros Técnicos .....</b>                       | <b>58</b> |
| <b>Figura 14: Surgimento da Revista de Administração de Empresas .....</b> | <b>58</b> |
| <b>Figura 15: Aprovação do Currículo da EBAP .....</b>                     | <b>59</b> |
| <b>Figura 16: Currículo Mínimo 1962 .....</b>                              | <b>60</b> |

|   |           |
|---|-----------|
| <b>Figura 17: II Encontro Nacional de Universitários de Administração .....</b>           | <b>61</b> |
| <b>Figura 18: Escola de Administração, UBA .....</b>                                      | <b>62</b> |
| <b>Figura 19: Curso de Pós-Graduação UBA .....</b>  | <b>63</b> |
| <b>Figura 20: Solicitação de Reconhecimento Escola de Administração do Ceará .....</b>    | <b>63</b> |
| <b>Figura 21: Currículo Mínimo Escola de Administração da UBA .....</b>                   | <b>65</b> |
| <b>Figura 22: Currículo Mínimo do curso de administração 1966 .....</b>                   | <b>66</b> |
| <b>Figura 23: Membros Boletim Capes .....</b>   | <b>69</b> |
| <b>Figura 24: Informação Semanal CBAP – O que é a CPBAP .....</b>                         | <b>79</b> |
| <b>Figura 25: Estudantes em Passeata em São Paulo contra os Acordos MEC-USAID85 .....</b> | <b>87</b> |
| <b>Figura 26: Marcha Doutrinária e Política da Aliança .....</b>                          | <b>87</b> |
| <b>Figura 27: Origens do Financiamento da Alpro .....</b>                                 | <b>88</b> |
| <b>Figura 28: Relação de Convidados .....</b>   | <b>89</b> |
| <b>Figura 29: Presença Estudantil .....</b>   | <b>90</b> |
| <b>Figura 30: Investimentos para Educação .....</b>                                       | <b>91</b> |
| <b>Figura 31: Objetivo 7 Aliança para o Progresso .....</b>                               | <b>92</b> |
| <b>Figura 32: Autorização para funcionamento – EAESP .....</b>                            | <b>93</b> |
| <b>Figura 33: Capacidade Financeira – apoio financeiro EAESP .....</b>                    | <b>94</b> |

|  |           |
|--|-----------|
| <b>Figura 34: Busca por apoio para Alpro no Brasil .....</b>                           | <b>95</b> |
| <b>Figura 35: Estratégias de divulgação da Alpro .....</b>                             | <b>96</b> |
| <b>Figura 36: III Jornada da Comissão Brasileira da Aliança para o Progresso .....</b> | <b>97</b> |

## Sumário

|          |   |            |
|----------|---|------------|
| <b>1</b> | <b>Introdução .....</b>   | <b>15</b>  |
| <b>2</b> | <b>Fundamentação Teórica .....</b>  | <b>17</b>  |
| 2.1      | A opção decolonial e sua contribuição para desvelar a história.....   | 17         |
| 2.2      | Pesquisa Histórica Em Estudos Organizacionais: Transitando Entre Metodologia E Arcabouço Teórico Epistemológico.....          | 23         |
| 2.3      | Seguindo uma decolonialidade na pesquisa histórica em organizações.....   | 30         |
| <b>3</b> | <b>Aspectos Metodológicos .....</b>   | <b>33</b>  |
| 3.1      | Apresentação dos arquivos .....   | 38         |
| 3.2      | A experiência nos arquivos .....  | 41         |
| <b>4</b> | <b>Análise .....</b>  | <b>50</b>  |
| 4.1      | Os acontecimentos da década de 1960 e o ensino de administração .....   | 50         |
| 4.2      | Os membros da Capes .....   | 67         |
| 4.3      | Aliança para o Progresso e a década do desenvolvimento: seu funcionamento no Brasil .....                                     | 70         |
| 4.3.1    | <i>A Aliança Para o Progresso e Luís Simões Lopes</i> .....   | 86         |
| 4.4      | A Geopolítica do conhecimento, Pensamento de Fronteira e Transmodernidade no desenvolvimento do ensino em administração ..... | 99         |
| 4.5      | O Poder da Onipresença dos arquivos da FGV sobre a construção das “narrativas da história do ensino em administração” .....   | 103        |
| <b>5</b> | <b>Considerações Finais.....</b>  | <b>104</b> |
| <b>6</b> | <b>Referências .....</b>  | <b>107</b> |
|          | <b>Apêndice 1: Dados coletados .....</b>  | <b>115</b> |



## 1. Introdução

A década de 1960 foi marcada por diversos eventos que impactaram o desenvolvimento das economias dos países do chamado Terceiro Mundo. Em um contexto de disputa entre projetos político-econômicos, de um lado estava o modelo comunista soviético e de outro o modelo capitalista estadunidense. Eleita pela Organização das Nações Unidas (ONU) como a década do desenvolvimento (Decade of Development), segundo Natividade (2018), a década de 1960 é citada por Spohr (2016) como conturbada no Brasil e no mundo. Por essas disputas e contradições, a década de 1960 desperta interesses de investigação, assim como considera Spohr (2016).

Marcados pelo papel de destaque dos Estados Unidos da América (EUA) em relação à expressividade crescente da política soviética, os anos de 1960 motivaram diversos estudos historiográficos (SPOHR, 2016). No Brasil, o início dessa década “corresponde ao o que talvez tenha sido a mais intensa fermentação ideológica e política da história de um país que então se politizava” (STARLING, 1986, p. 19). O movimento de mudança e esperança no porvir que cercava o país tinha sua base na década anterior, na promessa do novo: Bossa Nova, Cinema Novo, Nova Capital, ou seja, a valorização do nacional, a perspectiva de um novo Brasil, idealizado aos moldes desenvolvimentistas por Juscelino Kubitschek (STARLING, 1986).

Além desse clima de entusiasmo com a esperança do novo, existia também uma forte vontade de participação política expressa por diversos setores sociais que visavam um processo de transformação do país (STARLING, 1986). Essa agitação e intenso movimento na cena política também tiveram suas influências na Revolução Cubana, que representou para a juventude brasileira “com extraordinária nitidez a fusão entre a possibilidade de transformação, a vontade participativa da população e a soberania nacional” (STARLING, 1986, p. 21).

No Brasil, o início da década suscitava um grande incentivo ao desenvolvimento de um pensamento nacional que buscasse refletir a realidade local. O governo João Goulart, por exemplo, enquanto nacional desenvolvimentista, atuou e desenvolveu políticas que apoiavam e financiavam o fortalecimento nacional de brasileiros para brasileiros (DELGADO 2010). Alguns meses antes do início do governo de João Goulart, em 1961, assumia o governo dos Estados Unidos John F. Kennedy, que surgia como um grande ator político na luta travada

contra a influência de Fidel Castro após a implementação do regime comunista em Cuba (SPOHR, 2016).

O então presidente dos EUA detinha o entendimento de que era necessário ampliar a aceitação de seu país na América Latina para que a onda comunista não prosseguisse (SPOHR, 2016). Dada essa consciência contextual, os EUA lançaram, ainda em 1961, a Aliança para o Progresso (Alpro) – programa criado para desenvolver a América Latina, por meio dos mecanismos estadunidenses, visando conter o avanço de ideias ligadas a um outro tipo de desenvolvimento que não coadunasse com o modelo capitalista estadunidense (SPOHR, 2016). A Alpro teve o intuito de prover investimentos para países de Terceiro Mundo que pudessem ser uma ameaça à, até então, soberania capitalista. Esses investimentos foram realizados em diversos setores da economia e da sociedade, incluindo o setor da educação.

Além desse contexto social e político, na década de 1960, o ensino de graduação em administração no Brasil também passou por eventos críticos que foram importantes para o desenvolvimento dos cursos, como a expansão dos cursos de administração; o reconhecimento da profissão com a Lei nº 4769 de 9 de setembro de 1965; e a aprovação do currículo mínimo dos cursos de administração em 1966. Nesse período, também houve uma expansão dos cursos de administração, não só em quantidade, mas também em extensão geográfica, com a expansão do sudeste para o nordeste e sul do país (MACHADO, 1966). Afinal, o ensino de administração era considerado um setor educacional de grande valia para o modelo de desenvolvimento social e econômico que se pretendia implementar (CAPES, n 91-92, 1960). Diante disso, nota-se a necessidade de se investigar mais sobre os mecanismos e projetos de intervenção que atuaram na década de 1960 e seus impactos na educação em administração.

Dessa maneira, esta tese buscou contribuir com os trabalhos preocupados em compreender a história do ensino em administração no Brasil, tendo como **objetivo compreender quais são os elementos/mecanismos de geopolítica do conhecimento que atuaram no ensino de administração nos anos 1960, mobilizados a partir da Aliança para o Progresso**. Com isso, a tese proposta é que a dinâmica da geopolítica do conhecimento, gerada pela Aliança para o Progresso na década de 1960, acarretou em uma (re)organização do ensino em administração.

Para tanto, esta tese partiu de uma base epistemológica decolonial, procurando desenvolver uma pesquisa histórica preocupada em desvelar os silêncios provocados pela colonialidade. Nesse sentido, como a pesquisa adotou um entrelaçamento entre o referencial teórico, a metodologia e a análise, essa base epistemológica gerou uma certa dificuldade em estruturar o trabalho em um modelo tradicional, pois os elementos estavam imbricados. Diante disso, busquei me apropriar do conceito de geopolítica do conhecimento, que visa compreender como o conhecimento é gerado e disseminado, porquê, quando e por quem (MIGNOLO, 2009). Logo, estudar a geopolítica do conhecimento também implica em estar atenta aos interesses e propósitos que permeiam a ação, um pronunciamento, ou, um projeto, notando o que é enaltecido e o que é silenciado (MIGNOLO, 2009).

## **2. Fundamentação Teórica**

Nesta seção apresento os arcabouços teóricos que embasaram o desenvolvimento desta tese. Dessa maneira, respeito a seguinte organização: primeiro apresento a base epistemológica que guiou o trabalho, na subseção denominada “A opção decolonial e sua contribuição para desvelar a história”. Em seguida, apresento a pesquisa histórica em organizações. Por fim, discuto a questão decolonialidade na pesquisa histórica em organizações.

### **2.1 A opção decolonial e sua contribuição para desvelar a história**

O projeto de investigação modernidade/colonialidade/decolonialidade (MCD) foi desenvolvido por pesquisadores, principalmente latino americanos, comprometidos com o objetivo de “substituir a universalidade eurocêntrica e criar condições para um mundo no qual muitos mundos e conhecimentos possam coexistir” (FARIA, 2013, p. 278). A constituição do grupo MCD se deu por meio do rompimento com os estudos subalternos latino-americanos, pois havia uma necessidade latente de transcender epistemologicamente e se notava que era preciso radicalizar a crítica ao eurocentrismo (BALLESTRIN, 2013).

Nesse sentido, a superação da colonialidade se apresenta como um desafio a ser levado em conta pelas ciências sociais e pela teoria política estudada no Brasil (BALLESTRIN, 2013). Ao longo da década de 1990, o grupo MCD foi se estruturando a partir de diversos seminários, diálogos simultâneos e publicações de livros e artigos (BALLESTRIN, 2013).

Dessa forma, o grupo “compartilha noções, raciocínios e conceitos que lhe conferem uma identidade e um vocabulário próprio, contribuindo para a renovação analítica e utópica das ciências sociais latino-americanas do século XXI” (BALLESTRIN, 2013, p. 98-99).

Um dos principais conceitos desenvolvidos no projeto de investigação é, dentre outros, a geopolítica do conhecimento, que percebe no campo dos saberes a disputa pela posição dominante, ou seja, considera que é preciso que um conhecimento prevaleça sobre o outro para que a dominação, e assim, a colonialidade, possa se estabelecer (MIGNOLO, 2009). Portanto, trabalhar com a perspectiva decolonial nos estudos do ensino em administração se faz necessário para colaborar com a busca sobre o entendimento do passado, para iluminar e buscar alinhar o futuro com as necessidades reais do presente (ABADALLA e FARIA, 2017).

Deve-se compreender a geopolítica do conhecimento transferindo a atenção daquilo que foi e é tido como legítimo e reconhecido percebendo quais são interesses que sustentam o discurso enunciado (MIGNOLO, 2008). O conceito de geopolítica do conhecimento reconhece que determinados conhecimentos são privilegiados enquanto outros são silenciados e por conta dessa dinâmica a coexistência de mundos, realidades e conhecimentos se torna enfraquecida (MIGNOLO, 2008). Portanto, Mignolo (2008, p. 226) aponta que “em essência, a geopolítica do conhecimento organiza-se em torno da diversificação, ao longo da história, das diferenças coloniais e imperiais”. O autor compreende que o silenciamento de saberes e o enaltecimento de outros, tem relações com os projetos de desenvolvimento implantados nas nações subalternas, “a expansão do capitalismo ocidental implicou a expansão da epistemologia ocidental em todas as suas ramificações, da razão instrumental que acompanhava o capitalismo e a revolução industrial, as teorias do Estado, a crítica do capitalismo e do Estado” (MIGNOLO, 2008, p. 227).

A modernidade também tem um importante papel nessa dinâmica de encobrimento de outros saberes que não seja convenientes ao capitalismo ocidental, esse projeto vem carregado de determinações que indicam o que é o ideal para se alcançar o desenvolvimento, não levando em consideração as especificidades locais, ou seja, o lócus de enunciação dessa modernidade não é refletido (MIGNOLO, 2008). Se atentar para o lócus de enunciação é importante para encarar a “diferença entre centro e periferia, entre a crítica eurocêntrica do eurocentrismo e a produção de conhecimento por parte daqueles que participaram da construção do moderno/colonial e aqueles que foram deixados fora da discussão” (MIGNOLO, 2008, p. 231). A modernidade está intrinsecamente relacionada com a

colonialidade, se refletindo como um desdobramento dela. O conceito de Colonialidade foi introduzido pelo sociólogo peruano Anibal Quijano, entre o fim da década de 1980 e início da década de 1990 e foi posteriormente elaborado também por Walter Mignolo (MIGNOLO, 2017). Mignolo (2017, p.2), entende a colonialidade “como o lado mais escuro da modernidade”, a globalização tem dois lados: o da narrativa da modernidade e o da lógica da colonialidade. (MIGNOLO, 2017, p.3)

“a modernidade é uma narrativa complexa, cujo ponto de origem foi a Europa, uma narrativa que constrói a civilização ocidental ao celebrar as suas conquistas enquanto esconde, ao mesmo tempo, o seu lado mais escuro, a “colonialidade”. A colonialidade em outras palavras, é constitutiva da modernidade – não há modernidade sem colonialidade. Por isso, a expressão comum e contemporânea de “modernidades globais” implica “colonialidades globais” (MIGNOLO, 2017, p.2)

Na colonização controle e administração significavam que os atores e as instituições que construía o jogo também estabeleciam suas regras, sobre as quais as lutas para o poder decisório se desdobrariam. Os africanos e os indígenas estavam excluídos desse processo. Os desenhos globais e sua implementação eram projetados pelas nações europeias do Atlântico (MIGNOLO, 2017, p. 5).

Compreender que a colonialidade vai além dos aspectos econômicos e políticos, é necessário para reconhecer a existência de uma geopolítica do conhecimento,

“o fundamento do conhecimento que era e ainda é oferecido pela história da civilização ocidental em seu complexo e amplo leque de possibilidades forneceu a conceituação (da direita e da esquerda) e permaneceu dentro do quadro da linguagem da modernidade e da civilização ocidental” (MIGNOLO, 2008, p. 231-232).

Pensar em conhecimento, é buscar compreender o que é produzido pelo centro e tentar aplicar na periferia, a geopolítica do conhecimento, demarca o espaço e os papéis de quem o produz e de quem o consome:

“O mundo tornou-se impensável para além da epistemologia europeia (e, depois, do Atlântico Norte). A diferença colonial marcou os limites do pensamento e teorização, a menos que a epistemologia moderna (filosofia, ciências sociais, ciências naturais) fosse exportada para os lugares onde o

pensamento era impossível (porque era folclore, magia, sabedoria e coisas semelhantes)” (MIGNOLO, 2008, p. 257).

Além disso, ao falar de geopolítica do conhecimento tendo o intuito de elevar a coexistência de diversos saberes, é preciso também abordar os aspectos do pensamento de fronteira (border thinking), diferença colonial e transmodernidade, elementos importantes do projeto MCD. O pensamento de fronteira foi definido como “um outro pensamento” de diferentes locais” que advém de uma epistemologia da exterioridade, “implantada por indivíduos e coletivos que conseguem construir uma agência a partir da diferença colonial” (FARIA, 2013, p. 284).

Por sua vez, a ‘diferença colonial’ é um exercício de ir à ‘borda’ e voltar para o interno, buscando produzir um outro conhecimento, levando em consideração toda a bagagem acumulada. Faria (2013, p. 284), aponta que “a diferença colonial envolve rearticular fronteiras internas e externas”, mas não se caracteriza como a junção de conhecimentos ou complementariedades, mas sim o desenvolvimento de um outro conhecimento produzido pela periferia acadêmica. Já a transmodernidade indica e engloba todos os aspectos além e anterior às estruturas valorizadas pela cultura moderna européia-norteamericana, ou seja, busca promover um diálogo intercultural abrangendo e acolhendo todos os saberes existentes (DUSSEL, 2011).

Outra preocupação que atinge a construção do pensamento de fronteira é o poder de agência dos indivíduos ou das coletividades (FARIA, 2013). Como fazer com que esse conhecimento seja reconhecido e legítimo no meio dominante é uma inquietação do constructo. Faria (2013, p. 283) aponta que um grande desafio do pensamento de fronteira “informado pela transmodernidade é fazer processos visíveis através dos quais indivíduos e coletividades conseguem superar a diferença colonial e criar algum grau de agência”.

Transmodernidade é um conceito, construído pelo filósofo argentino Enrique Dussel, e que se faz importante para se compreender o pensamento de fronteira. Grosfoguel (2009, p. 75) aponta que:

“Ao contrário do projeto de Habermas, em que o objetivo é concretizar o incompleto e inacabado projeto da modernidade, a transmodernidade de Dussel visa concretizar o inacabado e incompleto projeto novecentista da descolonização. Em vez de uma única modernidade, centrada na Europa e

imposta ao resto do mundo como um desenho global, Dussel propõe que se enfrente a modernidade eurocentrada através de uma multiplicidade de respostas críticas descoloniais que partam das culturas e lugares epistêmicos subalternos de povos colonizados de todo o mundo” (GROSFOGUEL, 2009, p. 75).

Grosfuguel (2009, p. 74) entende pensamento de fronteira como uma “resposta epistêmica do subalterno ao projeto eurocêntrico da modernidade”. Buscando não assumir uma postura de rejeição da modernidade, o constructo pensamento de fronteira busca redefinir:

“a retórica emancipatória da modernidade a partir das cosmologias e epistemologias do subalterno, localizadas no lado oprimido e explorado da diferença colonial, rumo a uma luta de libertação decolonial em prol de um mundo capaz de superar a modernidade eurocentrada” (GROSFOGUEL, 2009, p. 74).

O autor aponta que o pensamento de fronteira busca construir uma redefinição da cidadania e da democracia, dos direitos humanos, das relações econômicas para tudo aquilo que foi imposto como definição universal pela modernidade “é uma resposta transmoderna decolonial do subalterno perante a modernidade eurocêntrica” (GROSFOGUEL, 2009, p. 74). Nesse sentido, vale ressaltar que o pensamento de fronteira e a transmodernidade não tem o intuito de rejeitar e romper com os constructos estrangeiros, mas sim de colocá-los em lugar subsidiário sem dominar a área do conhecimento. Buscando dialogar os conhecimentos, permitindo a coexistência.

Faria (2013) corrobora discorrendo sobre a hegemonia eurocêntrica que é resultado simultâneo da “negação da produção do conhecimento aos povos conquistados e repressão dos modos tradicionais de produção do conhecimento, com base na relação de inferioridade de superioridade imposta pela estrutura hierárquica (e racial)” (FARIA, 2013, p. 279-280). Portanto, é necessário mudar a perspectiva de pensamento, passando do universalismo para pluriversalismo e da modernidade para transmodernidade (FARIA, 2013). Perceber que existem diversos mundos e lógicas de organização, assim como inúmeras possibilidades de se desenvolver a modernidade, é um caminho para atuar com um pensamento fronteiriço.

Dessa forma, construir um conhecimento ou reflexão pautada no pensamento de fronteira é assumir uma epistemologia de fora, mas produzida no interior, isto é, “do externo gerado a partir do interno” (MIGNOLO e TLOSTANOVA, 2006, p. 206). É um exercício de

ida e volta ao local de onde o conhecimento é produzido, o encontro entre as “bordas” que gera o ‘outro’ conhecimento. O “críticopensamento de fronteira” é assumido por Mignolo e Tlostanova (2006. p. 206), como um pensamento “baseado nas experiências das colônias e dos impérios subalternos”, que fornece uma “epistemologia que foi negada pela expansão imperial”. O pensamento de fronteira traz à superfície diferentes atores do campo, que desenvolvem teorias e ideias de conhecimento buscando enaltecer vozes detidas, deslocando da modernidade europeia a legitimidade exclusiva de articular conceitos e teorias, buscando capacitar aqueles que foram “desempregados pelo ego e pela política do conhecimento” (MIGNOLO e TLOSTANOVA, 2006, p. 207). Portanto,

“A mudança epistêmica decolonial não está mais fundamentada nas categorias de pensamento grega e latina que informou a epistemologia moderna (desde o Renascimento) nas seis línguas imperiais (italiano, espanhol e português para o Renascimento, francês, inglês e alemão para o Iluminismo), mas nas fronteiras epistêmicas entre as categorias imperiais europeias e as e categorias que a epistemologia moderna descartou como epistemologicamente não sustentável (por exemplo, mandarim, japonês, russo, hindu, urdu, aymara, náuatl, wolof, árabe, etc.)” (MIGNOLO; TLOSTANOVA, 2006, p. 207).

Também é relevante destacar que as fronteiras da “borda” não são só geográficas, mas também políticas, subjetivas e epistemológicas, implica que nelas existem indivíduos dotados de saberes como “línguas, religiões e conhecimentos de ambos os lados ligados através de relações estabelecidas pela colonialidade do poder” (MIGNOLO; TLOSTANOVA, 2006, p. 208). Dessa forma as Fronteiras, não são um desdobramento dos processos históricos naturais da humanidade, mas sim, criados na própria constituição do mundo moderno (MIGNOLO; TLOSTANOVA, 2006).

Nesse sentido, desvendar a geopolítica do conhecimento que se articulava no período de 1960 se torna um dos resultados desta tese, se apoiando nos conceitos de pensamento de fronteira e transmodernidade que forneceram um posicionamento epistemológico diante dos dados que foram coletados no campo. Os elementos do projeto MCD auxiliaram na análise do ensino de administração no período destacado, buscando compreender qual modelo de ensino se torna o ‘legitimado’, porquê e quais foram os mecanismos, articulações, relações e projetos desenvolvidos para a consolidação desse modelo de ensino em administração nos anos 1960. Essas são algumas questões que o estudo pretendeu (des)velar buscando contribuir para a historiografia já iniciada sobre a história do ensino em administração, sem ter a pretensão de



ser tornar a única história ou ‘A história legítima’, mas sim colaborar com mais uma história possível sobre o ensino de administração.

## **2.2 Pesquisa Histórica Em Estudos Organizacionais: Transitando Entre Metodologia E Arcabouço Teórico Epistemológico**

A pesquisa histórica em administração vem sendo discutida no campo dos estudos organizacionais há pouco mais de dez anos, com a chamada “virada histórica” (*historic turn*), que levou pesquisadores e pesquisadoras da área a buscarem um estreitamento das relações entre a história e a administração (CLARK e ROWLINSON, 2004). No entanto, existe um debate no campo que questiona essa “virada” e aponta que talvez o termo “virada histórica” tenha sido mal rotulado, pois depende muito do que é visto como história (MILLS, SUDDABY, FOSTER e DUREPOS, 2016).

Os autores abordam sobre a possibilidade de um “retorno histórico” (*historic return*), ao invés de “virada histórica” (*historic turn*), já que desde meados da década de 1980 já se incluía várias referências à história na compreensão do campo em administração (MILLS, SUDDABY, FOSTER e DUREPOS, 2016). Tal contexto também é percebido no Brasil, conforme apontam Wanderley, Barros, Costa e Carrieri (2016), onde a história do ensino em administração e administração pública brasileira já era investigada desde o fim da década de 1950 (FISCHER, 1984; SILVA, 1958; STORCK, 1983). Porém, pesquisas mais recentes da área buscam de forma incisiva construir ligações mais diretas entre administração e história (WANDERLEY, BARROS, COSTA e CARRIERI, 2016).

No entanto, antes mesmo da “virada histórica” se desenvolver no âmbito dos estudos organizacionais, uma mudança paradigmática ocorreu dentro da própria área de história, sendo importante seu destaque. Para que essa discussão possa se realizar se faz necessário compreender o que se entende como história. De acordo com Bloch (2001) a história não se caracteriza como uma ciência do passado, mas sim como uma ciência dos homens no tempo, uma vez que o passado também é construído pelos homens e a importância atribuída ao nosso presente que indicará nossa compreensão do passado. Portanto, a história é percebida tanto com uma série de acontecimentos (fatos), como uma narração desta série de acontecimentos (BLOCH, 2001). Fala-se sobre dualidade da história pois a história é ao mesmo tempo o que aconteceu e as narrativas sobre o que aconteceu (LE GOFF, 1992).

Em 1994, Alfred Kieser um pesquisador alemão da Universidade de Mannheim, publicou o artigo intitulado “Why Organization Theory Needs Historical Analyses-And How This Should Be Performed”. Tal trabalho marcou um movimento de inserção da história nos estudos em organizações, sendo fruto de um discurso do autor em 1993 no EGOS (European Group for Organizational Studies), onde o mesmo abordava a importância de análises históricas das organizações e a relativa ausência desta perspectiva em ciência organizacional contemporânea (KIESER, 1994). Apesar de já existirem trabalhos anteriores que abordavam o assunto (ZALD, 1993), o de Kieser representou o início do desenvolvimento de um campo de pesquisas e estudos com a perspectiva de análises históricas, buscando compreender a história para entender as organizações na atualidade.

Dessa forma, em seu trabalho Kieser (1994) aponta quatro razões sobre a importância da análise histórica em organizações: compreender as instituições contemporâneas é importante para conhecer algo do seu desenvolvimento histórico; contribui para reduzir o viés ideológico que está incorporado nas tendências modernas atuais na teoria e na prática da organização; através de análises históricas também podemos interpretar as estruturas organizacionais existentes não tão determinadas pelas leis (objetivas), mas como resultado de decisões em oportunidades de escolha passadas, intencional ou implícita e por fim, ao confrontar as teorias das mudanças organizacionais com o desenvolvimento histórico, essas teorias podem ser submetidas a um teste mais radical do que devem passar quando meramente confrontados com dados sobre mudanças de curto prazo.

Uma década depois, com o desenvolvimento dos estudos, Usdiken e Kieser (2004) publicaram "Introduction: History in Organizational Studies" na qual classificaram os estudos em três posicionamentos diferentes, que dizem respeito ao olhar do pesquisador organizacional sob a história no campo da administração, sendo eles: complementarista, o integracionista e o reorientacionista (USDIKEN e KIESER, 2004).

Os estudos complementaristas tem o intuito de reafirmar argumentos teóricos já construídos, percebendo a história apenas como uma maneira de suplementar a análise empírica, contextualizando o fenômeno destinando assim, menor importância à mesma (USDIKEN e KIESER, 2004). Portanto, conforme aponta Vizeu (2010, p. 41) “a história nunca é observada em sua totalidade, e a verdade dos fatos é aquela que já está predeterminada por explicações teóricas”.

Os trabalhos integracionistas têm o intuito de contribuir teoricamente para os estudos organizacionais, integrando ciências sociais e história, visando teorizar sobre a realidade das organizações (USDIKEN e KIESER, 2004). A perspectiva reorientacionista faz uma apropriação mais radical da história, a trazendo para os estudos organizacionais, “os reorientacionistas propõem uma nova agenda de pesquisa para os estudos organizacionais, dada pela constatação do caráter a-histórico predominante no campo” (VIZEU, 2010, p. 41). Dessa forma, a visão do pesquisador sob a realidade organizacional é influenciada pelas suas escolhas e posicionamentos de pesquisa (VIZEU, 2010).

No contexto de publicação desse estudo, ocorria a chamada para a “virada histórica” em estudos organizacionais proposta por Clark e Rowlinson (2004), mostrando as lacunas e os possíveis caminhos a serem seguidos e marcando a importância da história para o campo. A partir de então, são propostas agendas de pesquisa mais alinhadas à área organizacional como: a “virada histórica” em teorias organizacionais, métodos históricos e estilo de escrita, a filosofia da história e teóricos históricos, cultura corporativa e memória social, história organizacional, história e teoria do negócio, ética empresarial na história, metanarrativas do capitalismo corporativo, história da gestão e da gestão educacional e história pública (BOOTH e ROWLINSON, 2006).

Seguindo com os estudos no campo Weatherbee, Durepos, Mills e Mills (2012) abordam sobre a teorização do passado problematizando a relação história-passado. Os autores percebem que a história por vezes é reduzida a uma variável tendo o passado como parte integrante e que a construção social do passado é um caminho para o desenvolvimento de pesquisas comprometidas com a possibilidade representacional da história (WEATHERBEE, DUREPOS, MILLS e MILLS, 2012). No contexto da dialética história-passado, a abordagem integracionista trabalha com a fusão da coleta de dados científicos sociais com os aspectos interpretativos das humanidades (WEATHERBEE, DUREPOS, MILLS e MILLS, 2012). Tal abordagem juntamente com a suplementarista percebe que o passado está contido em uma série de fatos (WEATHERBEE, DUREPOS, MILLS e MILLS, 2012).

No entanto, a abordagem suplementarista compreende que a relação história-passado está pautada no argumento de que esses fatos históricos são representados de maneira interpretacionista (WEATHERBEE, DUREPOS, MILLS e MILLS, 2012). Por sua vez, a abordagem reorientacionista é percebida como a que envolve não somente a crítica das teorias

organizacionais existentes e seu caráter a-histórico, como também pelo caráter a-teórico das análises (WEATHERBEE, DUREPOS, MILLS e MILLS, 2012).

Nesse sentido, Rowlinson, Hassard e Decker (2014) apontam para a necessidade de se refletir sobre questões epistemológicas ao realizar pesquisas históricas em estudos organizacionais. Para tanto, os mesmos direcionam três dualismos epistemológicos para auxiliar na compreensão da relação entre história e teoria organizacional, tais dualismos são originários do campo da história (ROWLINSON, HASSARD e DECKER, 2014).

Dessa forma se apresentam o dualismo da explicação, onde os historiadores estão preocupados com a construção narrativa, ao passo que os teóricos da organização subordinam a narrativa à análise; o dualismo da evidência, onde os historiadores usam fontes documentais verificáveis, ao passo que os teóricos da organização preferem dados construídos; e o dualismo da temporalidade, onde os historiadores constroem sua própria periodização, enquanto os teóricos da organização tratam o tempo como constante para a cronologia (ROWLINSON, HASSARD e DECKER (2014).

Visto o processo de desenvolvimento da pesquisa história em estudos organizacionais, percebe-se que a mesma já ocupa um lugar de legitimidade e relevância no campo. Porém, se a história é importante para o campo organizacional, é preciso uma maior reflexão quanto as questões epistemológicas de se representar o momento não presente, ou seja, o passado. Dessa forma, como trabalhar com pesquisa histórica em administração? Como reconhecer um estudo histórico em organizações? Longe de buscar categorizar, limitar e plotar os estudos em uma série de características que os legitime como históricos, essa reflexão tem a intenção de discutir a pesquisa histórica em administração e destacar seu uso metodológico e como um arcabouço teórico epistemológico.

Vizeu (2010) em seu trabalho, aborda que a pesquisa histórica em administração pode ocorrer por meio de um quadro teórico conceitual adotado e constituído de acordo com a análise que será realizada ou pela aplicação da prática como método de análise empírica e analítica. Já Vergara (2012), percebe na historiografia um método de pesquisa que “visa ao resgate dos acontecimentos e atividades humanas ao longo do tempo, possibilitando desvendar e compreender as mudanças, as contradições e as tendências da realidade social” (VERGARA, 2012, p. 120), portanto classifica a historiografia como método de pesquisa em administração.

No entanto, Costa, Barros e Martins (2010, p. 290), alertam que a “historiografia não é método, mas um ramo da ciência histórica que estuda a evolução da própria ciência histórica no desenvolvimento histórico global”. Nesse sentido, a historiografia é uma espécie de referencial teórico na história, é uma parte do estudo de outros historiadores. O desenvolvimento de uma pesquisa histórica não é criada do zero, parte-se sempre de um determinado corte e isso está profundamente relacionado com epistemologia e não somente com metodologia. A fonte de pesquisa é o principal fator que irá guiar sob qual perspectiva historiográfica o pesquisador irá trabalhar, mas a historiografia não é a metodologia por si só.

A historiografia é uma maneira de olhar a história, a escolha historiográfica já insere o pesquisador como participante dessa história. Assim, ao optar por perceber, consultar e trabalhar apenas com determinados documentos e determinadas fontes, deixando de optar por outros, o pesquisador se coloca como parte ativa e integrante desse passado estudado (COOKE, 1999).

Nos estudos em administração, percebe-se que muitos trabalhos buscaram desenvolver pesquisas acerca da história do ensino em administração. Dessa forma, acredito que traçar estudos que foquem especificamente nesse campo de ensino se mostram relevantes e necessários. Diversos autores buscaram desenvolver esse esforço de (re) contar as possibilidades da história do ensino em administração, conforme sintetizado no quadro 1 (p.28). Sendo assim, Machado (1966) estudou e pesquisou como se deu a implementação do ensino em administração pública no país; Coelho e Nicolini (2013; 2014) também estudaram a construção e as origens do ensino em administração pública; Motta (1983), Fischer (1985) e Serva (1992) apontam para a influência estrangeira nos conteúdos dos cursos de administração.

Alcadipani e Bertero, (2012, 2014, 2018) investigaram a criação da Escola de Administração de Empresas de São Paulo da Fundação Getulio Vargas (EAESP FGV) e as relações estabelecidas com a Fundação Ford, enquanto Barros (2014) pesquisou a consolidação do curso na Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG); Barreto (1999) investigou na ocasião os quarenta anos de história da Universidade Federal da Bahia (UFBA); Barros *et al.* (2018a) estudaram a criação da Escola de Administração da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS); Barros e Carrieri (2013) buscaram investigar o ensino superior em administração entre as décadas de 1940 e 1950; já Vizeu (2008; 2018) abordou em sua pesquisa o management no Brasil na perspectiva histórica, focando no projeto

do IDORT (Instituto de Organização Racional do Trabalho) nas décadas de 1930 a 1940; por sua vez Wanderley *et al.* (2018) e Wanderley (2016) pesquisaram a Escola Brasileira de Administração Pública (EBAP) e o Instituto Superior de Estudos Brasileiros (ISEB) na década de 1950 e como essas instituições buscaram desenvolver uma administração brasileira nesse período.

**Quadro 1 – Pesquisas sobre a história do ensino em administração**

| Autores                                     | Objetivos   |
|---|---|
| Machado (1966)                              | Implementação do ensino em administração pública no país;   |
| Coelho e Nicolini (2013; 2014)              | Construção e as origens do ensino em administração pública  |
| Motta (1983), Fischer (1985) e Serva (1992) | Influência estrangeira nos conteúdos dos cursos de administração.   |
| Alcadipani e Bertero, (2012, 2014, 2018)    | Investigaram a criação da Escola de Administração de Empresas de São Paulo da Fundação Getulio Vargas (EAESP FGV) e as relações estabelecidas com a Fundação Ford   |
| Barros (2014)                               | Consolidação do curso na Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG)  |
| Barreto (1999)                              | Investigou na ocasião os quarenta anos de história da Universidade Federal da Bahia (UFBA)  |
| Barros <i>et al.</i> (2018a)                | Criação da Escola de Administração da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS)   |
| Barros e Carrieri (2013)                    | Investigaram o ensino superior em administração entre as décadas de 1940 e 1950   |
| Vizeu (2008; 2018)                          | Pesquisou o management no Brasil na perspectiva histórica, focando no projeto do IDORT (Instituto de Organização Racional do Trabalho) nas décadas de 1930 a 1940   |
| Wanderley <i>et al.</i> (2018)              | Pesquisaram a Escola Brasileira de Administração Pública (EBAP) e o Instituto Superior de Estudos Brasileiros (ISEB) na década de 1950 e como essas instituições buscaram desenvolver uma administração brasileira nesse período. |

Fonte: Elaborado pela autora

Dessa forma, esta tese buscou contribuir para as pesquisas da área sobre o ensino em administração, porém, percebendo que a metodologia e o arcabouço teórico epistemológico caminham juntos.

Uma pesquisa é construída por meio de um conjunto de fundamentos que irão sustentar as investigações, existem posicionamentos e escolhas que irão conduzir o caminho a ser seguido para se alcançar o objetivo final, tal caminho pode ser percebido como metodologia. Contudo, é importante destacar que existem diversas possibilidades de caminho para pesquisas históricas e de uma maneira geral esses caminhos são guiados pela epistemologia do pesquisador. Portanto, os pesquisadores investigam e organizam suas fontes, as usam para a construção de seus argumentos históricos e estabelecem a credibilidade desses argumentos, buscando promover a triangulação das mesmas para desenvolver uma história com maiores possibilidades.

#### Abordando a pesquisa histórica em administração sob o olhar epistemológico

“pode-se desafiar o caráter a-histórico e determinístico das pesquisas e defender a relação entre história e administração como forma de confrontar diferentes alternativas em termos de orientação teórica,” priorizando um enfoque narrativo alinhado ao interesse mais amplo de orientações interpretativas e discursivas em oposição ao quadro científico tradicional” (COSTA, BARROS e MARTINS, 2010, p. 296).

Dessa forma, percebo que fazer pesquisa histórica em é uma tentativa de transitar entre metodologia e arcabouço teórico epistemológico visando compreender o papel do pesquisador na (re) construção da história que o mesmo se propôs a estudar. Dessa maneira, me parece muito raso pensar em história apenas como metodologia em administração e não como uma postura também epistemológica que trará os métodos, fontes e técnicas necessárias para a realização de tal proposta.

O campo dos estudos organizacionais vem demonstrando que história importa e que as ações humanas passadas são vistas como significativas, assim como estudo da história se mostra pertinente para o entendimento da realidade presente. Além disso, sob o olhar epistemológico percebe-se que o passado pode ser reconhecido ou representado e que existem diversas possibilidades de história. Portanto, discutir a pesquisa histórica em administração e destacar seu uso metodológico e como um arcabouço teórico epistemológico é uma busca importante para afirmar o trânsito entre uma perspectiva e outra. Nesse sentido, percebo que ao adotar uma posição histórica em estudos organizacionais, é preciso assumir caminhos e

visões de mundo sob um fenômeno, compreendendo que essas escolhas incluirão determinados fatos e deixará de trabalhar com outros.

De uma forma geral, entendo que pensar em metodologia pressupõe refletir sobre assumir posicionamentos uma vez que as pesquisas não são desenvolvidas descoladas de seus objetivos e epistemologias, cada parte do projeto que se pretende desenvolver está intrinsecamente conectada, essa costura de ideias e práticas de pesquisa que trazem coesão e coerência aos estudos. Assim sendo, pensar em pesquisa histórica em administração deve permitir transitar entre metodologia e arcabouço teórico epistemológico conscientemente, assumindo escolhas e compreendendo que existem diversas possibilidades de se contar uma história, não existe uma história única e universal. É exatamente essa pluralidade de visões que nos permite avançar em nossos campos de estudo e buscar desenvolver ciência de uma forma mais relacionada com o objeto, compreendendo que o objeto não é apenas analisado, mas também integra ativamente os rumos e processos da pesquisa, assim como o pesquisador.

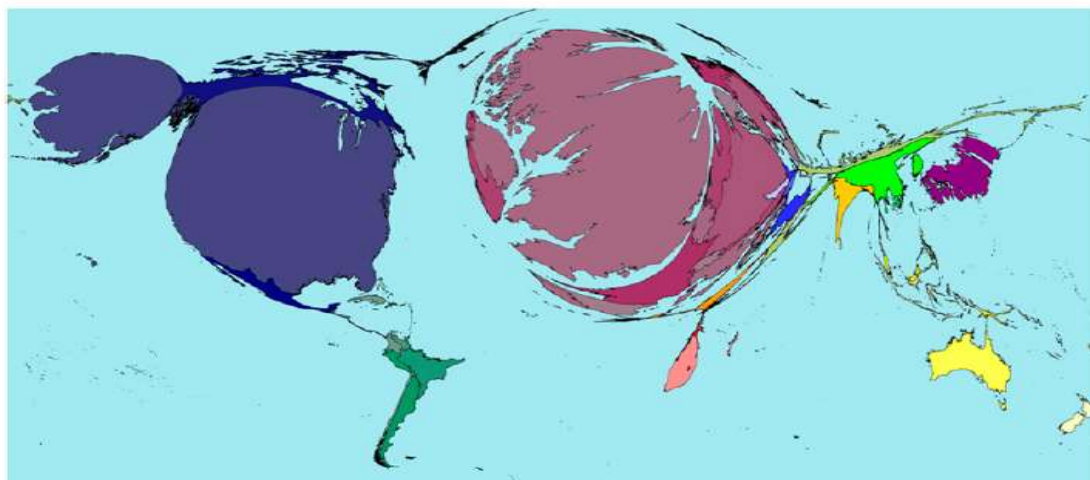
### **2.3 Seguindo uma decolonialidade na pesquisa histórica em organizações**

Compreendo que a virada histórica é um movimento que tem seu *locus* de enunciação em países percebidos como dominantes e que, portanto, não inserem as questões periféricas em suas chamadas, o que torna importante a promoção de uma agenda de pesquisa histórica para a América Latina (WANDERLEY e BARROS, 2018). Com isso, se faz necessário se atentar e buscar colaborar a partir da introdução de uma virada geográfica – na ‘virada histórica’ – para incluir outros espaços, a fim de promover uma mudança na geografia do raciocínio (WANDERLEY e BARROS, 2018). Afinal, ainda que a virada histórica tenha contribuído para dar voz a temas silenciados em estudos organizacionais, a América Latina não foi incluída nesse movimento.

No campo da pesquisa histórica em administração vale destacar a hegemonia da produção e disseminação de conhecimento do centro que acompanha uma agenda de pesquisa definida, o que deve ser entendido como um desdobramento da Segunda Guerra Mundial; não só pelo fluxo de ideias, mas também pelo domínio econômico (WANDERLEY e BARROS, 2018). Esse *locus* de enunciação privilegiado, que produz conhecimento, pode ser percebido na ilustração desenvolvida por Cummings e Bridgman (2016), que demonstra os periódicos mais importantes da área de *management and business history* localizados geograficamente:



**Figura 1: A geografia do conhecimento na pesquisa histórica**



**Fonte:** CUMMINGS, S. BRIDGMAN (2016).

É importante destacar também que a “virada histórica” abriu espaço para a introdução de teorias, autores, conceitos, objetos e temas subalternizados, porém não incluiu a América Latina e suas singularidades nesse contexto de conhecimento, não abordou a dominação do conhecimento anglo-saxão (WANDERLEY e BARROS, 2018). No mote desse movimento de “virada histórica” existem poucas citações de autores e autoras baseadas fora do mundo anglo-saxão, o que pode indicar que latino-americanos precisam escolher qual corrente teórica seguir, ao invés de terem a oportunidade de desenvolver correntes mais relacionadas às suas realidades (WANDERLEY e BARROS, 2018).

Dessa forma, uma alternativa para buscar evitar essa perspectiva hegemônica e homogeneizadora que vem da Europa, seria mobilizar os conceitos desenvolvidos pelo projeto MCD, como geopolítica do conhecimento e pensamento de fronteira (WANDERLEY e BARROS, 2018), além do conceito de transmodernidade. Nesse sentido, compreendo que conversar a abordagem decolonial com os estudos históricos em administração pode contribuir para evidenciar as pesquisas que envolvam as questões da América Latina, além de ampliar a agenda e as fronteiras da virada histórica.

Busquei então explorar e problematizar as relações políticas, econômicas e sociais que envolveram o desdobramento do ensino em administração na década de 1960 a partir de uma perspectiva histórica. Além disso, me posiciono na área de HOS – *Historical Organization Studies* (MACLEAN *et al.*, 2016), que busca promover narrativas teóricas historicamente informadas e atentas tanto à disciplina história como à administração. O HOS possui uma

compreensão pluralista e entende a verdade como representacional, buscando desenvolver a sensibilidade ao contexto (MACLEAN *et al.*, 2016).

No desenvolvimento de pesquisas e estudos de investigação é importante que uma base teórica-epistemológica oriente os caminhos e as narrativas desenvolvidas nos trabalhos de campo. Nesse sentido, percebe-se que desenvolver uma compreensão da história do ensino em administração na década de 1960 pode ser possível se pautada no arcabouço da pesquisa histórica em administração e do projeto MCD. Afinal, no período da década de 1960 houve significativos eventos no contexto social, político e econômico do país e que, portanto, suscitam interesse de investigação.

Na década anterior é possível perceber que já existiam iniciativas em torno do estudo de gestão, principalmente a gestão pública, e que havia um grande incentivo em se desenvolver algo do Brasil para o Brasil, sem purismo, mas com a devida atenção ao contexto local (WANDERLEY *et al.*, 2018). O que se buscava construir na década de 1950 era uma ciência da administração vinculada ao desenvolvimento, que buscava rejeitar o apriorismo da importação científica acrítica recebida dos EUA e visava, por meio das ciências sociais, incentivar a promoção de modo crítico do conteúdo que proporcionasse uma adaptação das técnicas vindas do estrangeiro à nossa realidade (WANDERLEY *et al.*, 2018).

Dessa forma, trabalha-se nesse estudo com a premissa de que o modo de fazer gestão, e consequentemente o ensino em administração, sofreu fortes influências do *american way of business*, principalmente a partir da década de 1960, quando grandes investimentos e ajudas financeiras estrangeiras foram recebidas pelo país (SPOHR, 2016). É nesse contexto que é lançada a Aliança para o Progresso, que investe em diversos setores em toda a América Latina, transformando-se no principal mecanismo de disseminação da modernização idealizada por Rostow. Para que essa modernização fosse possível entende-se que seria necessário mobilizar as ciências econômicas e da administração como principais entradas desse conhecimento nos países que o receberiam (MICELI, 1993).

Nesse período são desenvolvidos diversos cursos de administração financiados principalmente com investimentos vindos dos EUA, como por exemplo da Fundação Ford. Como a criação do curso intensivo de administração em 1954; o curso de graduação, em 1955, na Escola de Administração de Empresas de São Paulo da Fundação Getúlio Vargas (EAESP-FGV); e o de graduação na Escola de Administração da Universidade Federal do Rio

Grande do Sul (UFRGS) (ALCADIPANI e BERTERO, 2018; BARROS *et al.*, 2018a). Os autores relatam que professores americanos vieram para o Brasil oferecer cursos para os professores brasileiros, assim como professores brasileiros viajaram aos EUA para receberem formação (ALCADIPANI e BERTERO, 2018; BARROS *et al.*, 2018a). Dessa forma, nota-se que as transferências de conhecimento podem ter acontecido nesses intercâmbios prevalecendo o conhecimento estrangeiro sobre gestão, como se pode perceber nas diversas ferramentas utilizadas pela área.

Sendo assim, acredito que o conceito de geopolítica do conhecimento pode ajudar a desvelar a história do ensino em administração nesse período, que se movimentou de um período de intensa produção nacional, com incentivos institucionais para a produção científica brasileira, preocupada com os temas sobre desenvolvimento, para um período de significativa mobilização de instituições e programas estrangeiros, principalmente americanos, de incentivo à modernização, que levassem ao modelo de desenvolvimento capitalista estadunidense, visando alcançar o consumo em massa. Percebo ainda que o arcabouço que envolve a pesquisa histórica decolonial é de fundamental importância para desvelar os conhecimentos que vieram a ser silenciados (ou não); os pensamentos e ideias que por ventura sofreram a dominação da geopolítica do conhecimento, fazendo-se prevalecer a produção científica estrangeira.

Partindo da premissa de que a gestão e o ensino em administração sofreram fortes influências estrangeiras, principalmente na década de 1960, acredito que os conceitos de pensamento de fronteira e transmodernidade podem auxiliar na reflexão sobre a história no presente, na busca por desenvolver uma maneira de se fazer ciência em administração que leve em consideração as demandas locais, sem cair nas armadilhas do purismo, entendendo que o passado e o presente são socialmente construídos e podem ser condicionantes do futuro. Logo, visando incluir os diversos saberes e as diversas organizações, é possível apropriar-se da transmodernidade para desenvolver diferentes e legítimas maneiras de se gerir, refletindo sobre as experiências estrangeiras e percebendo o que pode ser útil para a nossa realidade, criando assim uma outra maneira de se perceber e praticar a administração.

### **3.Aspectos Metodológicos**

A intenção desta pesquisa foi compreender quais são os elementos/mecanismos de geopolítica do conhecimento que atuaram no ensino de administração nos anos 1960, mobilizados a partir da Aliança para o Progresso. Dessa maneira, a intenção metodológica foi abordar a história do ensino em administração durante esse período por meio dos dados que foram coletados no campo.

Foram analisados documentos disponíveis em arquivos para pesquisa, tais como acordos e programas de parcerias entre instituições brasileiras e estrangeiras; ementas dos cursos de administração; programas de disciplina; e todo o material relevante que emergiu do campo, como publicações do Boletim Capes que versava sobre o contexto do período, o reconhecimento de cursos, encontros estudantis, entre outros.

Para análise de tal material realizei uma leitura crítica do documento, o que não deixa de ser um método para análise, mas também um olhar epistemológico sob o mesmo (SAMARA e TUPY, 2010). Afinal, para questionar e refletir sobre o estabelecimento de fatos e identificar relevância e veracidade dos documentos é necessário realizar o que Prost (2012) chama de crítica histórica, tratando-se de uma crítica externa e interna aos documentos. A crítica externa refere-se à matéria física do documento, o tipo de papel que o constitui, a escrita, marcas particulares que o compõe, já a crítica interna diz respeito à coesão e coerência do texto, a compatibilidade de datas e fatos (PROST, 2012). Contudo, alguns documentos não foram analisados pela crítica externa, pois só tive acesso por meio digital.

Para que as pesquisas possam assumir suas limitações e fragilidades com clareza, é interessante refletir e questionar quando o documento foi desenvolvido, onde foi, por quem, para quem, para quê e como foi desenvolvido, questionando também sobre os silêncios, ausências e vazios “que sempre fazem parte do conjunto e que, por não serem tão facilmente detectáveis nas fontes, são, por vezes, ignorados” (SAMARA e TUPY, 2010, p.124). Portanto, os pesquisadores descobrem e organizam suas fontes, e as usam para a construção de seus argumentos históricos estabelecendo a credibilidade desses argumentos, buscando promover a análise desses arquivos para desenvolver uma história com maiores possibilidades.

É nesse sentido que Costa e Silva (2019, p. 112) apontam a importância de se realizar uma operação histórica, que permite reconhecer que “não existem fatos históricos por natureza, mas apenas por sua posição em relação a um observador”. Dessa forma, é por meio

desse olhar que o pesquisador deve manter sobre suas fontes que as transforma em fonte histórica, esse olhar deve ser preocupar com crítica interna e externa dos documentos, realizando assim a operação histórica (COSTA E SILVA, 2019)

Além disso, para construir essa possibilidade de história do ensino de administração na década de 1960, me apropriei dos princípios: dupla integração (dual integraty); entendimento pluralista (pluralistic understanding); verdade representacional (representational truth); sensibilidade ao contexto (context sensitivity) e fluência teórica (theoretical fluency) (tradução própria), introduzidos por Maclean *et al.* (2016) e discutido por Barros *et al.* (2018b), para gerar a reflexividade.

Vale ressaltar que escolher trabalhar com as propostas metodológicas de Maclean *et al.* (2016) não invalida a epistemologia decolonial que essa tese se insere. Apesar de Maclean *et al.* (2016) construírem seu pensamento em um contexto dominante e hegemônico, é necessário abrir espaços para que a realidade periférica possa se apropriar e fazer parte desse conhecimento. Essa escolha faz parte de um exercício de pensamento de fronteira, buscando se desvencilhar do purismo e o rompimento com os conhecimentos do norte, visando o diálogo e coexistência das realidades.

A crítica histórica do documento e a reflexividade estão em consonância com aquilo que o pensamento decolonial demanda, visando a busca pelo questionamento daquilo que já está estabelecido, o entendimento da não neutralidade do indivíduo pesquisador na construção da pesquisa e também a consciência do desenvolvimento de versões de narrativas possíveis e não narrativas universais, únicas e definitivas. Nesse sentido, é possível estabelecer o diálogo entre os conhecimentos desenvolvidos por Maclean *et al.* (2016) e a epistemologia decolonial.

Portanto, ao falar de reflexividade Barros *et al.* (2018b) argumentam que é uma atitude metodológica que deve ser exercida pelo pesquisador em todos os momentos e estágios da pesquisa, é compreender que a escolha dos arquivos que serão pesquisados, dos dados que serão analisados, fazem parte da construção da pesquisa e são decisões tomadas por quem está desenvolvendo a mesma. Nesse sentido, falar em neutralidade é algo que não cabe nesse trabalho, uma vez que compreendo que meu papel como pesquisadora também é parte integrante da pesquisa.

Dupla integração é a preocupação em buscar integrar a disciplina da administração com a história, buscando compreender a contribuição de cada uma para a realização da pesquisa, garantindo a coexistência (MACLEAN *et al.*, 2016). Entendimento pluralista, auxilia na busca do entendimento de que não há apenas um caminho para desenvolver o processo de pesquisa, ampliar as fronteiras de fontes, dados, possibilidades de interpretação, ou seja, buscar não limitar os espaços de atuação da pesquisa e do processo criativo (MACLEAN *et al.*, 2016). Verdade representacional é o entendimento de que não existe uma verdade absoluta, que toda história possui múltiplas narrativas e que por isso nos comprometemos em desenvolver apenas uma versão da mesma (MACLEAN *et al.*, 2016).

Sensibilidade ao contexto alerta para o papel relevante do contexto no estudo do fenômeno, buscar compreender o contexto social, político e econômico da época que se pretende estudar é necessário para que se alcançar uma compreensão mais profunda e imersa do momento (MACLEAN *et al.*, 2016). Fluência teórica nos indica a importância de buscar contribuições também teóricas por meio das pesquisas históricas em administração, ou sobre como as pesquisas podem levantar questionamentos sobre teorias já existentes no campo, ou seja, é preciso trabalhar com a preocupação de buscar contribuições teóricas (MACLEAN *et al.*, 2016). Dito isso, Barros *et al.* (2018b) incorporaram a atitude metodológica “reflexividade” a esses 5 princípios para acompanhar o processo de pesquisa e análise de dados e assim fortalecer as contribuições empíricas e teóricas.

Esse trabalho se desenvolveu pautado na reflexividade que compreende várias maneiras de se fazer pesquisa e se preocupa com o posicionamento assumido de quem a realiza. Dessa forma, “a reflexividade pode seguir vários caminhos, sem qualquer meio único de desencadear o processo” (BARROS *et al.*, 2018b, p. 7). A reflexividade auxilia antes de entrar nos arquivos e depois, a mesma “pode aumentar a consciência dos efeitos das teorias em seu ponto de vista” (BARROS *et al.*, 2018b, p. 7). Por fim, é importante perceber que a construção de uma possibilidade que é “produzida no final do processo pode ser entendida como um arranjo que equilibra essas múltiplas dissonâncias em um único texto” (BARROS *et al.*, 2018b, p. 7).

Tendo em vista que o objetivo dessa tese foi compreender quais são os elementos/mecanismos de geopolítica do conhecimento que atuaram no ensino de administração nos anos 1960, mobilizados a partir da Aliança para o Progresso. Percebi que o mesmo poderia ser alcançado por meio de alguns caminhos, sendo eles:

1. Analisar as “ações” da Alpro por meio de documentos, como doações, sugestões de desenvolvimento de cursos, orientações.  
Onde analisar esses dados? Por meio de atas das Reuniões, pronunciamentos, livros teóricos sobre assunto, outras teses, artigos.
2. Analisar as ementas de curso, percebendo se houveram mudanças no período de atuação da Alpro no Brasil, buscando identificar alguma relação caso seja percebida mudança. As ementas de curso pesquisadas são pertencentes às seguintes instituições: UFRGS, FGV RJ e FGV SP.
3. Trazer dados do contexto da época, grande parte do volume dos documentos traz esse tipo de dados, que contextualizam e indicam ações no campo político, social, econômico e da educação. Em grande parte, apontando os caminhos, rumos e decisões para educação superior de um modo geral.
4. Buscar investigar para identificar quais são as pessoas por trás dessas decisões, dessas organizações, e perceber suas ligações com outras instituições.

Para isso, foram coletados os documentos em cinco arquivos diferentes, já apresentados acima, além de dados disponíveis na internet. A compilação desses documentos está descrita no apêndice 1 (p. 108). Após a coleta, os dados passaram por uma triagem onde identifiquei aqueles que poderiam auxiliar de maneira mais efetiva o alcance do objetivo desta tese. Dessa forma, os documentos que passaram pelo processo de análise estão descritos no quadro 2:

**Quadro 2: Dados Analisados**

| Ano       | Documento   | Arquivo   | Conteúdo  |
|-----------|---|---|---|
| 1962      | Currículo EAESP 1962  | Livro FGV 70 anos   | Versa sobre o reconhecimento do curso   |
| 1966      | Livreto - Alpro_Min Plan e Coord Econ _Comissão de Coord da Alpro   | Min Plan 1966 Alpro   | Versa sobre conceitos, objetivos, estrutura e realizações no Brasil OBS: o doc possui dois livretos zipados, o segundo versa sobre o Min da Agricultura |
| 1963      | Livreto - Alpro _Gab do Ministro de Estado Extraord do Plan e Coord | Gabinete do Ministro de Estado Extraordinário do Planejamento | Versa sobre os estudos analíticos institucionais da Alpro, COCAP, USAID,  |
| 1962-1970 | Ementas Disciplinas   | Arquivo FCE (Faculdade de Ciências Econômicas) UFRGS          | Conteúdo Programático das Disciplinas_ nem todas as disciplinas com os anos completos   |
| 1962-1970 | Ementas Disciplinas   | NDOC EAESP  | Conteúdo Programático das Disciplinas   |
| 1953      | Business Administration Project                                     | NDOC EAESP  | Proposta de projeto de curso, com ementa, plano de atividades. Apresentado à Universidade de Michigan   |
| 1960      | Objetivos Gerais e Programas  | NDOC EAESP  | Versa sobre as disciplinas (cadeiras) do segundo ano do curso superior de formação  |

|           |  |                     |   |
|-----------|--|---------------------|---|
| 1959      | Proposed Project Agreement_<br>Acordo sobre Projeto Proposto de<br>Ensino em Adm Pub e de Empresas | NDOC EAESP          | Projeto de curso adm, FGV, UFBA, DASP,<br>UFMG, UFRGS   |
| 1963      | Documenta 16 _ Ministério da<br>Educação e Cultura   | Biblioteca Nacional | Autorização para funcionamento EAESP,<br>Índice com separata para currículo<br>mínimo   |
| 1964      | Documenta 32 _ Ministério da<br>Educação e Cultura   | Biblioteca Nacional | Versa sobre o reconhecimento da Escola<br>de Adm do Ceará   |
| 1966      | Documenta 45 _ Ministério da<br>Educação e Cultura   | Biblioteca Nacional | Submissão ao CFE do Regimento da<br>Escola de Superior de Adm de Negócios<br>da PUC-SP. Currículo Mínimo da Escola<br>de Adm da Universidade Federal da<br>Bahia - curso de adm pública e de<br>empresas. Pedido de Reconsideração de<br>Prof Impugnado, Escola de Adm do Ceará |
| 1960      | Boletim Capes n 91-92  | Biblioteca Nacional | Aperfeiçoamento de Economistas e<br>Administradores   |
| 1962      | Boletim Capes n 113  | Biblioteca Nacional | Reconhecimento do curso de Adm Pub<br>EBAP, primeiro número da ERA  |
| 1963      | Boletim Capes n 129  | Biblioteca Nacional | II Encontro Nacional dos Universitários<br>em Adm   |
| 1964      | Boletim Capes n 142  | Biblioteca Nacional | Escola de Adm da Universidade da Bahia<br>, UBA   |
| 1964      | Boletim Capes n 143  | Biblioteca Nacional | Primeiro curso de pós-graduação da UBA  |
| 1960-1969 | Ementas Disciplinas  | NDOC FGV-RJ         | Conteúdo Programático das Disciplinas   |
| 1963      | Livreto IPES   | Arquivo Nacional    | O Presidencialismo que nos convém   |
|           | Livreto IPES   | Arquivo Nacional    | Como Lidar com Comunistas   |
| 1964      | Aliança para o Progresso no Brasil   | Biblioteca Nacional | Agricultura, Alimentos, Industrialização,<br>Educação, Comunicação  |
| 1959      | Boletim Capes n 79   | Biblioteca Nacional | Sobre administração   |
| 1961      | Dossiê para Alpro - Simões Lopes   | CPDOC               | Comissão Brasileira da Aliança para o<br>Progresso  |
| 1961      | Dossiê para Alpro II - Simões Lopes  | CPDOC               | Projeto para Aliança para o Progresso   |
| 1963      | Alpro -Arquivo Simões Lopes  | CPDOC               | Palestra proferida por SM, em almoço do<br>Rotary Club no RJ, no Automóvel Club do<br>Brasil  |
| 1964      | Alpro -Arquivo Simões Lopes  | CPDOC               | III Jornada da Comissão Brasileira da<br>Alpro  |

Fonte: Elaborado pela autora



### 3.1 Apresentação dos arquivos

A coleta de dados foi realizada em cinco arquivos diferentes, sendo quatro pesquisados fisicamente, e um por meio virtual. Os arquivos pesquisados foram: CPDOC, NDOC (RJ e SP), Arquivo Nacional, Biblioteca Nacional e Arquivo Central UFRGS.

O CPDOC é o Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil, teve sua origem em 1973 com o objetivo de armazenar um conjunto de documentos importantes para a história recente de país, desenvolver pesquisas sobre a área e oferecer cursos de graduação e pós-graduação (CPDOC, 2020). Atualmente o CPDOC conta com os mais importantes arquivos pessoais de figuras públicas do país:

Os conjuntos documentais doados ao CPDOC, que podem ser conhecidos no Guia dos Arquivos, constituem, atualmente, o mais importante acervo de arquivos pessoais de homens públicos do país, integrado por aproximadamente 200 fundos, totalizando cerca de 1,8 milhão de documentos. A organização desses arquivos e sua abertura à consulta pública, hoje totalmente informatizada por meio do sistema Accessus, são tarefas primordiais do Centro (CPDOC, 2020, s/p).

O CPDOC também desenvolve o trabalho de registro de História Oral, a partir de 1975, com o intuito de fortalecer seu o objetivo de compilar a história contemporânea do Brasil. O Programa de História Oral recolhe depoimentos de pessoas relevantes que atuaram no cenário do país. Atualmente o acervo conta “com mais de 5.000 horas de gravação, correspondentes a quase 1.000 entrevistas” (CPDOC, 2020, s/p). Além disso, o CPDOC conta com o projeto de elaboração do Dicionário Histórico-Biográfico Brasileiro, que busca ser uma referência para a história do Brasil no período de pós-1930.

O Centro de Pesquisa tem o intuito de se posicionar como um espaço multidisciplinar, com pesquisadores de diversas áreas de formação, conta também com uma Revista interdisciplinar, a Revista Estudos Históricos, que teve sua origem em 1988, possui Qualis/CAPES A1. As atividades de ensino no âmbito de graduação e pós-graduação também possuem uma natureza interdisciplinar. Dessa maneira, o CPDOC “se consolidou como uma referência de ensino e pesquisa, através das múltiplas oportunidades oferecidas aos estudantes e pesquisadores, tornamos possível a construção e fortalecimento de um olhar multidisciplinar e crítico sobre as diferentes áreas das ciências sociais” (CPDOC, 2020, s/p).

O NDoc é o Núcleo de Documentação da Fundação Getúlio Vargas, tem o objetivo de guardar documentos de valor histórico para a Fundação, evitando o esquecimento e

permitindo traçar a trajetória da FGV no contexto brasileiro. O NDoc teve sua origem em 1973 e era chamado de Sistema de Arquivos da FGV, estava incluído no Arquivo Central do Instituto de Documentação (INDOC). O Núcleo foi inovador no país “o modelo sistêmico foi o primeiro a ser adotado no país, assim como a Tabela de Temporalidade de Documentos e o Código de Classificação de Assuntos, que foram elaborados numa época em que não existiam cursos e bibliografia especializada na área” (PORTAL FGV, 2020, s/p).

O Núcleo de Documentação disponibiliza informações contidas em seu acervo documental à gestão da FGV. Seu acervo conta com

“documentos textuais, especiais (fotografias, plantas, CDs, disquetes, folhetos, certificados, cartazes, filmes etc.), séries especiais (acordos, contratos, convênios, relatórios, atos, circulares e portarias; entrevistas, noticiários, reportagens; assessoria de imprensa e publicações institucionais) e documentos biográficos” (PORTAL FGV, 2020, s/p).

Esse acervo é privado, porém de interesse público nacional. É utilizado por estagiários e arquivistas que possuem interesse em saber mais sobre os procedimentos técnicos de tratamentos dos documentos. A gestão desses documentos, que são produzidos e recebidos pela própria Fundação, tem o intuito de “assegurar a transparência administrativa e a comunicabilidade entre os documentos; acompanhar a legislação para garantir a integridade da documentação para que a FGV possa dispor de provas de obrigações legais, financeiras, direitos e privilégio” (PORTAL FGV, 2020, s/p).

Atualmente o NDoc conta com ferramentas de digitalização dos documentos como uma forma alternativa à tradicional, que armazenava os documentos em estantes. A digitalização permitiu que a recuperação de informações fosse mais efetiva e facilitou o acesso e preservação dos documentos. O Núcleo conta com unidades na cidade do Rio de Janeiro, São Paulo e Brasília. O acesso ao NDoc só é permitido aos funcionários da FGV, por se tratar de um arquivo interno que permanece arquivando informações e documentos importantes e atuais. Porém, alunos e usuários externos podem ter acesso aos documentos mediante autorização.

O Arquivo Nacional é o órgão central do Sistema de Gestão de Arquivos e Documentos (SIGA) e pertence à administração pública federal. O Arquivo Nacional visa garantir o acesso à informação com o intuito de apoiar as decisões governamentais quando

necessário, apoiar o cidadão na defesa de seus direitos e de incentivar a produção de conhecimento científico e cultural (ARQUIVO NACIONAL, 2020).

A Biblioteca Nacional é o órgão governamental responsável pela captação, guarda preservação e difusão da produção intelectual do País. Tem mais de 200 anos de existência, sendo a mais antiga instituição cultural brasileira (BIBLIOTECA NACIONAL, 2020). Por possuir um cerca de 9 milhões de itens no seu acervo, foi considerada pela UNESCO (Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura) como uma das principais bibliotecas nacionais do mundo. A BN conta com laboratórios de restauração e conservação de papel, oficina de encadernação, centro de microfilmagem, fotografia e digitalização, o que permite manter um acervo tão extenso (BIBLIOTECA NACIONAL, 2020). Além disso, por meio do site da BN é possível acessar aos Catálogos online, ao acervo da BNDigital e ao conjunto de serviços disponibilizados via Internet (BIBLIOTECA NACIONAL, 2020).

Por fim, os documentos da UFRGS foram captados via *e-mail* são oriundos do Arquivo da Faculdade de Ciências Econômicas (FCE), de onde se originou o curso de administração, segundo as arquivistas. O arquivo do FCE fica armazenado no Arquivo Central da UFRGS, que a priori não possuía um canal de atendimento ou consulta *online*.

### **3.2 A experiência nos arquivos**

A vivência nos arquivos foi algo muito surpreendente e diferente, cada local possuía sua peculiaridade e demandava necessidades e obrigações distintas. O primeiro arquivo a ser visitado e pesquisado foi o Arquivo Nacional. Para pesquisar no arquivo nacional era necessário fazer um cadastro, e era possível realizar a busca por documentos pelo sistema com o auxílio dos servidores do arquivo, ou, fazer a busca de casa e já levar a seleção de documentos para solicitação. Na primeira pesquisa no Arquivo Nacional, a busca de documentos foi realizada junto aos servidores, a solicitação foi realizada e era necessário aguardar de quatro a cinco dias para que os arquivos estivessem disponíveis para a pesquisa. Essa solicitação gerava um protocolo que era fornecido de forma impressa, com informações sobre a data que estaria disponível e horários de funcionamento do Arquivo para pesquisa. Após esse prazo, os documentos ficam disponíveis por sete dias para consulta, durante esse prazo é possível organizar se a pesquisa será realizada em somente um dia ou em mais dias.

Na segunda pesquisa no Arquivo Nacional, os documentos foram previamente selecionados via SIAN, conforme as figuras abaixo:

**Figura 2: Tela SIAN**

Portal do Governo Brasileiro

MINISTÉRIO DA JUSTIÇA  
E SEGURANÇA PÚBLICA

ARQUIVO NACIONAL

**SIAN** | Sistema de Informações do Arquivo Nacional

**LOGIN**

**Já tenho cadastro**

Informe seu E-mail ou Número do Cartão e senha para entrar

Login:

Senha:

[Redefinir senha](#)

Obs: Para atualizar o e-mail solicitar a atualização por meio de [consulta@an.gov.br](mailto:consulta@an.gov.br) ou [consultasdf@an.gov.br](mailto:consultasdf@an.gov.br)

Para os usuários que já possuem login informe usuario e senha e clique em:

**Ainda não tenho cadastro**

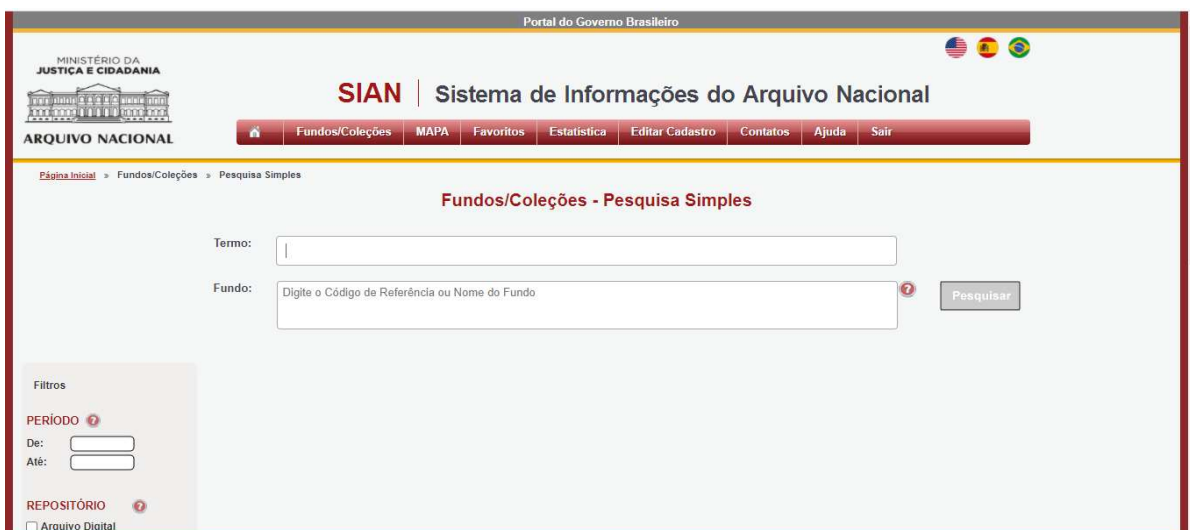
Para ter acesso ao SIAN você precisa se cadastrar e aceitar os termos e regras de acesso a informação, assumindo responsabilidade pelo seu uso.

Para os usuários NOVOS/Estrangeiros:

**Fonte: Site Arquivo Nacional<sup>1</sup>**

Primeiramente, é necessário realizar um cadastro no site do SIAN, como mostra a figura 2. Logo após é possível fazer uma pesquisa simples utilizando termos de interesse, ou adicionando no campo de pesquisa o Fundo específico, o Fundo é uma espécie de coletânea de arquivos referentes à uma figura pública, ou um determinado tema, acordos entre outros, conforme a figura 3. A figura 4 ilustra o resultado da busca com o termo Aliança para o Progresso, onde constam as informações do documento específico, o que facilita a pesquisa.

Figura 3: Pesquisa Simples SIAN



Fonte: Site Arquivo Nacional<sup>1</sup>

Figura 4:Avanço da Pesquisa Simples no SIAN



Fonte: Site Arquivo Nacional<sup>1</sup>

Por meio dessa busca *a priori* os servidores conseguiam localizar os documentos e deixá-los disponível para consulta. Era possível acessar todos os documentos solicitados de uma só vez, caso não conseguisse fotografar (é permitido fotografar todos os documentos) todos em um dia, poderia voltar em outro dia, dentro do período de sete dias sem a necessidade de fazer outra solicitação. Era necessário somente informar aos servidores caso

<sup>1</sup> Disponível em:  
[https://sian.an.gov.br/sianex/consulta/resultado\\_pesquisa\\_new.asp?v\\_pesquisa=alian%C3%A7a%20para%20o%20progresso&v\\_fundo\\_colecao=](https://sian.an.gov.br/sianex/consulta/resultado_pesquisa_new.asp?v_pesquisa=alian%C3%A7a%20para%20o%20progresso&v_fundo_colecao=)

fosse voltar outro dia, pois assim eles não encaminhariam os documentos para o local de arquivamento.

O arquivo nacional conta com uma sala reservada para pesquisa, onde possui mesas espaçosas e individuais separadas por divisórias, luminárias reguláveis para iluminar o documento, cada pesquisador fica sozinho em seu espaço. É um ambiente fresco, silencioso, sem contato com o ambiente externo e afastado da mesa de trabalho dos servidores que nos entregam os arquivos solicitados. Não é permitido entrar com bolsas ou mochilas, somente com lápis, folhas de papel avulsas e o equipamento para fotografar. Os pertences podem ser guardados em um armário que fica na entrada do espaço de pesquisa.

**Figura 5: Pesquisa no Arquivo Nacional**

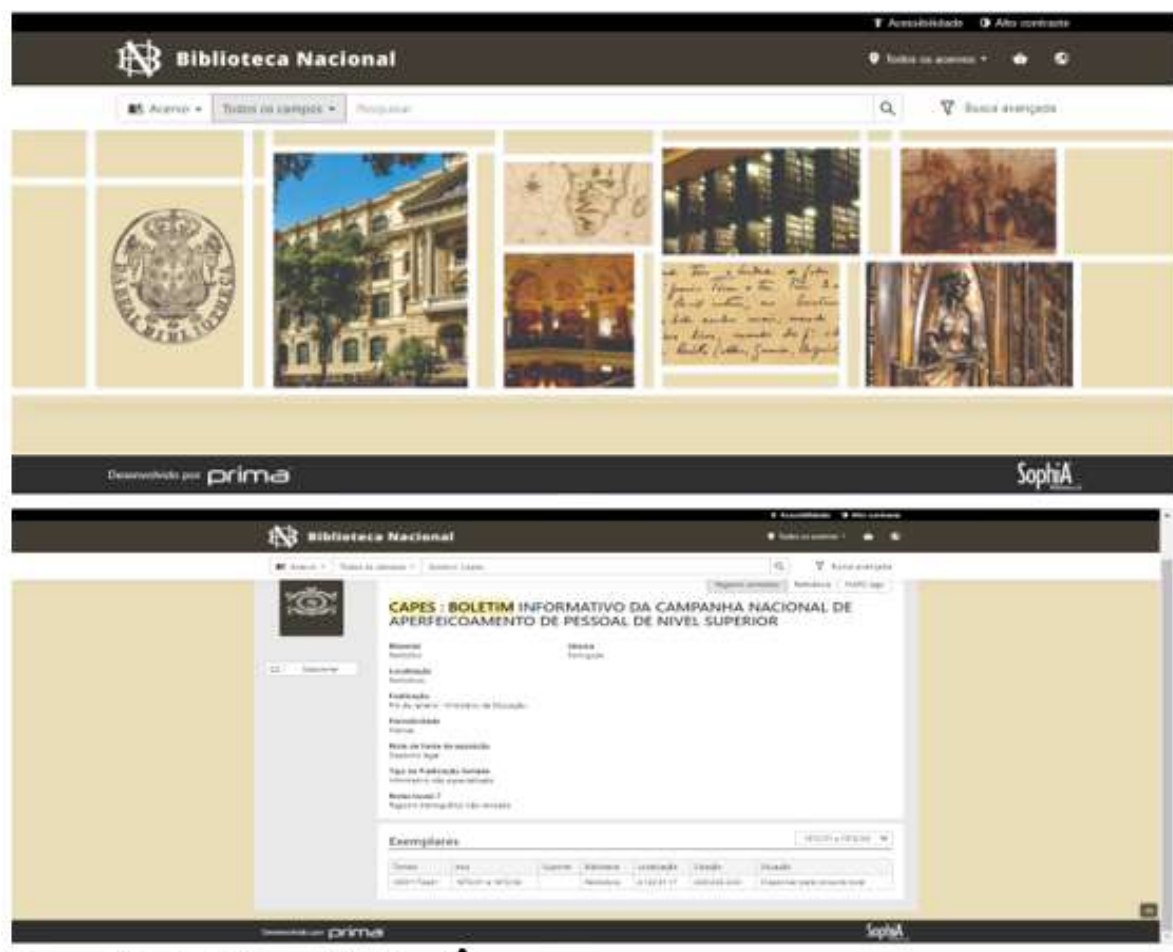


**Fonte: Arquivo Pessoal**

Na Biblioteca Nacional a experiência foi diferente, era necessário realizar um cadastro, deixar os pertences no armário que fica do lado de fora de sala de pesquisa. Antes de adentrar a sala, um funcionário revistava os papéis pessoais de anotações e no momento de deixar a sala também, não era permitido a entrada com caneta, somente com lápis. Os servidores eram solícitos e sempre buscavam auxiliar. O espaço para pesquisa não era tão reservado como no Arquivo Nacional, e também não contava com a iluminação individual nas mesas, mas havia um suporte de acrílico no formato de um livro aberto bem grande que ocupava toda a mesa e

ajuda a apoiar os documentos, os preservando. A busca também pode ser realizada presencialmente junto aos servidores ou a priori pelo site da BN. Existem vários locais para realizar a busca online dentro os acervos da BN, no entanto, para os documentos específicos de meu interesse, o local de busca era a SOPHIA. A seguir seguem os prints do caminho de pesquisa digital.

**Figura 6: Pesquisa a priori na Biblioteca Nacional**



**Fonte: Site Biblioteca Nacional<sup>2</sup>**

No campo pesquisar da figura 6 é possível inserir termos, títulos, nomes de documentos e fazer uma busca rápida, a seguir aparecerá as informações dos documentos que possuem as características pesquisadas. O importante de ser destacado para levar aos

<sup>2</sup> Disponível em: [http://acervo.bn.br/sophia\\_web/](http://acervo.bn.br/sophia_web/)

servidores da sala de pesquisa da Biblioteca Nacional e realizar a consulta física, são as informações contidas na figura 7. São essas informações que podem agilizar a pesquisa física.

**Figura 7: Identificação dos Arquivos Biblioteca Nacional**



| Tombo       | Ano               | Suporte | Biblioteca | Localização | Coleção | Situação                       |
|-------------|-------------------|---------|------------|-------------|---------|--------------------------------|
| I0001172336 | 1960/01 a 1960/12 |         | Periódicos | 4.122.01.06 | (86-97) | Disponível para consulta local |

**Fonte: Site Biblioteca Nacional**

Por meio dessas informações era possível saber de quais documentos se tratava exatamente, e os servidores conseguiam localizá-los. O acesso aos documentos era instantâneo, não era necessário aguardar alguns dias. Após a solicitação os arquivos eram localizados por outro servidor responsável por essa tarefa. Geralmente os arquivos não ficavam no mesmo andar do ambiente de pesquisa, e por isso levava alguns minutos para que o documento estivesse disponível. Era permitido solicitar somente três documentos por vez. Ao solicitar os documentos, era preciso preencher uma ficha em duas vias com os dados pessoais, título da tese, instituição a qual pertence, ambas deveriam ser assinadas por mim e pelo responsável do setor de pesquisa da BN, eu ficava com uma via e a Biblioteca Nacional com outra. Quando os documentos chegavam, eles possuíam uma outra ficha com uma foto minha (tirada no momento do cadastro), com minhas informações e informações do documento, essa ficha deveria ser assinada e só assim o documento era entregue. Era permitido fotografar os documentos, porém não integralmente, somente 20% correspondente à coletânea que o documento pertencia. Caso houvesse a necessidade de fotografar era necessário solicitar uma outra ficha, onde eu deveria incluir manualmente as informações de tomo do documento segundo a figura 7, o nome e ano do documento e as páginas que foram fotografadas.

O local de pesquisa contava com aproximadamente seis mesas e alguns computadores para busca. Os documentos eram consultados nas mesas que ficavam próximas aos servidores que faziam a solicitação dos documentos, os documentos eram retirados junto a esses servidores. O local de pesquisa era aberto, com trânsito de funcionários, e os mesmos tinham



visão das mesas de pesquisa. Um ambiente mais monitorado e controlado do que o Arquivo Nacional, por exemplo, onde existia controle e monitoramento, porém o local de pesquisa não era tão exposto. Era possível ter contato com o ambiente externo, por meio das janelas. Um fato curioso que aconteceu nas pesquisas na BN foi que o elevador que levava ao local de arquivamento de documentos estragou, e isso impediu a solicitação de documentos por alguns dias.

As pesquisas no NDoc foram realizadas nas unidades do Rio de Janeiro e de São Paulo. O primeiro contato aconteceu com o NDoc do Rio de Janeiro, por meio de um colega pesquisador que conseguiu acesso aos documentos do NDoc. O contato aconteceu via email e a solicitação foi prontamente atendida, no email descrevi quais documentos buscava investigar e com isso a funcionária do NDoc os localizava e marcava uma data para consulta. Como os arquivos não ficavam na sede da FGV, mas sim em um arquivo na baixada fluminense, o acesso não era instantâneo. Por conta dessa distância e do custo de deslocamento, foram solicitados muitos arquivos ao mesmo tempo. Importante ressaltar que não tive que arcar com quaisquer custos, os funcionários eram super solícitos e agradáveis.

Foi necessário realizar um cadastro da portaria do prédio para que o acesso fosse liberado. O acesso aos documentos aconteceu na sala do NDoc -RJ, não havia um local específico para a pesquisa, que era realizada na sala de trabalho dos funcionários do NDoc em uma mesa utilizada para organização de documentos que tivessem demanda de organização. A mesa ficava na entrada da sala, era espaçosa, porém já possuía caixas de arquivos de trabalho em cima. Foi fornecido luvas para manusear os documentos que estavam empoeirados. Foi permitido fotografar os documentos, e a princípio não existia um prazo para acessar os documentos. No entanto, após alguns dias frequentando o local, a gestora do Núcleo veio conversar comigo e me disse que precisava selecionar algumas pastas para analisar, uma vez que toda a documentação solicitada não seria viável, pois o Núcleo não contava com um espaço de pesquisa e não tinha essa intenção, por se tratar de um setor que cuidava de documentações internas e somente buscava colaborar com o desenvolvimento de pesquisas no país.

Dessa forma, busquei finalizar as fotografias o quanto antes, tentando visualizar o máximo de documentos possíveis. A pesquisa nesse arquivo em especial, foi muito interessante, pois não sabemos ao certo quais informações cada caixa de documentos possui, em uma pasta sobre a Fundação Ford, me deparei inusitadamente com cartas escritas à mão

por Guerreiro Ramos, relatando o processo de desenvolvimento dos livros financiados pela Fundação, bem como sua indicação para lecionar em uma Universidade dos Estados Unidos. Além disso, solicitei alguns documentos que tratavam de acordos entre a FGV e algumas organizações internacionais, e esse acesso foi negado. Informaram-me que alguns documentos não poderiam ser disponibilizados.

**Figura 8: Pesquisa no Núcleo de Documentação FGV**



**Fonte: Arquivo Pessoal**

No NDoc de São Paulo a experiência foi bem parecida, a solicitação e autorização foi feita via email, também por meio de um colega pesquisador. A data foi agendada para ir ao local e consultar os documentos, também foi necessário realizar um cadastro na portaria da FGV-SP, para que o acesso fosse liberado. O NDoc – SP também era um local de trabalho dos funcionários dentro da FGV, uma sala menor do que no Rio e aparentemente com menos funcionários. Todos muito solícitos e agradáveis, haviam poucos documentos armazenados na sala, os documentos eram localizados por meio de uma espécie de código de barras que ficava do lado de fora da caixa. A gestão dos documentos era realizada por uma empresa terceirizada que organizava e armazenava os arquivos fisicamente e digitalmente. Me disponibilizaram uma mesa na entrada da sala para que pudesse fotografar os documentos, ação também permitida no NDoc SP. No terceiro dia de trabalho, o funcionário que me auxiliava me informou que a maioria do material que eu já havia fotografado e do material que ainda iria fotografar, já estava digitalizado e que poderia me enviar por email. Mais uma vez, foi

interessante a experiência de vivenciar a pesquisa no local, pude ter contato com outros tipos de documentos não digitalizados, como o livro da associação de ex-alunos, que contava com informações relevantes.

A experiência no CPDOC foi realizada mediante a um cadastro na sede da FGV-RJ onde foi gerada uma carteirinha para ter acesso ao prédio anexo onde estão localizados os arquivos. A pesquisa foi feita primeiramente online, por meio de busca com palavras chave no site do CPDOC, para identificar quais documentos seriam solicitados. Ao chegar ao local foi necessário guardar os pertences em um armário, sendo permitido acessar a sala de pesquisa somente com um caderninho e caneta. Com a pesquisa de quais documentos gostaria de solicitar, o processo foi agilizado e aguardei poucos segundos até que os mesmos estivessem disponíveis na sala de pesquisa, fotografar também era permitido. A sala de pesquisa tinha mesas não muito grandes, eram individuais, separadas por divisórias, algumas tinham computador para pesquisa, outras tinham o espaço da mesa livre. Essas mesas ficavam na lateral da sala e no centro se encontravam as mesas dos funcionários.

Já o contato com o arquivo da UFRGS aconteceu todo por email, por meio de buscas na internet encontrei o email do Centro de Documentação Social do Núcleo (CDS) de Pesquisa em História. O CDS prontamente respondeu meu email e encaminhou para a Faculdade de Ciências Econômicas (FCE), onde supostamente estariam os documentos solicitados. A FCE por sua vez, encaminhou o email para o Arquivo Central, que conseguiu localizar os documentos e os enviou nas versões digitalizadas.

Ocorreram tentativas de contato com a Universidade Federal da Bahia e também com a Universidade Federal de Minas Gerais, com o intuito de buscar informações sobre as documentações dessas universidades. Com a Universidade Federal da Bahia, o contato aconteceu via email, por meio do apoio administrativo que prontamente respondeu a solicitação informando que consultaria o Departamento de administração. No entanto, foi comunicado que por não haver computador naquele período, muita coisa se perdeu. Também foi indicado pelo apoio administrativo, que talvez a Secretaria Geral de Curso – UFBA tivesse essa documentação. Porém, todos os contatos feitos com a secretaria não tiveram retorno. Em relação à Universidade Federal de Minas Gerais o contato foi realizado via *e-mail* com o curso de administração, na ocasião foi informado que os documentos passavam por um processo de organização e não estavam disponíveis para consulta.

#### **4.Análise**

Nessa seção será apresentada a análise realizada na busca de atingir o objetivo desta tese. A seção está organizada da seguinte maneira: na primeira subseção são apresentadas as análises dos acontecimentos históricos da década de 1960 relacionados ao ensino de administração, a partir da investigação do desenvolvimento dos cursos. Logo após, a subseção 4.2, são divulgadas as análises dos membros do editorial do boletim capes, um importante documento pesquisado que versava sobre os acontecimentos do ensino superior. Na subseção 4.3 as análises sobre a Aliança para o Progresso são apresentadas, buscando ações relacionadas ao ensino de administração. Em seguida a subseção 4.4 é dedicada à geopolítica do conhecimento. Por fim, abordo o determinismo arquivístico na subseção 4.5. Essa seção foi organizada dessa forma, pois pretendi iniciar a análise do local, ou seja, discutindo os acontecimentos no Brasil, e depois adentrar a discussão das questões externas ao país para, então, chegar no objetivo desta tese.

##### **4.1 Os acontecimentos da década de 1960 e o ensino de administração**

A década de 1960 no Brasil foi um período marcado por agitações políticas de polarizações de ideologias. O país acabava de sair de uma década onde se priorizava o desenvolvimento nacional por meio de conhecimentos produzidos localmente, por intelectuais brasileiros (WANDERLEY, 2015). No entanto, se tratando do ensino em administração, ainda no final da década de 1950 a intervenção estrangeira começou a se desenvolver. Muitos cursos de administração de empresas e administração pública foram criados por meio de um acordo com os EUA no final de 1950 e se desenvolveram ao longo da década de 1960 (PROPOSED PROJECT AGREEMENT, 1959).

No contexto político brasileiro, Jânio Quadros assume a presidência em janeiro de 1961, em agosto desse mesmo ano renuncia alegando pressões que o obrigavam a tomar tal decisão (CPDOC, 2020a). Seu vice João Goulart deveria assumir a presidência, porém por ser percebido pelos demais membros do governo como uma ameaça comunista, sua transição de vice para presidente foi conturbada. Em um primeiro momento João Goulart passou por uma presidência parlamentarista, por conta do receio de que as ideias esquerdistas pudessem prevalecer. No entanto, após o plebiscito em janeiro de 1963, ficou decidido de que o Brasil não viveria mais o parlamentarismo, e passaria ao presidencialismo (CPDOC, 2020b).

Paralelo aos acontecimentos na presidência do Brasil, em 1961 um grupo formado por empresários, por membros da elite brasileira e por militares da alta patente dá origem ao IPES, o Instituto de Pesquisa e Estudos Sociais, que tinha o objetivo de buscar deter o governo de João Goulart com apoio financeiro estadunidense (BORTONE, 2014). Com a renúncia de Jânio, o IPES atuou de maneira significativa para impedir que as ideias de Jango pudessem se desenvolver com mais fluidez. O IPES passou a produzir livretos e uma série de outras ações como vídeos de curta duração, reuniões, palestras que impactasse a população e evidenciasse os riscos de permitir que as ideias comunistas avançassem.

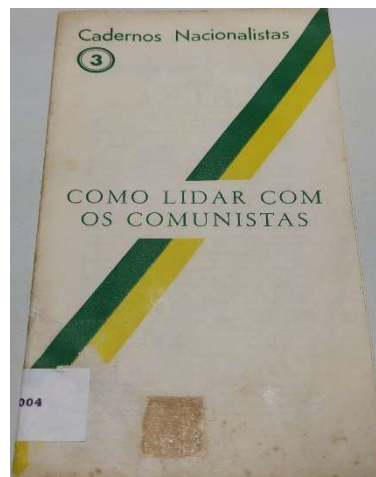
Após o Comício das Reformas, mais conhecido como Comício da Central do Brasil -que aconteceu no dia 13 de março de 1964 no Rio de Janeiro em frente à estação ferroviária Dom Pedro II, também chamada Central do Brasil, na praça da República - onde Jango expôs suas ideias e defendeu as reformas no país, os grupos adversários e articulados entraram em ação e começaram a se mobilizar afim de impedir que o governo Jango pudesse prosperar (MENANDRO, 2020). Dentre os acontecimentos, podemos citar a Marcha da família com Deus pela Liberdade (figura 9), que foi organizada por entidades femininas em resposta ao comício, o objetivo era alertar o risco comunista e salvar a democracia (LAMARÃO, 2020). Além disso, o IPES também atua nesse movimento de alerta ao perigo comunista, divulgando do livretos, como por exemplo: “ Como lidar com comunistas” (figura 10), que versava sobre a violência e o totalitarismo que os comunistas agiam, além de abordar a capacidade de convencimento dos mesmos, sendo capazes de convencer todos os tipos de gente.

**Figura 9: Marcha da Família com Deus pela Liberdade**



Fonte: Site Tribuna Diária<sup>3</sup>

**Figura 10: Livreto IPES Como Lidar com os Comunistas**



Fonte: Fotografia pessoal no Arquivo Nacional

Em meio ao contexto instável e turbulento que o país vivia, em 1964 o Brasil é tomado por um golpe empresarial-militar que obrigou a retirada de Jango da presidência e consequentemente seu exílio (SPOHR, 2016). É importante ressaltar que a recepção do golpe não foi passiva e livre de resistências, houve articulação e manifestação de grupos que eram a favor da democracia.

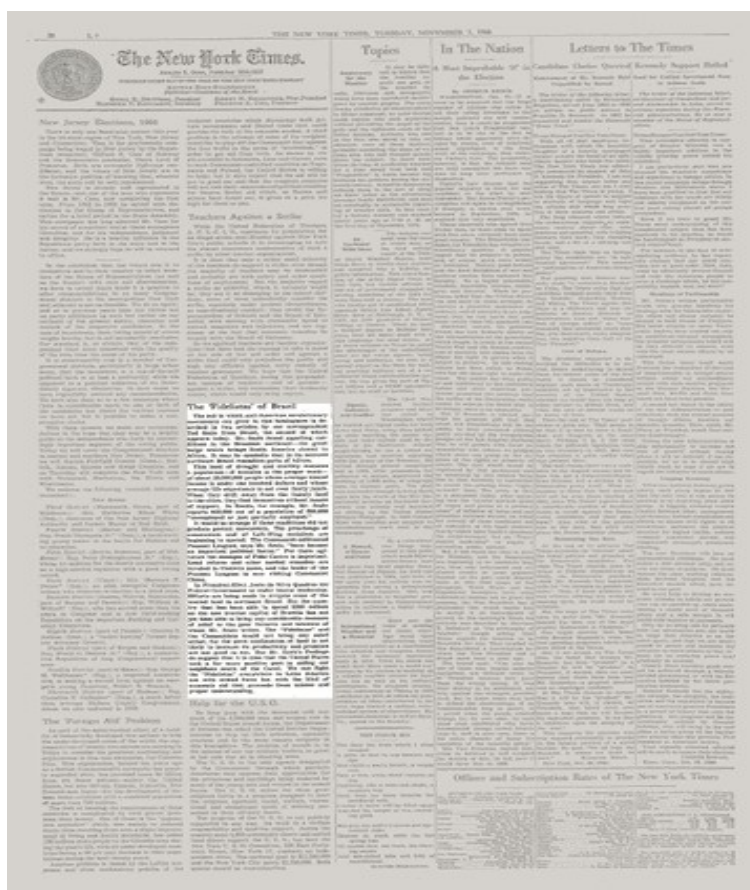
Nesse período (década de 1960) o Brasil era percebido pelos EUA como uma “terra problema”<sup>4</sup>, onde a vulnerabilidade de algumas regiões, como o nordeste, pudessem gerar

---

<sup>3</sup>Disponível em: <https://www.tribunadiaria.com.br/ler-coluna/243/a-revolucao-de-64-e-a-marcha-da-familia-com-deus-pela-liberdade.html>

uma maior identificação com as ideias comunistas e com isso praticá-las, colocando em risco o desenvolvimento do capitalismo. O fortalecimento das ligas camponesas também foi um fator muito relevante que instigou Tad Szulc a pesquisar mais sobre a região e publicar um relatório no The New York Times, intitulado: The 'Fidelistas' of Brazil (figura 11). Nesse relatório foi discutido o perigo eminente que a região nordeste representava, essa percepção sobre o Brasil nesse contexto, também fortaleceu o apoio dos EUA ao golpe. O golpe representaria a oportunidade de continuar desenvolvendo uma política externa no Brasil, que visava desenvolver o ideal do capitalismo estadunidense.

**Figura 11: The 'Fidelistas' of Brazil**



**Fonte: Site The New York Times<sup>5</sup>**

<sup>4</sup> Expressão do documentário “Brazil - The Troubled Land”. Documentário produzido pela rede ABC dos EUA disponível em [https://www.youtube.com/watch?v=jWq4\\_\\_898mg](https://www.youtube.com/watch?v=jWq4__898mg).

<sup>5</sup> Disponível em: <https://www.nytimes.com/1960/11/01/archives/the-fidelistas-of-brazil.html> . Essa era a única imagem gratuita disponível.

Esse contexto conturbado e as disputas de poder daquele período fizeram parte da realidade do desenvolvimento dos cursos de graduação em administração. Por isso, é importante explicitar como era a realidade política, econômica e social do Brasil no período estudado nesta tese. Entendendo o contexto de inserção, vale ressaltar que o início dos cursos de graduação em administração no Brasil se difunde com a história dos cursos de administração pública em um primeiro momento, pois o país precisava de profissionais capacitados para trabalharem nas demandas de desenvolvimento do governo. Dessa forma, foram considerados também os dados e arquivos correspondentes ao curso de administração pública. O desenvolvimento do ensino em administração sofreu forte influência estadunidense em relação aos programas dos cursos. Essa intervenção e presença dos Estados Unidos era possível pois os cursos necessitavam de financiamentos e essa era uma das razões para que a influência fosse demasiadamente presente (BARROS e CARRIERI, 2013; ALCADIPANI e BERTERO, 2014). Buscando esse apoio estrangeiro e com o intuito de desenvolver seu projeto nos países periféricos, os EUA assinam com algumas instituições brasileiras um projeto de acordo.

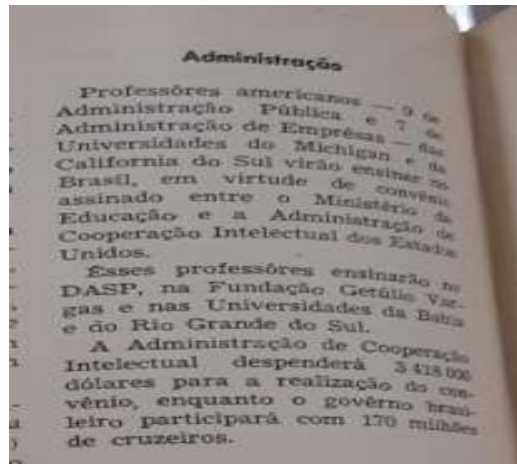
Desde 1952 por meio da USOM (Missão Norte-Americana de Cooperação Técnica no Brasil) já existia um acordo entre o Ministério da Educação e Cultural, Departamento Administrativo do Serviço Público (DASP), Fundação Getúlio Vargas, Universidade da Bahia, Universidade de Minas Gerais, Universidade do Rio Grande do Sul e o Instituto de Assuntos Inter-americanos da International Cooperation Administration, para desenvolver os cursos de administração de empresas e pública no Brasil.

Esse acordo tinha um prazo curto de duração e não supriu as necessidades da realidade brasileira, no intuito de formar profissionais de administração, segundo uma pesquisa realizada por professores da Universidade da Califórnia e da Universidade de Michigan (PROPOSED PROJECT AGREEMENT, 1959). Após esses estudos, percebeu-se que a extensão da assistência técnica poderia trazer resultados positivos para as instituições brasileiras de ensino em administração de empresas e administração pública.

Dessa maneira, foi formulado um acordo que forneceu os serviços de professores estadunidenses para oferecerem suporte para a elaboração de currículos, métodos e técnicas de ensino e estruturação dos cursos, que envolvia a EBAP, EAESP, Universidade Federal da Bahia e Universidade Federal do Rio Grande do Sul, conforme ilustra a figura 12.



**Figura 12: Professores Estadunidenses no Brasil**



**Fonte: CAPES, n 79, 1959**

A FGV do Rio de Janeiro e de São Paulo funcionaram como centros de treinamentos e preparação do projeto. Esse acordo, também tinha o intuito de formar professores brasileiros para a preparação dos alunos tanto de nível universitário, como de pós-graduação em administração de empresas e administração pública. Nos estudos desse acordo, foi identificado que o método mais eficiente e prático de corresponder as crescentes demandas de profissionais para empresas privadas e repartições públicas, em uma economia percebida como industrial em processo de aceleração, expansão e desenvolvimento, se encontra na intensificação e gradual ampliação dos recursos educacionais, por meio dos cursos de administração de empresas e administração pública (PROPOSED PROJECT AGREEMENT, 1959).

O estudo estadunidense também identificou que as instituições de ensino brasileiras que já contavam com os cursos, precisariam receber assistência para a melhoria da eficiência, possibilitando que futuramente tivessem condições para dispensar assistência e orientação. Dessa maneira, essa proposta de acordo visava em uma cooperação técnica com a duração de seis anos e contava com três pontos básicos em seu objetivo:

1. Assistência Técnica de professores estadunidenses a serem designados para servir aos estabelecimentos de ensino participantes;
2. Assistência técnica, sob a forma de treinamento avançado no Brasil e nos Estados Unidos, para professores e futuro professores de administração pública e de empresas;

3. Intercâmbio de recursos, ideias, técnicas, material e facilidades entre os estabelecimentos de ensino participantes.

(PROPOSED PROJECT AGREEMENT, 1959).

Os professores das universidades dos EUA que participaram no acordo tiveram a função de selecionar, orientar e treinar os professores brasileiros, organizar os currículos e conteúdos dos cursos, elaborar material didático, traduzir para o português material didático de ensino que a EBAP e a EAESP já possuíam, elaborar a demonstração de métodos e técnicas de ensino, sendo a função primordial a de consultores na organização de cursos, currículos, métodos e materiais de ensino, metodologia de pesquisa e recursos bibliográficos (PROPOSED PROJECT AGREEMENT, 1959). Já os professores brasileiros foram escolhidos pelas suas instituições para serem candidatos ao treinamento, e eram selecionados por meio de uma comissão que contava com um professor estadunidense, um representante da instituição de ensino, um representante do centro de treinamento e da USOM (PROPOSED PROJECT AGREEMENT, 1959).

Os requisitos eram o conhecimento da língua inglesa, idoneidade moral, e a experiência exigida pela universidade estadunidense a qual seria enviado para o treinamento. Os candidatos que se demonstrarem insuficientes na língua e no preparo acadêmico eram enviados EBAP ou EAESP onde deveriam participar de treinamentos e suprir essas necessidades. A fluência na língua inglesa era de grande importância pois, os professores poderiam passar por um treinamento avançado nos EUA, e também por conta da literatura existente para estudo na área que estaria publicada em sua maior parte na língua inglesa (PROPOSED PROJECT AGREEMENT, 1959).

Além disso, enquanto as universidades brasileiras, incluindo EAESP e EBAP, não atingissem o estágio de desenvolvimento e eficiência desejado pelo acordo, os professores brasileiros participariam de uma programa de pós-graduação nos EUA. Para os professores que participaram do treinamento no exterior foi exigido um termo de compromisso em que se afirmava a disposição para lecionar na instituição de origem, as disciplinas de sua especialidade, por no mínimo três anos, imediatamente após o treinamento nos EUA (PROPOSED PROJECT AGREEMENT, 1959).

Esse documento de acordo foi assinado em outubro de 1958 por representantes das entidades brasileiras, universidades e USOM, sendo criada uma comissão coordenadora que

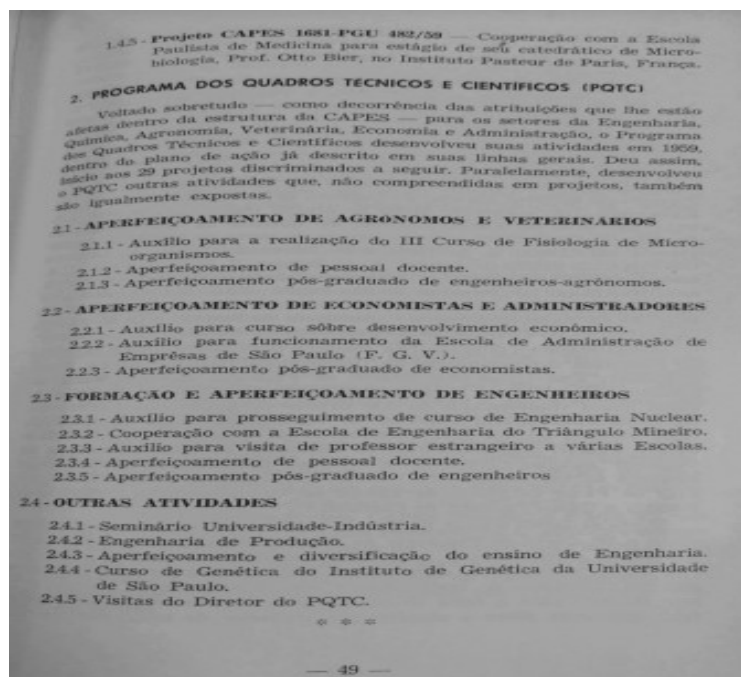
teve como presidente o Ministro da Educação e Cultura e como vice-presidente o Coordenador brasileiro junto ao Ponto IV. Os investimentos começaram a serem destinados às instituições em janeiro de 1959 (PROPOSED PROJECT AGREEMENT, 1959).

Dessa forma, nota-se que a relação com os Estados Unidos para o desenvolvimento do ensino em administração pública e administração de empresas já existia desde 1952, mas ainda de maneira incipiente. A partir da década de 1960 o volume de cursos de administração pública e de empresas se expandiu, e os cursos já existentes buscaram reconhecimento nessa década. Tendo em vista que o Projeto de Acordo visava uma duração de seis, grande parte de seus acontecimentos também ocorreram na década de 1960. Sendo assim, nota-se que desde o início do desenvolvimento dos cursos de administração de empresas e administração pública, as instituições brasileiras já contavam com a participação do modelo de ensino estadunidense na criação dos currículos, no treinamento dos professores, metodologia e técnica de ensino, na bibliografia e organização dos cursos

Assim como no âmbito nacional geral, a década de 1960 foi um período com muitos acontecimentos para o ensino em administração como a ampliação dos cursos, investimentos estrangeiros, aprovação do currículo mínimo, reconhecimento de cursos e formalização da profissão de administrador.

Em 1960, foi publicado no Boletim Capes de junho-julho o Programa de Quadros Técnicos e Científicos (figura 14) que se iniciou em 1959 e incluía os cursos de Administração e Economia para receberem incentivos governamentais para seu desenvolvimento. No âmbito dos cursos de administração, a EAESP recebeu auxílio para o seu funcionamento.

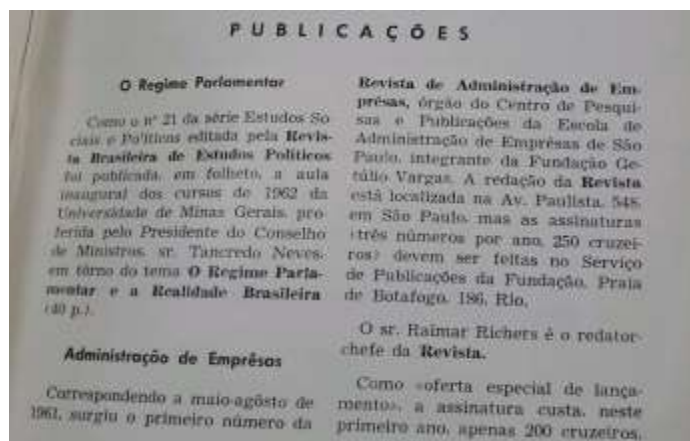
Figura 13: Programa de Quadros Técnicos



Fonte: CAPES, n 91-92, jun -jul 1960.

Em 1961 surgiu a Revista de Administração de Empresas da EAESP, esse fato foi informado em abril de 1962 por meio do Boletim Capes (figura 14). Na ocasião a assinatura da revista custava 250 cruzeiros (com três números por ano) e contava com uma oferta de lançamento por 200 cruzeiros no primeiro ano. O redator chefe era o Professor Raimar Richers, professor da EAESP desde sua fundação, de origem suíça, atuava na área de Marketing, que na ocasião se chamava Mercadologia.

Figura 14: Surgimento da Revista de Administração de Empresas

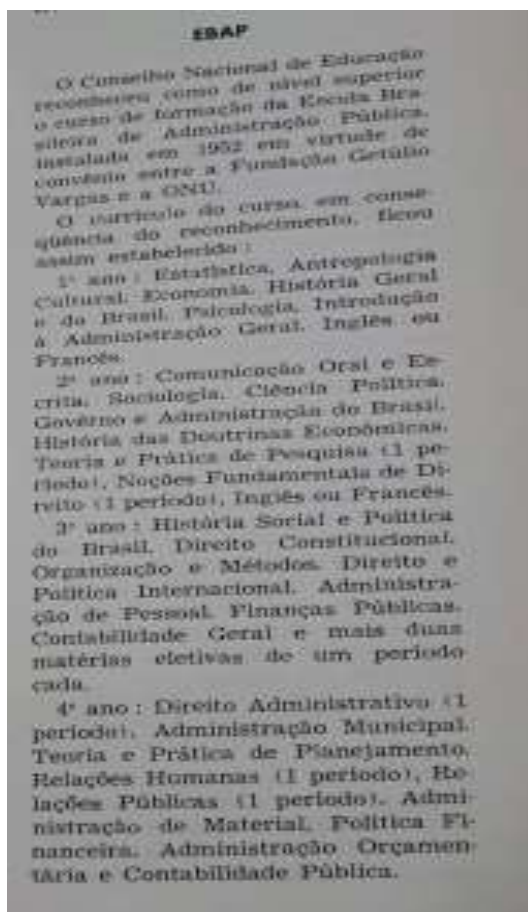


Fonte: CAPES, n 113, 1962

Em se tratando da Aliança para o Progresso e sua relação com a educação, em 1962, houve conferência sobre Educação e Desenvolvimento Econômico e Social na América Latina, que aconteceu em Santiago do Chile. Nessa conferência foi elaborada a Declaração de Santiago, onde foi recomendado aos governos participantes que, para o fomento da educação solicitassem, a título de empréstimo ou outro tipo de assistência, soma conjunta de 150 milhões de dólares por ano, ou seja, 15% dos fundos disponíveis do programa Aliança para o progresso. Mas também recomendou que os países aderentes à Aliança, destinem anualmente de seus próprios recursos, não menos de 4% de renda bruta nacional à educação, aumentando gradualmente a porcentagem até 1970(CAPES, n 114, 1962).

Ainda em 1962, vários cursos de administração que já funcionavam solicitaram o reconhecimento do mesmo. A EBAP teve seu curso reconhecido e seu currículo aprovado mediante solicitação em 1962 (CAPES, n 113, 1962). Nesse currículo, as disciplinas que ficaram estabelecidas se encontram no documento da figura 15, logo abaixo.

Figura 15: Aprovação do Currículo da EBAP



Fonte: CAPES, n 113, 1962

No ano de 1962 também foi aprovado pelo Ministério da Educação e Cultura, a duração dos cursos de graduação e os currículos (figura 16), sendo esses os mesmos do regime vigente em 1961. Nesse sentido, a aprovação foi realizada com base nos currículos do ano anterior, não sofrendo alterações daquilo que já era realizado. Os estudos para determinar os novos currículos mínimos (que seriam aprovados em 1966) se iniciaram em período próximo, e caso houvesse necessidade a Comissão responsável iria realizar consulta com órgãos que julgassem competentes. Esse estudo seria conduzido pelo Conselho Federal de Educação por intermédio da Comissão de Ensino Superior.

Figura 16: Currículo Mínimo 1962

#### DURAÇÃO E CURRÍCULOS DOS CURSOS SUPERIORES

PORTARIA N.º 61, DE 21 DE FEVEREIRO DE 1962

*Aprova instruções*

O Ministro de Estado da Educação e Cultura, tendo em vista indicação do Conselho Federal de Educação, elaborada nos termos do art. 101 da Lei nº 4.024, de 20 de dezembro de 1961, resolve aprovar as instruções, anexas à presente, sobre a duração e os currículos dos cursos superiores a serem adotados no ano letivo de 1962.

(a) ANTÔNIO DE OLIVEIRA BRITTO

O Conselho Federal de Educação, tendo em vista o disposto nos arts. 72 e 101 da Lei de Diretrizes e Bases e o parecer n.º 1, elaborado pela Comissão Especial para apreciar a proposta formulada pelo Conselheiro Clovis Salgado,

Resolve indicar:

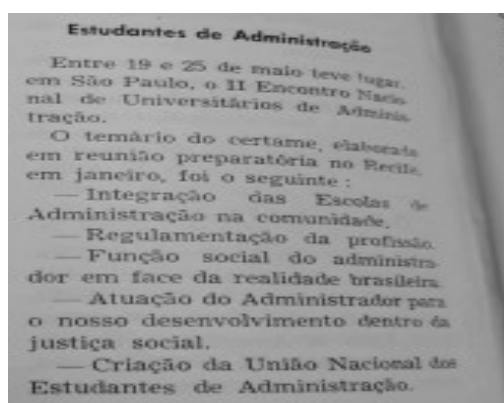
Art. 1º Será adotado no ano letivo de 1962, no que se refere à duração e aos currículos dos cursos superiores, o regime vigente em 1961.

Art. 2º O Conselho Federal de Educação iniciará imediatamente, por intermédio da Comissão de Ensino Superior, os estudos relativos à fixação dos novos currículos, podendo para esse efeito ouvir os órgãos que julgar conveniente, em amplo inquérito de indagação nacional.

Fonte: Ndoc

Em 1963 houve o II Encontro Nacional de Universitários de Administração que foi relatado no Boletim Capes (figura 17), a integração das escolas de administração, a regulamentação da profissão, a função social do administrador e a criação da União Nacional dos Estudantes de Administração, foram temas que surgiram na reunião preparatória.

**Figura 17: II Encontro Nacional de Universitários de Administração**



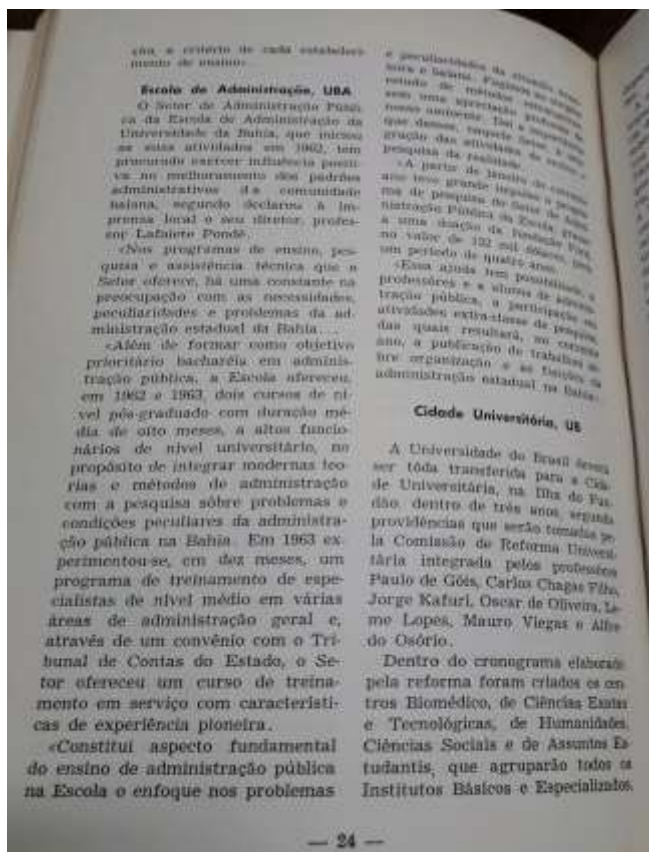
**Fonte: CAPES, n 129, agosto, 1963**

Ainda nesse mesmo ano, em setembro, Guerreiro Ramos apresenta o projeto de Lei nº 984, de 1963 (04/09/1963, cerca de um mês depois de assumir o cargo de Deputado Federal), esse projeto tratava sobre o exercício da profissão de Técnico de Administração, profissão essa que o então Deputado, exerceu no DASP. Guerreiro Ramos foi um sociólogo, sendo muito presente na intelectualidade brasileira, professor da EBAP (sigla da época) dentre outras instituições nacionais e estrangeiras, buscava pensar sobre a realidade do Brasil priorizando os dilemas locais. Como servidor do DASP no cargo de técnico administrativo, pode aprofundar e colocar em prática seus estudos sobre gestão pública, se aproximando assim, da área de administração. Também exerceu seu papel político, assumindo uma vaga de suplente de Deputado Federal (TENÓRIO, 2010).

Em setembro de 1964, a então, Universidade da Bahia publica no Boletim Capes (figura 18) suas contribuições para o setor da administração pública, formando profissionais qualificados, evidenciando a preocupação com os problemas locais, estaduais, buscando

integrar as modernas teorias com as peculiaridades do lugar onde a universidade possui abrangência.

Figura 18: Escola de Administração, UBA

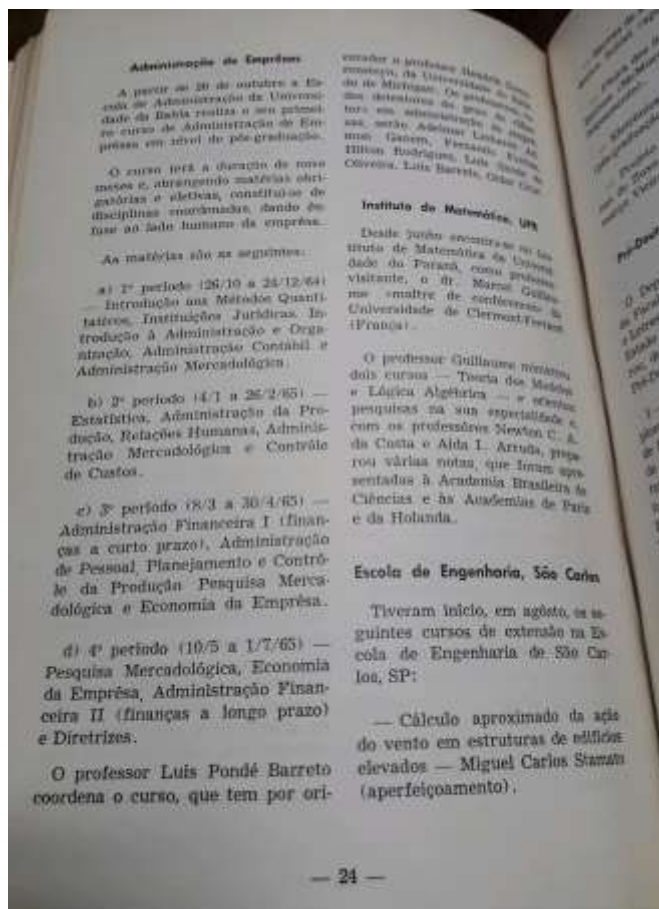


Fonte: CAPES, n 142, setembro,1964

Já em outubro de 1964, a Universidade iniciou seu primeiro curso a nível de pós-graduação em administração, a coordenação do curso recebia orientação de um professor da Universidade de Michigan, a mesma universidade que ajudou a desenvolver o curso de graduação. Esse acontecimento foi publicado no Boletim Capes, conforme a figura 19.

Figura 19: Curso de Pós-Graduação UBA

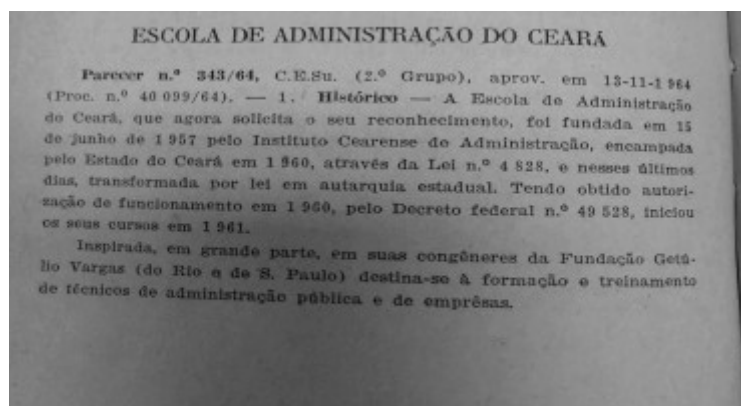




Fonte: CAPES, n 143, outubro, 1964

Em dezembro do mesmo ano, a Escola de Administração do Ceará solicita seu reconhecimento junto ao Conselho Federal de Educação (figura 20). A Escola foi inspirada nos moldes dos cursos de administração da Fundação Getúlio Vargas, tanto do Rio como de São Paulo.

Figura 20: Solicitação de Reconhecimento Escola de Administração do Ceará



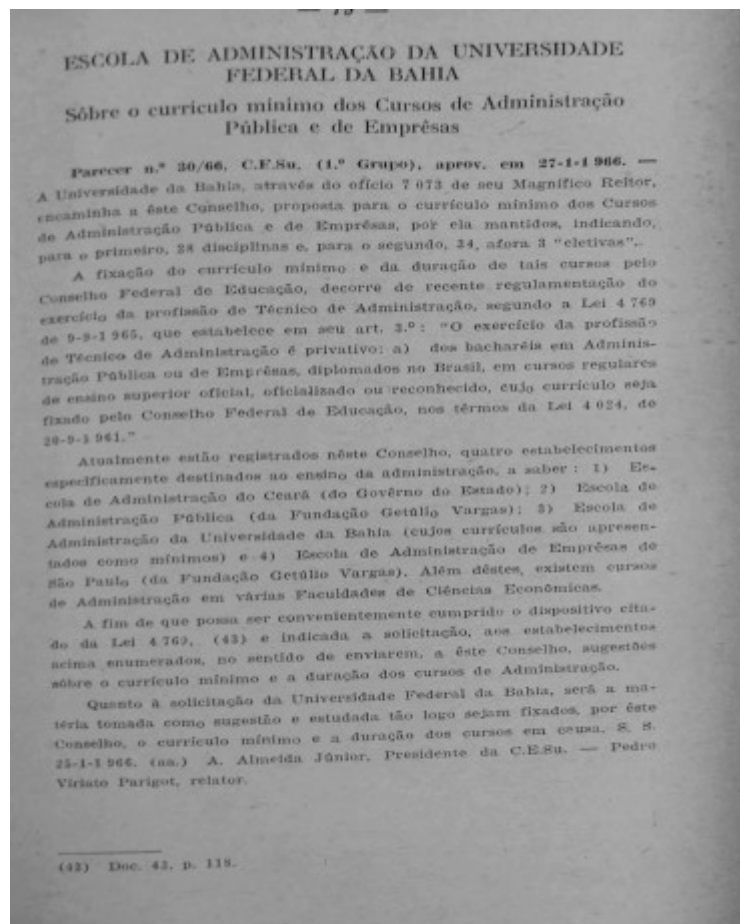
Fonte: CFE, Documenta 32, Dezembro, 1964

Em de 09 de setembro de 1965 é aprovada a lei Lei 4769/65 que regulamentou a profissão de administrador e teve como texto base o projeto de lei elaborado por Guerreiro Ramos. No período da aprovação da lei Guerreiro não era mais deputado federal, havia sido exilado por conta do golpe em 1964.

Em janeiro de 1966 a Universidade da Bahia, encaminha para o Conselho de Educação Superior a proposta de currículo mínimo de seus cursos de administração (figura 21, p.65) – administração pública e administração de empresas - cada curso possuía grades de disciplinas específicas. A preocupação com o currículo mínimo decorreu da regulamentação da profissão no ano anterior, que reservava o direito de exercer a profissão para aqueles que fossem formados em instituições oficialmente reconhecidas e com o currículo fixado pelo Conselho Federal de Educação.

Até aquele momento, existiam quatro instituições destinadas ao ensino de administração, com os cursos reconhecidos, sendo elas: Escola de Administração do Ceará (do Governo do Estado), Escola de Administração Pública (Fundação Getúlio Vargas), Escola de Administração da Universidade da Bahia (cujo currículos mínimos aguardavam aprovação) e Escola de Administração de Empresas de São Paulo (Fundação Getúlio Vargas). É importante destacar nesse contexto, que as instituições até então reconhecidas detinham forte influência do modelo estadunidense como é o caso dos cursos da FGV, apesar da busca pelo diálogo entre o local e o estrangeiro. Por sua vez, a Escola de Administração do Ceará e da Universidade da Bahia, tinham como modelo e inspiração os cursos da FGV. Portanto, ainda que indiretamente, a presença estrangeira existia no desenvolvimento dos cursos de administração no país na década de 1960.

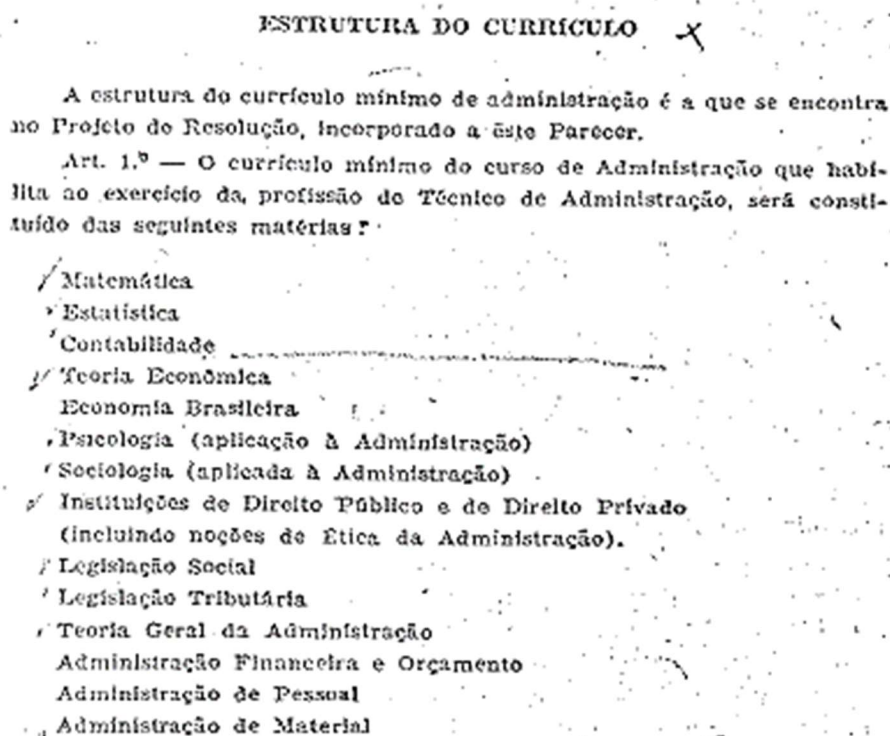
**Figura 21: Currículo Mínimo Escola de Administração da UBA**



Fonte: CFE, Documenta 45, janeiro de 1966.

Tendo em vista a aprovação da Lei 4769/65, coube ao Conselho de Educação Superior, em julho de 1966, fixar o currículo mínimo do curso de administração para habilitar a profissão. Nesse sentido, os currículos dos cursos de administração, deveriam atender a seguinte estrutura (figura 22): Matemática, Estatística, Contabilidade, Teoria Econômica, Economia Brasileira, Psicologia (aplicada à administração), Sociologia (aplicada à administração), Instituições de Direito Pública e de Direito Privado (incluindo noções de Ética da Administração), Legislação Social, Legislação Tributária, Teoria Geral da Administração, Administração Financeira e Orçamento, Administração de Pessoal e Administração de Material. O currículo mínimo contava com 15 disciplinas elementares e que deveriam fazer parte da grade de todos os cursos de administração. Foi estabelecido com base em uma consulta aos currículos de todos os cursos de administração, buscando confrontá-los e também mediante conselho de especialistas autorizados na área.

Figura 22: Currículo Mínimo do curso de administração 1966



Fonte: Ndoc

A aprovação do currículo mínimo não se distanciou daquilo que já estava sendo em alguns cursos de administração dos quais o acesso aos programas de disciplina foram possíveis. Não foi possível identificar nenhuma mudança abrupta que rompesse com o que já era ensinado pelos cursos. Os cursos da FGV e Universidade da Bahia foram desenvolvidos com o apoio dos EUA e já contavam em seus currículos com as disciplinas.

Esses acontecimentos da década de 1960 que fizeram parte do desenvolvimento do ensino e dos cursos de administração evidenciam um período muito dinâmico e importante para a área. Reconhecimentos de cursos foram alcançados, currículos aprovados, investimentos financeiros tanto por parte do governo como por fonte externas foram realizados, formalização da profissão, treinamentos e auxílio para organização dos cursos por parte de

professores estadunidenses também foram uma realidade. Nesse sentido, compreender esse período como um momento de agitação e estruturação da área é importante para (re) conhecer a história do ensino em administração. Para auxiliar nesse entendimento é relevante conhecer as pessoas que em alguma medida participaram desse processo, essa análise será realizada na seção 4.2.

## **4.2 Os membros da Capes**

Compreendendo os acontecimentos da década de 1960 no âmbito da educação superior, é interessante refletir sobre os membros que faziam parte da Capes, pois as principais decisões eram tomadas no âmbito da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior.

A Capes originou-se em 11 de julho de 1951, por meio de uma campanha nacional para que existisse o aperfeiçoamento de profissionais de nível superior. Nesse momento, o Brasil vivia o segundo governo de Getúlio Vargas (1951-1954) que visava o desenvolvimento impulsionado pelo nacionalismo (BOMENY, 2020). Por isso, era necessária a formação e qualificação técnica de profissionais de nível superior, mobilizados pelo crescimento, desenvolvimento tecnológico e industrialização. Foi nesse contexto que surgiu a Capes, com o objetivo de garantir recursos humanos especializados, garantir às necessidades dos projetos públicos e privados rumo ao desenvolvimento do país (BOMENY, 2020).

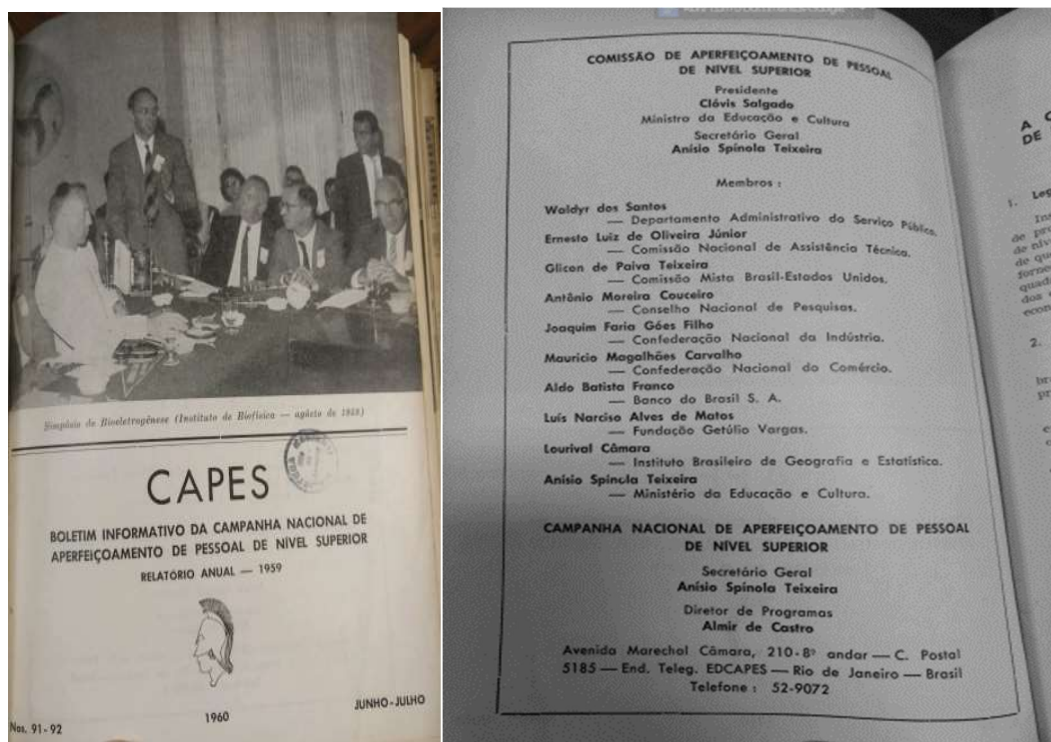
Anísio Teixeira recebeu o convite do Ministro da Educação e Saúde, Ernesto Simões Filho, para assumir o cargo de Secretário Geral da Capes, e permaneceu no cargo de 1951 à 1964 (GOUVÊA, 2018). Após o golpe empresarial-militar Anísio foi afastado dos cargos públicos que ocupava, partindo para os EUA no ano seguinte para lecionar como professor visitante.

Além de Anísio Teixeira como secretário geral, a Capes também contava com representantes de instituições públicas e privadas, sendo elas: Departamento Administrativo do Serviço Público (DASP), FGV, Banco do Brasil, Comissão Nacional de Assistência Técnica, Comissão Mista Brasil-Estados Unidos, Conselho Nacional de Pesquisas (CNPq), Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), Confederação Nacional da Indústria,

Confederação Nacional do Comércio e um representante do Ministério de Educação e Saúde (GOUVÊA, 2018).

A reflexão dessa seção tem o intuito de compreender a importância de seus membros naquele contexto, entendendo que esses poderiam estar alinhados com os interesses de desenvolvimento no modelo estrangeiro. Analisando os membros inseridos no contexto, percebe-se três membros que possuem destaque, sendo eles Glycon de Paiva, Anísio Teixeira e Luiz Alves de Mattos. Em 1960, Glycon de Paiva foi membro da elaboração do Boletim Capes como representante Comissão Mista Brasil – Estados. Essa comissão tinha o intuito de estudar as prioridades para um programa desenvolvimento do país. Além disso, Glycon de Paiva foi vice-presidente do IPES de 1961 a 1967, esse instituto como já abordado, teve o intuito de desestabilizar o governo de João Goulart e apoiar o golpe de 1964. No caso de Glycon de Paiva, o que gera questionamento em relação ao documento é que a Comissão Mista Brasil- Estados Unidos apresentou seu relatório final em 1954 (D'ARAÚJO, 2020). Porém no Boletim Capes, n 91-92 de 1960 (Figura 23), Glycon ainda aparece como membro da Comissão. Além disso, outro ponto que chama a atenção é a escrita de seu nome, que é encontrado na maioria dos registros disponíveis na internet com “y” e nesse documento da Capes seu nome está com “i”.

**Figura 23: Membros Boletim Capes**



Fonte: CAPES, n 91-92, junho-julho,1960.

Anísio Teixeira, como já mencionado foi membro do Boletim Capes como secretário geral e também como representante do Ministério da Educação e Cultura, entre 1960 a 1963. Em 1963 assumiu a reitoria da Universidade de Brasília (UnB), substituindo Darci Ribeiro, que naquele período chefiava o Gabinete Civil da Presidência da República. Em 1964 o golpe empresarial-militar (SPORH, 2016) tomou o governo do então presidente João Goulart, o que gerou uma reestruturação entre os membros do Boletim Capes, e desencadeou um processo para a apuração de irregularidades administrativas na UnB. Nesse contexto, as universidades norte-americanas de Colúmbia e da Califórnia convidaram Anísio para fazer parte seu corpo docente. Com autorização especial para deixar o país, aceitou o convite e permaneceu cerca de dois anos como professor nas universidades. Seu retorno ao Brasil aconteceu em 1966, quando se tornou consultor educacional da Fundação Getúlio Vargas (CPDOC, 2020c).

Outro membro do editorial do Boletim Capes que é interessante notar é Luís Narciso Alves de Mattos que representava a FGV, sendo membro até 1963. Luís Narciso Alves de Mattos, era um educador, foi um dos fundadores da FGV juntamente com Simões Lopes e também um dos fundadores do colégio de aplicação da UFRJ (MARTINS, 2015). Luiz, assim como Glycon, tem seu nome com a grafia diferente dos outros materiais disponíveis. Seu

nome se encontra com “z”, mas no Boletim Capes está com “s” em todas as edições que é membro.

Essas figuras em alguma medida se entrelaçam no momento em que fazem parte de instituições que possuem a mesma afinidade com o capital estrangeiro naquele período. Glycon Paiva, vice-presidente do IPES que contava com o apoio estadunidense para colocar em prática seus projetos. Anísio Teixeira se tornou consultor da FGV, mesma instituição que Luís Mattos ajudou a fundar, sendo a mesma também beneficiada pelo investimento estadunidense.

#### **4.3 Aliança para o Progresso e a década do desenvolvimento: seu funcionamento no Brasil**

A aliança para o Progresso (Alpro) ainda é um tema que suscita investigações no Brasil, há uma necessidade de aprofundamento de pesquisas sobre o programa norte-americano (RIBEIRO, 2006), tendo em vista o destaque do Brasil como o país que teve mais investimentos oriundos da Alpro (PEREIRA, 2007). Isso pode ser explicado pelo fato de que os estadunidenses percebiam a região nordeste como um espaço vulnerável à ameaça comunista. Portanto, os investimentos cumpriam o papel de controle e segurança contra a possível revolução que pudesse acontecer no nordeste (PEREIRA, 2007). O quadro abaixo teve o intuito de sintetizar algumas pesquisas realizadas no Brasil que tiveram como objeto de investigação direta ou indiretamente a Alpro:



**Quadro 3- Algumas Pesquisas sobre a Alpro no Brasil**

| Autores           | Objetivos  |
|-------------------|--|
| Ribeiro (2006)    | Investigar o impacto político e econômico do programa no Brasil, dando ênfase às relações Brasil - Estados Unidos durante o período 1961-1968  |
| Silva (2008)      | Definir o que a Alpro representou para o governo americano, por que razões ela foi proposta e o papel que os EUA esperava que programa cumprisse no Brasil entre 1961 e 1964, o percebendo como uma política externa. O autor conclui que a Alpro desempenhou uma função ideológica enquanto instrumento de luta contra o comunismo na América Latina  |
| Pereira (2011)    | Investigar as conjunturas históricas por meio das quais a implementação da Aliança para o Progresso, principal programa de política externa dos EUA durante a década de 1960, influenciou no treinamento militar desenvolvido pelo governo estadunidense na América Latina.  |
| Pereira (2007)    | Demonstrar a ação dos EUA no Brasil por meio da Alpro. Mostrar que os resultados das ações da Aliança para o Progresso estiveram muito distantes da propagada intenção do programa de contribuir para criar governos plenamente democráticos. Apontando que Grande parte dos golpes de Estado ocorridos na América Latina durante a década de 1960 e início de 1970, como o ocorrido no Brasil em 1964, teve significativa ajuda do governo norte-americano. |
| Spohr (2016)      | Demonstrar como os interesses do empresariado norte-americano inseriram-se no Estado durante a administração Kennedy e pautaram o programa da Aliança para o Progresso. Evidenciando a aproximação de interesses entre parte da classe dominante brasileira e norte-americana durante o governo João Goulart, culminando nas ações que envolveram o golpe empresarial-militar de 1964.   |
| Wanderley (2015)  | Desvendar o processo de encobrimento pelo qual passou a CEPAL, por meio da Aliança para o Progresso, e que a levou a ser negligenciada pela literatura em organizações.  |
| Natividade (2018) | Demonstrar qual o papel da Aliança para o Progresso nessa marcha modernizadora da agricultura brasileira. Ou seja, como essa política externa estadunidense buscou influenciar um tipo de desenvolvimento nas áreas rurais que garantisse condições para a expansão do capitalismo avançado.   |

|                |  |
|----------------|--|
| Matos (2008)   | Analisar os discursos registrados pela imprensa do Estado do Paraná – Brasil, nos anos 60, sobre o programa a “Aliança para o Progresso”, nos jornais O Estado do Paraná e Gazeta do Povo, buscando compreender relações de interdependências entre poder público e privado e o controle social instaurado pelo “progresso tecnológico” e suas imbricações para a formação da educação tecnológica no Paraná |
| Betfuer (2019) | Busca compreender como o jornal Diário de Pernambuco utilizou a Aliança para o Progresso para favorecer políticos conservadores do status quo, e como usou a Aliança ativamente para prejudicar candidatos nacionalistas e criticar o Presidente João Goulart, contribuindo para a campanha de desestabilização política que resultou no golpe civil-militar de 1964.  |

**Fonte: Elaborado pela autora**

No entanto, antes do desenvolvimento da Alpro, ainda em 1958 durante o governo do presidente Dwight Eisenhower, foi apresentado aos Estados Unidos a Operação Pan-Americana (OPA), sugerida por Juscelino Kubitschek, que se caracterizava como um “Programa multilateral de assistência ao desenvolvimento econômico da América Latina” (KRAMER, 2020). Os EUA restringiram as políticas de empréstimos à região, após a visita do vice-presidente Richard Nixon, na América Latina, que foi recebido com manifestações de repúdio. Kubitschek estava receoso de que as políticas restritivas do governo dos EUA, pudessem impactar seu Programa de Metas. Após o acontecido, o interesse dos EUA era muito maior em políticas anticomunistas (KRAMER,2020).

Percebendo a situação desfavorável quanto aos investimentos, Kubitschek propôs a Operação Pan-Americana, sob o argumento de que “a estagnação e a miséria constituíam potencial de subversão bem mais perigoso que uma virtual ameaça soviética ou chinesa”. Nesse sentido, foi criado pelos EUA o Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), porém sem contar com um plano de desenvolvimento global a longo prazo. Em 1959, com a Revolução Cubana, os EUA percebeu a “urgência de recuperar a legitimidade de sua hegemonia no hemisfério. Fruto desse esforço, a Aliança para o Progresso, lançada pelo governo do presidente John Kennedy durante a conferência da OEA em Punta del Este, Uruguai, em agosto de 1961, incorporou muitas das idéias originais do programa da OPA” (KRAMER, 2020).

A preocupação com a América Latina era tão grande que o recém eleito John F. Kennedy, mesmo antes de assumir seu posto, já começou a organizar grupos de trabalho com

o objetivo de traçar rumos para sua política interna e externa (NATIVIDADE, 2018). Já em dezembro de 1960, Kennedy contava com onze grupos de trabalho para desenvolver e traçar as políticas externas e oito para as políticas internas (NATIVIDADE, 2018). O grupo composto por Adolf Berle Jr (conhecido por suas posições liberais, com ligações estreitas com muitos líderes políticos do continente), Lincoln Gordon, Millikan e Rostow, tinham o objetivo de trabalhar nos diagnósticos sobre a América Latina (Latin American Task Force) e desenvolver os fundamentos do que se chamaria Aliança para o Progresso, “a equipe de assessores de Kennedy foi apelidada de Nova Fronteira” (NATIVIDADE, 2018, p. 178).

Schlesinger (1966), assistente especial e principal conselheiro de Kennedy em seu livro “Mil dias John F. Kennedy na Casa Branca” comenta que a escolha do nome Aliança para o Progresso aconteceu quando Richard Goodwin (o encarregado de Kennedy para América Latina) foi escrever os rascunhos para o discurso de Kennedy, que naquele momento ainda era candidato à presidência. Em setembro de 1960, Goodwin estava no Texas em campanha e buscava desenvolver uma frase que significasse para Kennedy o que o slogan da “Boa Vizinhança” significou para Roosevelt, e a palavra Alianza se destacou para ele em uma revista em espanhol (SCHLESINGER, 1966). Já a palavra progresso foi escolhida por possuir a mesma essência de significado no hemisfério (SCHLESINGER, 1966).

A consolidação das propostas da Alpro para a América Latina ocorreu por meio da Carta de Punta del Este, essa carta foi o documento que tornou público os direcionamentos do programa, essa apresentação aconteceu em uma cerimônia entre 5 e 16 de agosto de 1961, por meio de uma reunião do Conselho Interamericano Econômico e Social (CIES) da Organização dos Estados Americanos (OEA) (NATIVIDADE, 2018). Foi criado então o Comitê Interamericano para a Aliança para o Progresso (CIAP), que se expressava como órgão que fornecia direcionamentos multilaterais para Aliança em toda a América Latina, porém o CIAP não possuía autonomia para distribuir os recursos destinados a Alpro, isso era competência do Banco Interamericano para o Desenvolvimento (BID) e a United States Agency for International Development (USAID) (NATIVIDADE, 2018).

Esse documento foi assinado por países como Uruguai, Venezuela, Colômbia, Guatemala, Argentina, Bolívia, Peru, México, Equador, República Dominicana, Paraguai, Honduras, El Salvador, Panamá, Chile, Haiti, Costa Rica, Nicarágua, Estados Unidos e Brasil, Cuba participou da reunião mas não assinou a carta (NATIVIDADE, 2018). Os representantes brasileiros a assinarem a carta foram Clemente Mariani (Ministro da Fazenda), Arthur

Bernardes Filho (Ministro da Indústria e Comércio), E. P. Barbosa da Silva e Roberto Campos (NATIVIDADE, 2018). Além dos representantes que assinaram a carta, o Brasil enviou para o Uruguai um delegação da qual fazia parte Celso Furtado (Superintendente da SUDENE), Leonel Brizola que atuou como conselheiro, dentre outros (RIBEIRO, 2007).

A Aliança para o Progresso foi um programa que buscou, sobretudo, implantar o ideal do desenvolvimento pela modernização, nos países subdesenvolvidos da América, percebendo no Brasil um grande potencial para auxiliar os Estados Unidos nesse objetivo (NATIVIDADE, 2018). Ribeiro (2006), aponta que a Alpro pode ser entendida como uma síntese da política externa do governo dos EUA, contribuindo para compreender as relações políticas, sociais, econômicas e ideológicas que se processaram no Brasil na década de 1960.

Nesse sentido, é importante destacar o que se entendia por desenvolvimento e modernização naquele momento, uma vez que as reflexões sobre Terceiro Mundo e desenvolvimento foram construções que se realizaram após a Segunda Guerra mundial (ESCOBAR, 2007). Por isso, “o discurso em prol do desenvolvimento dos países mais pobres se converteu em verdade universal sendo o Terceiro Mundo comparado a uma criança que precisava ser guiada” (NATIVIDADE, 2018, p. 165). As questões de desenvolvimento e subdesenvolvimento também foram discutidas por Marini (2014) no livro *Subdesenvolvimento e Revolução*, onde o autor apresentou que a realidade do subdesenvolvimento é um elemento que sustenta o nível de desenvolvimento das economias de países centrais.

O desenvolvimento desse programa deve ser percebido como parte integrante de uma política internacional, que visava lançar uma estratégia anticrise, “com a finalidade de prevenir qualquer eventual direcionamento da política externa latino-americana que possibilitasse um afastamento da órbita norte-americana.” (SPOHR, 2016, p. 2). A Alpro começou a ser gestada enquanto ideia no universo acadêmico americano, uma década antes de ser lançada, a partir dos anos 1950, tendo Walt W. Rostow – que dez anos depois publicaria “Etapas do Desenvolvimento Econômico: um manifesto não comunista” (*The Stages of Economic Growth: A Non-Communist Manifesto*) - e Robert Millikan como seus principais idealizadores (KLUGER, 2017).

O livro de Rostow teve uma importância fundamental na implementação da teoria da modernização nos países “subdesenvolvidos” – de acordo com o padrão americano de

desenvolvimento, foi a base ideológica da Alpro (FONTANA, 1998). O livro versa sobre a teoria da modernização que acredita na existência de um padrão essencial e único de desenvolvimento, e que o mesmo é atingido por meio do progresso na tecnologia, instituições militares e burocráticas, e da estrutura política e social (GILMAN, 2018). O ápice desse modelo de desenvolvimento é o consumo em massa, dessa forma as nações se tornam desenvolvidas e modernas (ROSTOW, 1961). Essa proposta se apresentava como um modelo universal para os países subdesenvolvidos se desenvolverem, baseando-se na história da industrialização britânica para tal objetivo (FONTANA, 1998). As cinco etapas sugeridas por Rostow desdobravam-se como estágios econômicos onde as nações deveriam alcançar cada uma delas para chegar ao desenvolvimento moderno, sendo elas: sociedades tradicionais, pré-condições para o arranco, arranco, marcha para a maturidade e era do consumo em massa (ROSTOW, 1961). Dessa forma, esse livro também foi um fundamento ideológico da Aliança para o Progresso (FONTANA, 1998).

Rostow e Milikan eram economistas e PhDs da Universidade de Yale e participaram do projeto financiado pela Fundação Rockefeller e Ford e pela Central Intelligence Agency (CIA) que foi conduzida pelo Centro de Estudos Internacionais do Massachusetts Institute of Technology (MIT). Tal projeto tinha o intuito de avaliar como os EUA poderiam agir para desenvolver a democracia e a economia dos países subdesenvolvidos (KLUGER, 2017).

Além disso, outros economistas também integravam o projeto sendo eles Rosenstein-Rodan (do MIT), John Kenneth Galbraith (de Harvard), Lincoln Gordon, o historiador Arthur M. Schlesinger e o advogado Richard Goodwin que também pertenciam à Harvard (KLUGER, 2017). O grupo ficou conhecido como “Charles River” já que seus componentes trabalhavam em suas respectivas universidades às margens do Rio Charles,. Esse tal grupo buscava permitir “às nações subdesenvolvidas”, na frase de Rostow, “chegar ao arranco para o crescimento econômico autopropulsionado” (SCHLESINGER, 1966, p. 592).

Para Gilman (2018), o objetivo de Rostow com a teoria da modernização não era de fato promover uma manual de descrição sobre como desenvolver um país, ia além, tinha o intuito de avançar em uma metanarrativa que fosse simples e fácil das massas compreenderem e buscar satisfazer as elites sobre o papel moral da economia no desenvolvimento de uma nação. Essa teoria conquistou um espaço significativo nas Ciências Sociais nos Estados Unidos, tendo vários de seus pensadores ocupando altos cargos dos governos JFK e Lyndon

Johnson (RIBEIRO, 2006). Portanto, a teoria da modernização tinha o intuito a mais do que só expandir a teoria,

“mais do que uma teoria propriamente dita, a modernização difundida pelos países mais ricos do globo, devidamente revestida de um certo cunho científico, pode ser considerada uma ideologia, que transformou-se numa visão de mundo específica propagada por todo o globo no período” (NATIVIDADE, 2018, p. 166).

Naquele período o foco no desenvolvimento era tão pulsante que “as Nações Unidas deram especial atenção ao tema e criaram a Primeira Década de Desenvolvimento (1960-1970), além do Instituto de Pesquisa das Nações Unidas para o Desenvolvimento Social (UNRISD), unindo desenvolvimento econômico e social” (NATIVIDADE, 2018, p. 79 ). O modelo de desenvolvimento a ser seguido era o norte-americano, as “políticas desenvolvidas pelos países latino-americanos, no que se referia ao desenvolvimento, foram pensadas e apoiadas a partir de parâmetros estadunidenses, através, principalmente, da teoria da modernização” (NATIVIDADE , 2018, p. 80).

Um dos instrumentos para se implantar esse modelo de desenvolvimento na América Latina foi a Alpro, onde “os estrategistas do programa utilizaram a ideologia do desenvolvimento para garantir interesses econômicos nos países da América Latina” (NATIVIDADE , 2018, p. 65). As políticas norte-americanas de assistência aos países subdesenvolvidos tinham o objetivo de controlar principalmente as manifestações sociais “a Aliança para o Progresso foi um desses instrumentos junto à América Latina, buscando combater o “perigo vermelho” e assegurar a expansão de capitais” (NATIVIDADE , 2018, p. 99).

Dessa forma, tendo como fundamento o ideal de desenvolvimento da teoria da modernização, a Alpro exerceu a função de atuar contra o avanço da onda comunista tão temida pelo governo estadunidense (SILVA, 2008). O autor aponta que durante a década de 1960, os movimentos contrários ao capitalismo e a direita era uma questão que preocupava os norte-americanos em relação a América Latina, o “controle sobre o continente latino-americano, fonte de matéria-prima e de mão de obra, assim como local de escoamento de produtos de consumo, assumia importância fundamental para os estadunidenses” (SILVA, 2008, p. 27).

Por isso a Alpro deveria se tornar um instrumento de intervenção política, sempre com a preocupação de disseminar o modelo de capitalismo e de democracia dos EUA e deter as

ideias comunistas e de esquerda (SILVA, 2008). Sendo assim, a maioria dos projetos aprovados para receber investimentos da Alpro, vinham de “um estado governado por um dos conspiradores mais ativos do golpe de 1964, com claras ambições de candidatar-se à presidência da república em 1965” (NATIVIDADE, 2018, p. 201). Silva (2008, p. 227) aponta que

“a Aliança para o Progresso acabou por cumprir no Brasil uma função não prevista expressamente por seus idealizadores. Ainda assim, isso não significa dizer que sua proposta tenha sido subvertida: de propaganda anticomunista a instrumento de intervenção política, a Aliança para o Progresso sempre foi, em essência, um instrumento de intervenção nas lutas sociais da América Latina”.

No entanto, vale destacar que a preocupação estadunidense não era apenas com os avanços de ideias comunistas na América Latina, mas principalmente em manter o controle e a dominação do continente americano:

“Aliança para o Progresso foi elaborada como parte dos esforços estadunidenses de contenção às forças sociais contrárias aos interesses do governo dos Estados Unidos, quer fossem movimentos comunistas, de esquerda ou nacionalistas na América Latina. É importante destacar que não se pode atribuir o intervencionismo norte-americano – seja este de caráter político, econômico ou militar – nesta e em outras regiões do mundo, no período imediatamente posterior à Segunda Guerra Mundial, a fatores exclusivamente ligados às “exigências” do combate ao comunismo” (SILVA, 2008, p. 221).

Nesse sentido, nota-se que muitas pesquisas trabalham a questão da Alpro relacionada a política externa dos Estados Unidos no contexto da polarização gerada pela Guerra Fria, no entanto, “o que detectamos é o fato de poucos trabalhos analisarem o programa sob uma perspectiva que levasse em consideração a expansão capitalista dos Estados Unidos, bem como sua ação imperialista nesse período” (NATIVIDADE, 2018, p. 69).

A Alpro investiu largamente no Brasil, pois o país tinha prioridade na América Latina para receber a ação do programa devido a sua importância geopolítica (RIBEIRO, 2007). Dessa maneira, era preciso organizar tanto no Brasil como nos EUA como esses investimentos aconteceriam, quais seriam os agentes envolvidos nesse processo. Essa organização se deu tanto no âmbito interno de cada país como nas intermediações entre os mesmos. Buscando coordenar e aplicar seus projetos modernizadores administrados durante o governo Kennedy, os EUA criou em 1961 a USAID, que ocupou o lugar da International Cooperation Administration (ICA). A ICA atuava desde 1954 administrando projetos de ajuda

externa para que países subdesenvolvidos alcançassem o desenvolvimento econômico (MOTTA, 2014).

A USAID tinha a responsabilidade de administrar a ajuda externa que o governo dos Estados Unidos tratava com os países subdesenvolvidos, e passou a fazer parte do Departamento de Estado dos EUA (NATIVIDADE, 2018). A agência criada absorveu vários órgãos e programas que já existiam na máquina do Estado:

“A nova agência passou a congrega os vários órgãos pré-existentes da burocracia estadunidense de ajuda internacional: a Administração de Cooperação Internacional (*International Cooperation Administration* (ICA), o Fundo de Empréstimos para o Desenvolvimento, os programas Alimentos para a Paz (*Food for Peace*) e Corpos da Paz (*Peace Corps*) e o Banco de Exportação e Importação dos EUA (Eximbank). A USAID seria o braço operacional da Aliança para o Progresso.” (NATIVIDADE, 2018, p. 179-180).

No Brasil, em maio de 1962 foi criada a Comissão de Coordenação da Aliança para o Progresso (COCAP), que tinha subordinação à presidência do Conselho de Ministros, a COCAP foi criada por meio do Decreto nº 1.040 (NATIVIDADE, 2018). Um dos membros da COCAP foi Luiz Simões Lopes, fundador e presidente da Fundação Getúlio Vargas (FGV) entre 1944 a 1993 e membro do Conselho de Cooperação Técnica da Aliança para o Progresso (CONTAP), dentre outras participações em conselhos e sociedades (NATIVIDADE, 2018).

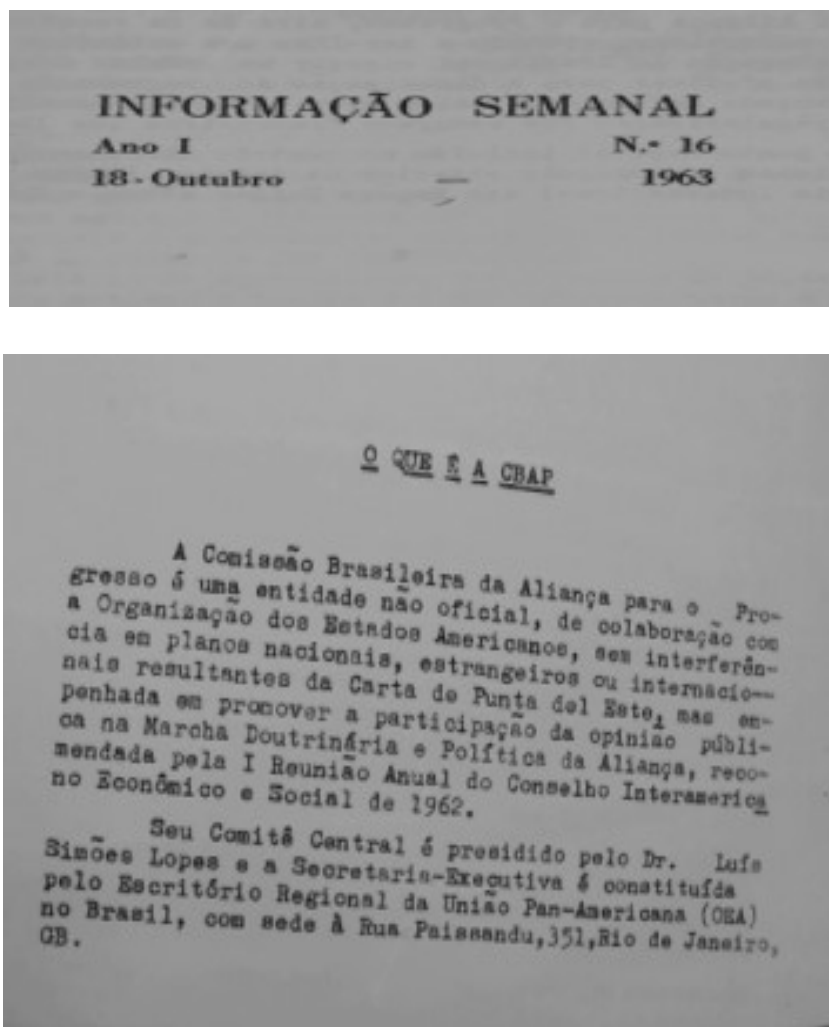
A COCAP era responsável por fazer a gestão da elaboração dos projetos submetidos ao auxílio da Alpro, visava orientar, auxiliar e direcionar os setores federais, estaduais e municipais e também entidades privadas a desenvolverem seus projetos de maneira adequada “os projetos apresentados por esses órgãos seriam recebidos e analisados pela COCAP, que também estabeleceria sua ordem de prioridade e os encaminharia aos órgãos financiadores internacionais” (NATIVIDADE, 2018, p. 194). Já a CONTAP, criada em outubro de 1965, tinha o intuito de organizar e alocar os recursos da Alpro em relação à assistência técnica (NATIVIDADE, 2018).

Além de participar da COCAP e da CONTAP, Luiz Simões Lopes era presidente do Comitê Central da Comissão Brasileira da Aliança para o Progresso (CBAP) (Figura 24), criada em 1962, era uma comissão não oficial que se vinculava a Organização dos Estados Americanos (OEA) e também ao Escritório da União Pan-Americana, e tinha a intenção de



propagar na sociedade o pensamento de que o esforço da nação era essencial para um bom desenvolvimento da Alpro no país (NATIVIDADE, 2018).

**Figura 24: Informação Semanal CBAP – O que é a CPBAP**



**Fonte: Arquivo Luís Simões Lopes, CPDOC, 1963.**

A FGV, tendo seu presidente participando de diversas comissões e comitês ligados a Alpro, conquistou em dezembro de 1964, por meio de convênio firmado com USAID, o valor de quatro bilhões e cento e quarenta e cinco milhões de cruzeiros, que seriam usados para financiar a construção dos prédios e compra de materiais para as sedes do Rio de Janeiro e de São Paulo (CAPES, n.146, 1965).

Silva (2008) aponta que por meio da USAID foi possível estabelecer a prática prevista pelo Departamento de Estado dos EUA de acordar a ajuda externa com os estados brasileiros de forma direta, e assim, privilegiar aqueles que fossem contrários aos ideais esquerdistas. O

quadro 4 elenca todos convênios assinados entre a COCAP e a USAID entre 1962 até junho de 1964, um total de 20 convênios. Dentre eles 2 são destinados à educação e maioria dos convênios eram de estados que tinham um importante papel na conspiração contra o governo de João Goulart (NATIVIDADE, 2018). Nesse sentido, os EUA “através de seus programas de ajuda aos países em desenvolvimento, buscava apoiar líderes políticos alinhados à sua política” (NATIVIDADE, 2018, p. 201).

**Quadro 4: Projetos Aprovados (com convênios assinados) entre a COCAP e a USAID de março de 1962 até junho 1964**

| Nome do projeto  | Localização     | Data entrada                                  | Descrição  | Custo total (US\$ milhões, exceto Fundo Trigo em Cr\$) |
|--|-----------------|---|--|--|
| Cia. de Carbonos Coloidais (CCC)*<br>COCAP 57.90                   | BA              | Março de 1962                                 | Instalação de fábrica de “negro de fumo” (negro de carbono)                    | 6.150  |
| Cia. de Borracha Sintética (COPERBO)<br>COCAP 57.91                | PE              | Março de 1962                                 | Aquisição de equipamento para a fábrica de borracha sintética                  | 3.400  |
| Estação Eletrotérmica Central da Guanabara (CHEVAP)<br>COCAP 55.12 | GB              | Março de 1962                                 | Construção da usina termoeletrica de Santa Cruz                                | 32.400   |
| Centrais Elétricas de Minas Gerais S.A. (CEMIG)<br>COCAP 55.06     | MG              | Março de 1962                                 | Instalação de capacidade adicional ao projeto da usina elétrica de Três Marias | 5.300  |
| Crédito e Financiamento S.A. (COPEG)<br>COCAP 56.15                | GB              | Abril de 1962                                 | Financiamento às indústrias pequenas e médias da Guanabara                     | 13.585   |
| Cia. Siderúrgica Nacional (CSN)<br>COCAP 57.17                     | RJ              | Maior de 1962                                 | Expansão da produção de aço e estanhamento eletrolítico                        | 21.000   |
| Furnas – Linhas de Transmissão<br>COCAP 55.04                      | MG, SP, RJ e GB | Agosto de 1962                                | Ampliação das linhas de transmissão (2ª etapa)                                 | 53.500   |
| Guanabara – Programa de Educação<br>COCAP 54.04                    | GB              | Setembro/1962<br>COCAP<br>Abril/1963<br>USAID | Extensão de 25 escolas com 250 salas   | **Cr\$<br>2.3000.000<br>(Fundo do Trigo)               |

|   |                     |                  |  |  |
|---|---------------------|------------------|--|--|
| Goiás – Programa de Educação<br>COCAP 54.01   | GO                  | Março de 1963    | Expansão da educação primária, secundária e técnica vocacional   | **Cr\$<br>1.3000.000<br>(Fundo do Trigo) |
| Centrais Elétricas Mato-grossenses (CEMAT)<br>COCAP 55.03   | MT                  | Março de 1963    | Ampliação e melhoria dos sistemas de produção, transmissão e distribuição de energia                         | 45.000                                   |
| Departamento Nacional de Estradas de Rodagem (DNER)<br>COCAP 54.52  | Território Nacional | Março de 1963    | Pedido de empréstimo para estudo de viabilidade  | 1.500                                    |
| ABCAR<br>COCAP 53.30  | GB                  | Setembro de 1963 | Convênio suplementar de assistência técnica às populações rurais e suas famílias em todo território nacional | **Cr\$<br>1.2000.000                     |
| Carteira de Crédito Agrícola e Industrial (CREAI) do Banco do Brasil<br>COCAP 54.01                         | Território Nacional | Outubro de 1963  | Criação de Fundo Especial de Desenvolvimento Industrial. Repasse a pequena e média indústria                 | 100.000                                  |
| Companhia Nordeste de Eletrificação de Fortaleza (CONEFOR)  | CE                  | Outubro de 1963  | Eletrificação de Fortaleza   | 2.400                                    |
| Campanha de Erradicação da Malária<br>COCAP 52.80   | Território Nacional | Dezembro de 1963 | Continuação do programa de erradicação da malária  | 6.500                                    |
| Ministério da Aeronáutica<br>COCAP 54.70  | Território Nacional | Abril de 1964    | Instalação de equipamentos elétricos e eletrônicos   | 2.700                                    |
| Fundo de Fertilizantes (para desenvolvimento da indústria brasileira de fertilizantes, etc.)<br>COCAP 53.20 | Território Nacional | Maior de 1964    | Financiamento de até US\$ 15 milhões para importação de fertilizantes de procedência norte-americana         | 15.000                                   |
| Companhia Siderúrgica Nacional (CSN)  | RJ                  | Maior de 1964    | Expansão da Usina de Volta Redonda   | 5.500                                    |
| Rodovia “Estrada da Produção” – (RS-13)<br>COCAP 54.57  | RS                  | Maior de 1964    | Conclusão da Rodovia RS-13   | 35.860                                   |

|   |                            |               |  |       |
|---|----------------------------|---------------|--|-------|
| Rodovias do Nordeste<br>(Construção)<br>COCAP 54.58 | AL, CE, MA,<br>PB, PE e RN | Junho de 1964 | Construção de sete<br>trechos, totalizando<br>403 km | 15.00 |
|---|----------------------------|---------------|--|-------|

**Fonte:** BRASIL, 1964, p. 73-77; BRASIL, 1966, anexos *apud* Natividade (2018, p. 202 – 204).

\*\* os empréstimos ou doações em cruzeiro eram efetivados por intermédio do Fundo do Trigo.

Além dos acordos com a COCAP, a USAID também realizou acordos com o MEC (Ministério da Educação e Cultura), buscando inserir a educação em seus projetos de desenvolvimento, esses acordos ficaram conhecidos como acordos MEC-USAID (NATIVIDADE, 2018). Foram alvo de muitas críticas por parte de grupos anti-imperialistas e também de piadas associando o nome de Alfredo Buzaid (que era professor de Direito da USP apoiador da ditadura e posteriormente Ministro da Justiça no regime Médici) à sigla da USAID (MOTTA, 2014). Em dos momentos de ápice do movimento estudantil em 1968, surgiu na Faculdade de Direito da USP a seguinte frase manifesta “Usaid, mas não A.Buzaid ” (MOTTA, 2014, p. 255).

Motta (2014) também aponta que desde a década de 1920 as entidades privadas dos EUA já investiam na educação brasileira, como é o caso da Faculdade de Medicina da USP, que recebia a filantropia científica da Fundação Rockefeller (MOTTA, 2014). No entanto, a peculiaridade da década de 1960 era que os acordos não estavam entre entidades privadas, não se tratava apenas de contratação de professores estrangeiros, mas sim de uma relação entre Estados. Os acordos MEC-USAID implicavam em um envolvimento oficial dos governos de ambos os países envolvidos, e principalmente a política de um país estrangeiro na educação do Brasil (MOTTA, 2014), como já se mencionou, se tratava afinal de uma política externa estadunidense (SILVA, 2008).

Dessa forma, é importante firmar a década de 1960 como um período em que os EUA passou a notar a América Latina e o Brasil como alvos de sua expansão política e capitalista, Motta (2014) afirma que no início da Guerra Fria até 1959 a América Latina não se encontrava no cerne dos holofotes americanos, os EUA estavam preocupados com outros países mais sensíveis ao ideal comunista. O autor sugere que essa falta de atenção por parte dos americanos gerou certa frustração em alguns governantes, como em Juscelino Kubitschek na década de 1950 que reclamou dos investimentos e financiamentos do Ponto IV, em sua visão o governo estadunidense despendeu pouco dinheiro para proporcionar o desenvolvimento esperado (MOTTA, 2014). A percepção acerca da América Latina só mudou

após a Revolução em Cuba e a aliança realizada entre o país e a URSS. A partir de então, os EUA passaram a desenvolver com mais intensidade sua política externa para a América Latina (MOTTA, 2014). Além disso, no início da década de 1960 o Brasil recebeu apoio e influência soviética na área da educação, o que aumentou ainda mais a preocupação dos EUA:

“É interessante referir que, no início dos anos 1960, a URSS fez gestões educacionais e culturais também, aproveitando a influência da esquerda no governo Goulart. Na mesma época, o Brasil firmou acordos para enviar estudantes brasileiros a universidades soviéticas, sobretudo para a Universidade para a Amizade dos Povos Patrice Lumumba, criada especificamente para atender os jovens do mundo subdesenvolvido. [...] Os agentes americanos, naturalmente, ficaram incomodados com as ações dos seus concorrentes principais, que pareciam dispostos a disputar o coração dos jovens brasileiros” (MOTTA, 2014, p. 265-266).

Para iniciar esse projeto intervencionista na América Latina, em 1961 se criou a Alpro “a ponta de lança dessa política – incluindo sua dimensão publicitária – foi a Aliança para o Progresso” (MOTTA, 2014, p. 260). O programa que visava fornecer ajuda financeira e técnica para o estímulo ao desenvolvimento embasado na teoria da modernização, percebeu na educação um espaço de destaque “já que nas escolas se formavam a mão de obra qualificada e os líderes necessários ao processo de desenvolvimento [...] as instituições educacionais eram locais influentes na moldagem dos valores das pessoas, aí incluídos os valores políticos”, portanto, percebidas como um local estratégico nos debates ideológicos (MOTTA, 2014, p. 260). O autor indica que dentre os programas financiados pela USAID (braço operacional da Alpro), os relacionados à educação receberam investimentos maiores do que os relacionados à segurança (MOTTA, 2014). O autor aponta que os objetivos específicos para a educação

“enfazavam a modernização das instituições e a formação de grupos de estudantes e professores simpáticos aos Estados Unidos, uma maneira de garantir boas relações contínuas entre os dois países, já que se tratava de elites culturais importantes. Para derrotar a influência cultural e ideológica da esquerda, era necessário ganhar a batalha para a formação dos valores dos estudantes, daí a importância estratégica de treinar professores nos Estados Unidos, enviar especialistas para cá, traduzir livros americanos para uso nas escolas, estabelecer convênios entre universidades dos dois países etc” (MOTTA, 2014, p. 265).

Diversas áreas da educação receberam financiamentos e investimentos por meio da USAID, desde o ensino básico até o ensino superior, na educação básica “estava o convênio entre o MEC - através da Diretoria do Ensino Secundário - e a USAID, firmado em 31 de maio de 1965”.(NATIVIDADE, 2018, p. 322). Já no ensino superior, a modernização da educação também teve seu espaço por meio da Alpro, e para isso no fim da década em 1960 o

governo americano desenvolveu o CASP (Country Analysis and Strategy Paper), que tinha o objetivo de produzir relatórios desenvolvidos pela embaixada, pelo Departamento de Estado e outras agências norte-americanas (NATIVIDADE, 2018). O CASP tinha objetivos econômicos, mas também tinha estratégias mais específicas voltadas para a educação por meio da cooperação técnica que visava:

“um sistema educacional mais moderno e mais efetivo, particularmente nos níveis superior e secundário e encorajar a formação de um conjunto de educadores e estudantes orientados pelos Estados Unidos, para influenciar o Brasil na direção dos objetivos políticos, econômicos e sociais” (MOTTA, p. 264).

Motta (2014) aponta que apesar de já existirem investimentos americanos na educação superior na década de 1950, e serem advindos do programa Ponto IV, nessa época não se pensava em investir fortemente nesse nível educacional, a preocupação estava centrada na educação básica e nos cursos técnicos,

“Eles queriam reformular a educação brasileira desde os níveis primários, para que ela não se voltasse tanto para preocupações teóricas e conteúdos clássico-humanistas, e se dirigisse mais para a solução de questões práticas. A intenção anunciada era desenvolver métodos “modernos” e melhorar a educação a fim de elevar a produtividade e o bem-estar dos brasileiros” (MOTTA, 2014, p. 270).

Natividade (2018, p. 331) aponta que depois do golpe empresarial civil militar de 1964 as atividades e os convênios da USAID no ensino superior no Brasil se aprofundaram, vários acordos foram assinados com o intuito de difundir o objetivo da Alpro, “em junho de 1965 foi firmado acordo entre o MEC – por meio de sua Diretoria do Ensino Superior – e a USAID, cuja finalidade era planejar, a curto e a longo prazo – o sistema do ensino superior”. Porém, os acordos entre MEC-USAID sempre foram criticados pelos movimentos estudantis, professores, jornalistas e parlamentares, questionava-se a falta de transparência e a ampla divulgação das informações contidas nos acordos (NATIVIDADE, 2018).

Dessa forma, em 1966 se intensificaram os protestos e manifestações estudantis que criticavam e realizavam uma denúncia acerca do domínio imperialista praticado pelos EUA na educação brasileira (NATIVIDADE, 2018). Nesse sentido, em meio a tantas manifestações, a União Nacional dos Estudantes (UNE) realizou em 1967, enquanto atuava na clandestinidade, uma jornada de protestos contra os acordos MEC-USAID, reunindo milhares de estudantes (MOTTA, 2014).

**Figura 25: Estudantes em Passeata em São Paulo contra os Acordos MEC-USAID**



**Fonte: Página do site Memorial da Democracia<sup>6</sup>**

Esse evento ganhou o olhar da grande imprensa e também a visibilidade nacional, produzindo uma grande preocupação para os governantes estadunidenses (MOTTA, 2014). Sendo assim, Tarso Dutra, chefe da pasta da educação em 1967

“publica uma compilação dos acordos firmados com a USAID, como resposta às críticas recebidas. O material é rico, posto reunir acordos com a agência internacional que, algumas vezes, não deixavam muito transparente, em outras fontes, sua relação direta com a Aliança para o Progresso. Porém não se tem clareza absoluta do universo de acordos que envolveu a ingerência da USAID na educação brasileira” (NATIVIDADE, 2018, p. 333).

Nota-se que a Alpro atuou no Brasil em diversas frentes, tanto em áreas da infraestrutura, no campo, na industrialização, na educação e tinha o intuito de disseminar o ideal de desenvolvimento moderno nos moldes capitalistas dos EUA e também atuar como detentora

---

<sup>6</sup>Disponível em: <http://memorialdademocracia.com.br/card/eua-ditam-reforma-do-ensino-no-brasil>

do ideal comunista. Dessa forma, o intuito desse projeto de tese é investigar por meio dos acordos e convênios estabelecidos com a Alpro e também dos programas dos cursos de administração, quais são os elementos/mecanismos de geopolítica do conhecimento que atuaram no de ensino em administração nos anos 1960, mobilizados a partir da Aliança para o Progresso. Uma vez que para implementar seu modelo desenvolvimento os EUA necessitavam de profissionais capacitados, treinados e alinhados com seus ideais.

#### ***4.3.1A Aliança Para o Progresso e Luís Simões Lopes***

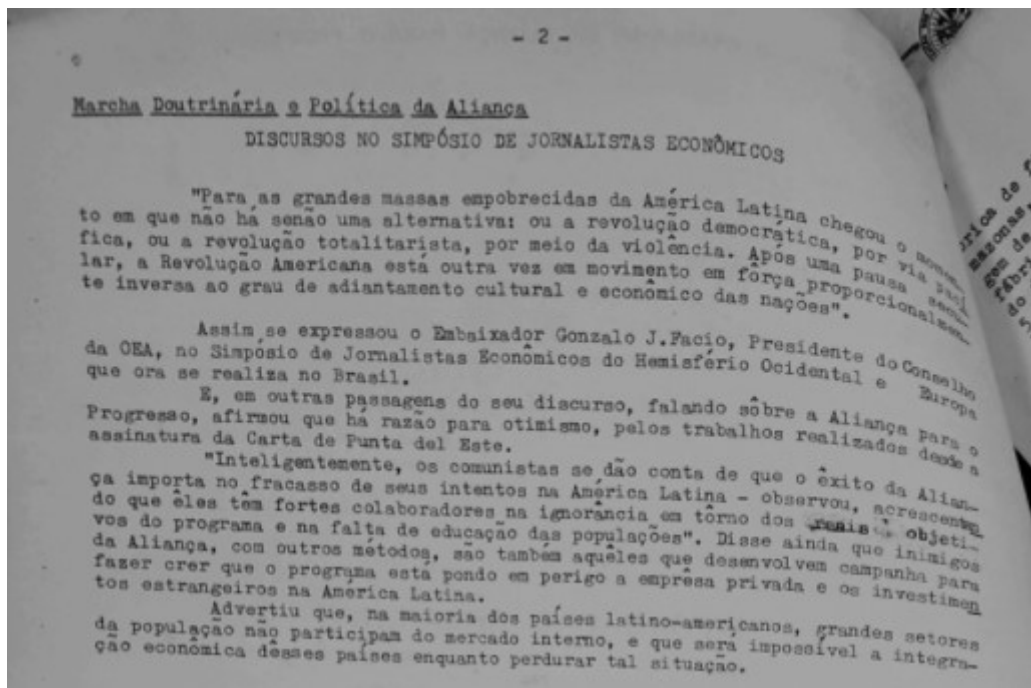
A Aliança Para o Progresso, foi uma política externa dos Estados Unidos, onde o intuito era levar o desenvolvimento para países que se mostravam subdesenvolvidos, de acordo com o modelo de capitalismo estadunidense. Nesse sentido, encontrar aderências e representantes desse ideal, era algo necessário para a implementação dos objetivos dessa política. Essa Aliança foi “fundada no princípio de que a liberdade e as instituições da democracia representativa asseguram as melhores condições para a satisfazer, entre outros, os anelos de trabalho, teto e terra, escola e saúde” (Arquivo Luís Simões Lopes, 1961, p. 2).No entanto, cerca de três anos após seu lançamento o Brasil passou por um golpe empresarial militar, que contou com a participação de diversos agentes estadunidenses (DREIFUSS, 1981; SPOHR, 2016).

Os países signatários da Aliança se comprometeram, nos próximos anos, a: aperfeiçoar e fortalecer as instituições democráticas, em aplicação do princípio de autodeterminação dos povos. Acelerar o desenvolvimento econômico e social, a fim de conseguir aumento substancial e contínuo da renda per capita, para, no menor prazo possível, aproximar o nível de vida dos países latino-americanos dos níveis dos países industrializados. Executar programas de construção de casas, na cidade e no campo, para proporcionar moradia digna aos habitantes da América. Acabar com o analfabetismo; estender no menor prazo, os benefícios da instrução elementar ou primária a todos os latinos-americanos; o ampliar, em grande escala, as oportunidades de educação secundária, técnica e superior. Dentre outros, os países signatários também se comprometiam com reforma agrária, tributária e fiscal a favor dos menos favorecidos, e estimular a atividade privada para prover o desenvolvimento (Arquivo Luís Simões Lopes, 1961,p. 2-3).



A Alpro, também tinha a preocupação em instalar o modelo de desenvolvimento dos EUA nos países da América Latina, visando doutrinar a população para o não apoio das ideias comunistas (Figura 26).

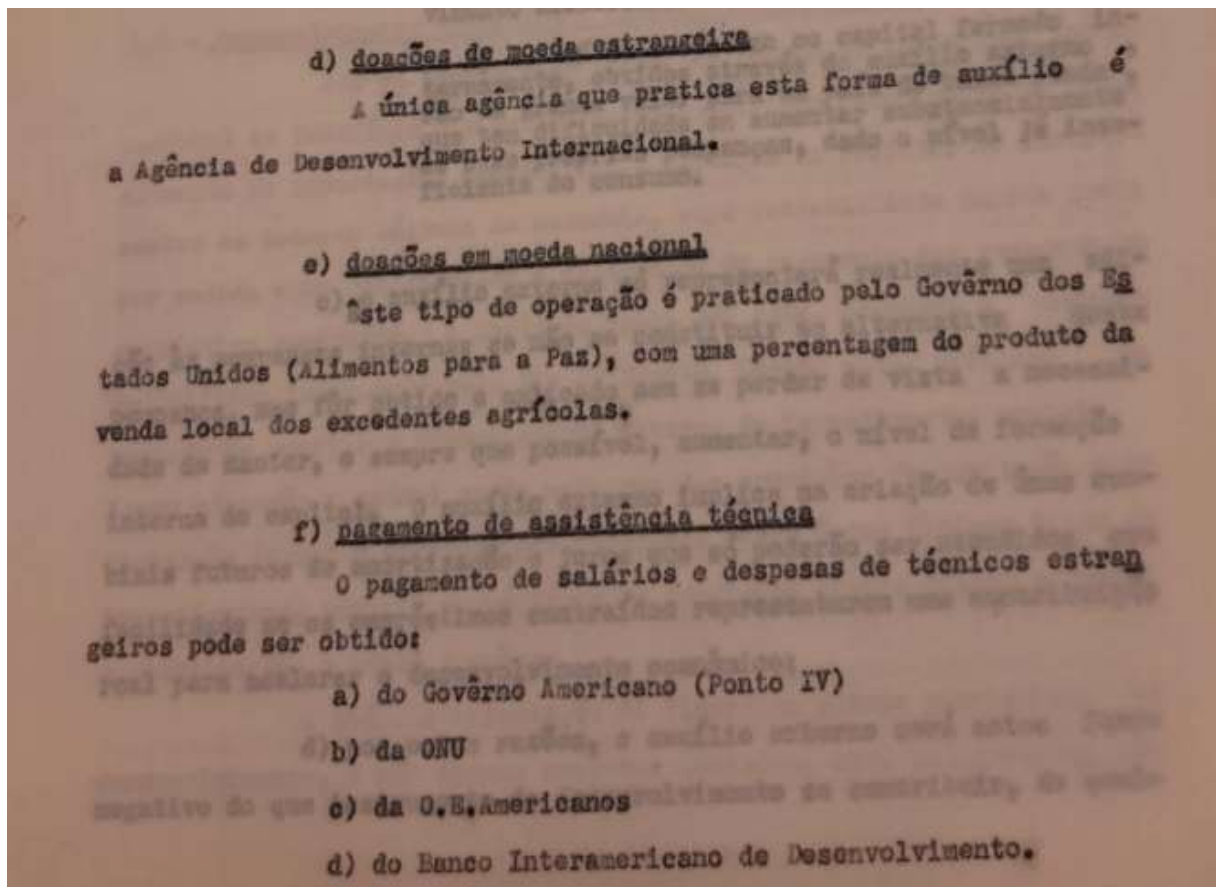
Figura 26: Marcha Doutrinária e Política da Aliança



Fonte: Biblioteca Nacional, 1963, CBAP, p. 2

Para que essa política pudesse ser colocada em prática no Brasil, existia uma estrutura de funcionamento que contava com diversas comissões e coordenações que auxiliavam no desenvolvimento dos projetos que seriam financiados, ou receberiam ajuda financeira. A Alpro contava com diversas origens de financiamento (Figura 27), dentre elas as doações de moeda estrangeira, por meio da Agência de Desenvolvimento Internacional, doações em moeda nacional e pagamento de assistência técnica, por meio do governo americano, ONU, Banco Interamericano de Desenvolvimento, dentre outros (Arquivo Luís Simões Lopes, 1961)

Figura 27: Origens do Financiamento da Alpro



Fonte: Arquivo Luís Simões Lopes, 1961.

Luís Simões Lopes participava das construções de diretrizes para analisar os projetos submetidos, buscando aprimorá-los indicando como deveriam ser construídos. Também solicitava auxílios para determinados setores e indicava, junto com os outros membros, nomes de convidados para comporem as comissões e coordenações. Esses convites eram feitos para que pessoas influentes pudessem fortalecer e apoiar a ideia de suporte para o desenvolvimento proposto pela Aliança Para o Progresso (Figura 28, p. 89). Em outubro de 1962, o Prof. Anísio Teixeira, teve seu nome inserido na lista de convidados da Comissão Brasileira da Aliança Para o Progresso (CBAP), onde Luís Simões Lopes fazia parte do comitê organizador.

Figura 28: Relação de Convidados

10/1962

RELAÇÃO DAS PESSOAS CONVIDADAS A FAZER PARTE DA  
COMISSÃO BRASILEIRA DA "ALIANÇA PARA O PROGRESSO"

*Ari Composita* {  
Prof. A. Almeida Júnior  
Sr. Afonso Sá  
Prof. Anísio Teixeira  
Dr. Antonio Salém  
Academico Austregésilo de Athayde  
Dr. Benjamin Morais  
Cel. Berilo Neves  
Prof. Carlos Flexa Ribeiro  
Dr. Celestino Basílio  
Dr. Celso Kelly  
*Dante LaManna* {  
Dr. Charles Edgard Moritz  
Srta. Dilma Cruz  
Dr. Emil Farhat  
Pe. Fernando Bastos d'Ávila  
Dr. Fernando Gasparian  
Dr. Gilson Amado  
Dr. Guilherme Borghoff  
Dr. Heitor Calmon  
Arcebispo D. Helder Câmara

Dr. Herbert Moses  
Sra. Heloisa Montenegro da Silva  
Dr. Iris Meinberg  
Dr. J. J. de Sá Freire Alvim  
Dr. João Ribeiro dos Santos  
~~Senador Juscelino Kubitschek~~  
Dr. Leocádio Antunes  
Prof. Lourenço Filho  
Dr. Luís Carlos Mancini  
Sr. Luís Severiano Ribeiro  
Jornalista Mário Filho  
Dr. Maurício Joppert  
Senador Mem de Sá  
Senador Milton Campos  
Dr. Murilo Miranda  
Deputado Nelson Omega  
Dr. Olímpio da Fonseca  
Desembargador Oscar Tenório  
Dr. Pedro Afonso Mibielli de Carvalho  
Academico Peregrino Júnior  
Escritora Rachel de Queiroz  
*Sergio* {  
Dr. Rafael Xavier  
Academico Raimundo Magalhães Júnior  
*Naiuma* {  
Dr. Rui Gomes de Almeida  
Dr. Valdiki Moura  
Dr. Valdir Rocha  
Prof. Walter Poyares

Comitê Organizador  
Prof. Pedro Calmon  
Prof. Themistocles Brandão Cavalcanti

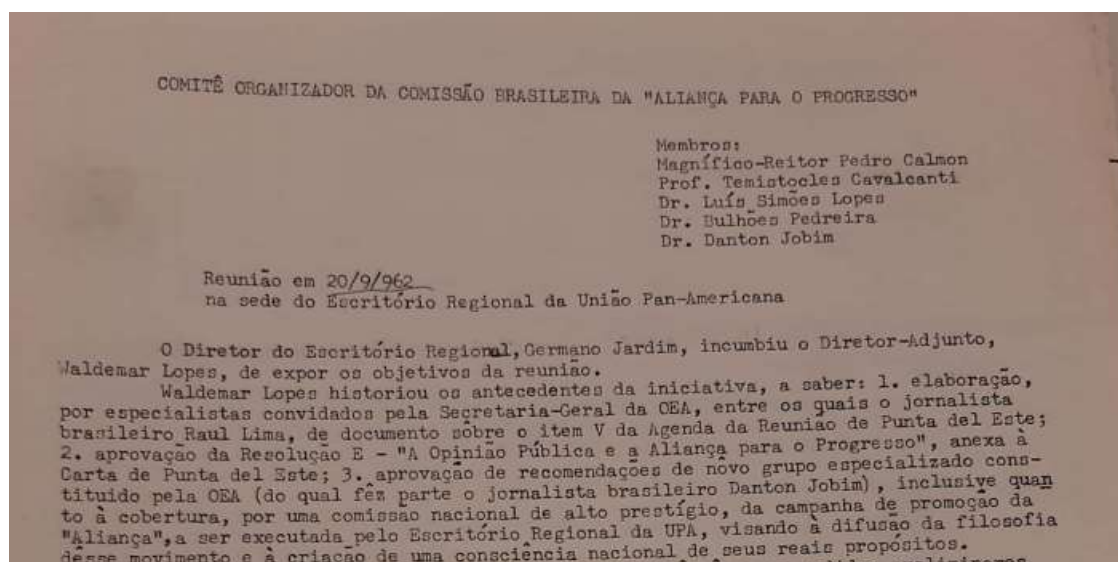
Comitê Organizador  
Prof. Pedro Calmon  
Prof. Themistocles Brandão Cavalcanti  
Dr. Luís Simões Lopes  
Dr. J. L. Bulhões Pedreira  
Dr. Danton Jobim  
Dr. Germano Jardim (Secretário-Executivo)

Endereço  
Escritório Regional da União Pan-Americana  
Rua Paissandu, 351 - Tel. 45-0714 - 45-87-40

Fonte: Arquivo Luís Simões Lopes, 1961.

Entre 1960 a 1963 Anísio foi secretário geral da Capes, além de atuar como representante do Ministério de Educação e Cultura na elaboração do Boletim Capes. Em 1962, também foi integrante do Conselho Federal de Educação, atuava como conselheiro. O Conselho Federal possui o objetivo de aprimorar e consolidar a educação no país, e foi criado por meio da LDB (Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional) de 1961. Além das preocupações com infraestrutura, questões agrícolas e industriais, também buscava atuar no campo da educação. Participava também da Comissão Brasileira para a Aliança para o Progresso, o Reitor da UFRJ – naquele momento- Prof. Pedro Calmon, que questionava a participação estudantil na comissão (Figura 29).

**Figura 29: Presença Estudantil**



preliminares.

O Magnífico-Reitor Pedro Calmon fez considerações sobre a representação estudantil.

O Dr. Danton Jobim expôs os objetivos das recomendações do Grupo de Informação de que participou em Washington, pronunciando-se no sentido de que a grande Comissão seja constituída por líderes das diversas atividades, sem que exerçam necessariamente cargos de direção dos órgãos representativos. Nessa conformidade, fez sugestões sobre a inclusão de nomes de projeção em São Paulo e sobre a representação quer de estudantes, quer de trabalhadores. Estas idéias foram aceitas, procedendo-se, em seguida, à escolha de trinta e cinco nomes que comporão a Comissão, com base no critério de representação constante da lista proposta, a qual, segundo o Comitê, serviu de excelente roteiro.

Ainda o Dr. Danton Jobim se manifestou no sentido de atribuir à Comissão uma participação maior de que a prevista, mas aceitou os argumentos de que, pelo elevado número de componentes, isso poderia criar obstáculos à atividade da Secretaria-Executiva, que, constituída pelo Escritório Regional da UPA, deve ter amplos meios de ação e autonomia de iniciativa e realização.

A respeito, o Prof. Temístocles Cavalcanti sugeriu que a grande Comissão tivesse um Comitê Executivo, composto de sete membros, o qual a representaria na tarefa de dar apoio e fazer recomendações à Secretaria-Executiva.

Por solicitação dos demais membros, o Prof. Temístocles Cavalcanti aceitou o em cargo de proceder a uma revisão do ante-projeto de Regulamento e relatá-lo em posterior reunião, quando também serão recebidas indicações para a complementação de algumas representações previstas na Comissão, como sejam: de trabalhadores, de estudantes, de líderes femininas, do movimento rotariano e do escotismo.

Essa nova reunião deve realizar-se no início da próxima semana.

Fonte: Arquivo Luís Simões Lopes, 1961.

Luís Simões Lopes, também percebia a necessidade de investimento em educação para que os projetos pudessem ser implementados de forma adequada. Nesse sentido, realizou uma Nota sobre a Carta de Punta Del Este, apontando a necessidade da Alpro contemplar também, as instituições de ensino (Figura 30).

Figura 30: Investimentos para Educação

PONTO IV [1961] L6L 1961.0816  
 Conferência de Punta del Este  
 Nota apresentada por Luiz Simões Lopes  
 apu

3. O documento básico enfatiza suficientemente o problema da assistência técnica para a organização de programas, planos e projetos a serem, eventualmente, contemplados com recursos provenientes dos fundos mobilizáveis em virtude da assinatura da Ata (?) "Aliança para o Progresso."

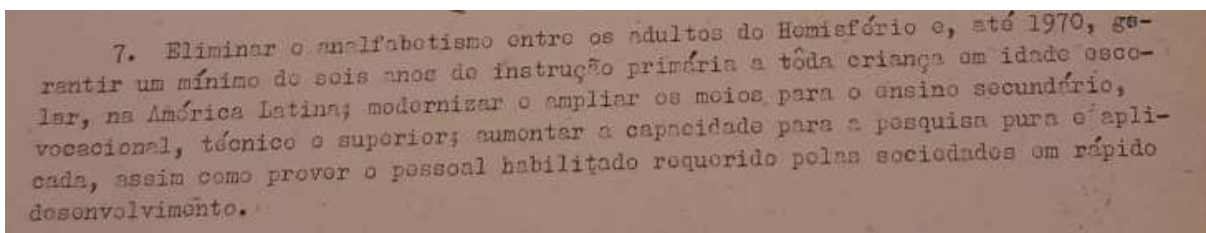
4. Ao ser posta em movimento essa maquinaria monumental para realização dos programas, planos e projetos elaborados com a ajuda da assistência técnica lá prevista, se verificará enorme necessidade de assistência técnica para sua execução.

5. De outro lado, devem prosseguir os programas de assistência técnica não necessariamente decorrentes da "Aliança para o Progresso", que poderíamos chamar de rotina, às repartições centros de ensino e serviços, neles interessados, programas esses que deveriam ser ampliados e continuar a cargo das atuais entidades fornecedoras de assistência técnica.

Fonte: Arquivo Luís Simões Lopes, 1961.

Um dos objetivos presentes na carta de Punta Del Este referente à Alpro, também se relacionava com o setor da educação, uma vez que busca eliminar o analfabetismo entre adultos e também modernizar e ampliar os meios para o ensino superior, dentre outros. A preocupação era buscar formar profissionais capacitados para o desenvolvimento dos projetos.

**Figura 31: Objetivo 7 Aliança para o Progresso**

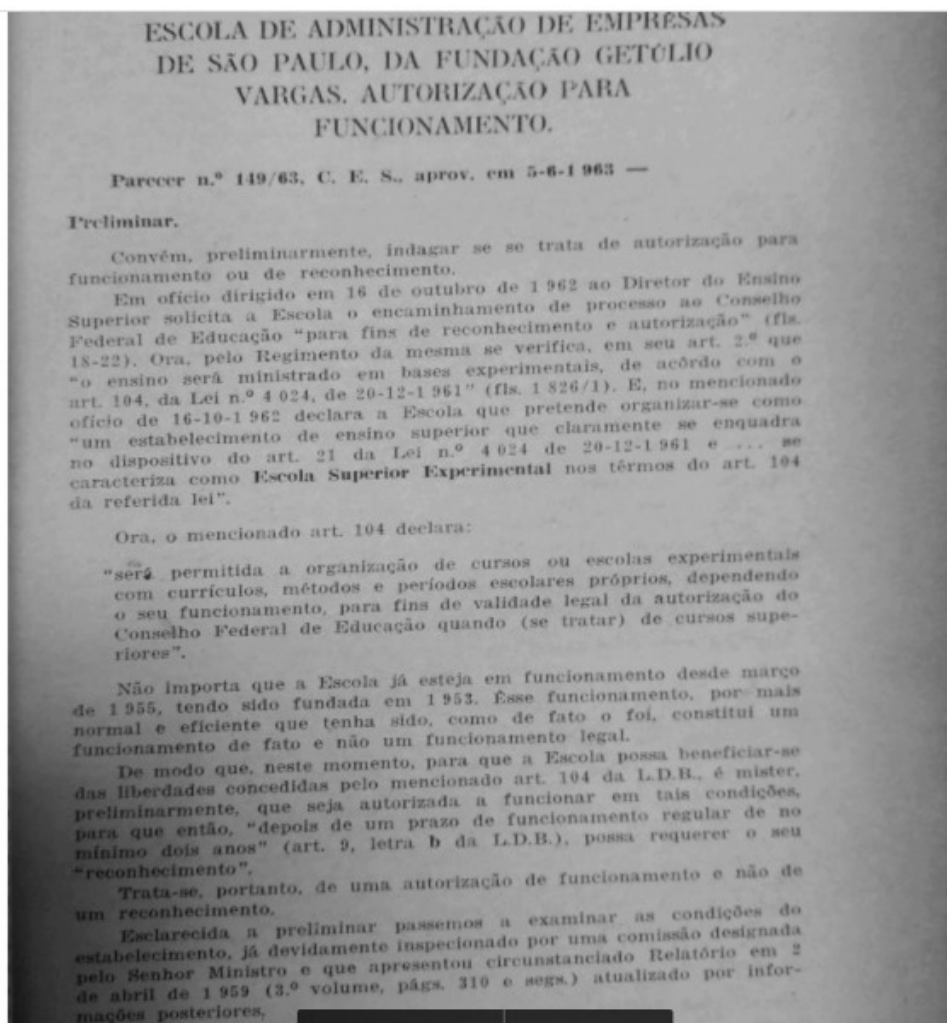


**Fonte: Arquivo Luís Simões Lopes, 1961.**

Ainda no âmbito da educação, em junho de 1963, a Escola de Administração de Empresas de São Paulo, pertencente à Fundação Getúlio Vargas, onde Luís Simões Lopes era fundador e presidente, recebeu autorização do Conselho Federal de Educação para funcionamento com os cursos de graduação, que até então não contava com um funcionamento legal, mesmo existindo desde 1953 (Figura 32). Dessa forma, após dois anos de funcionamento legal, poderia solicitar seu reconhecimento.



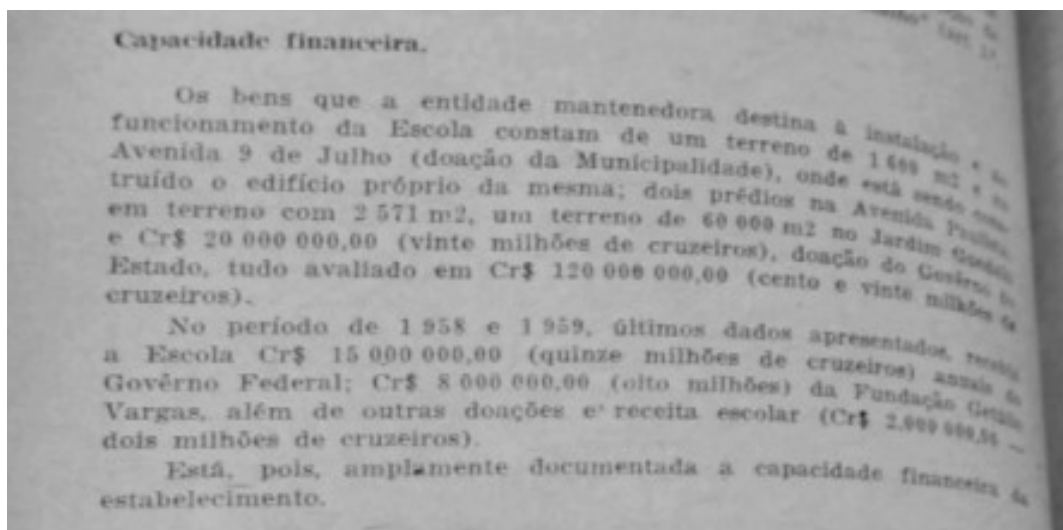
Figura 32: Autorização para funcionamento – EAESP



Fonte: CFE, Documenta 16, 1963.

Com a autorização para funcionamento, a Escola recebeu o apoio financeiro do governo brasileiro, teve o terreno do endereço da Avenida 9 de Julho doado pelo município e outras doações de receita (Figura 33).

**Figura 33: Capacidade Financeira– apoio financeiro EAESP**



**Fonte: CFE, Documenta 16, 1963.**

Além disso, a FGV também contou com a doação da Aliança Para o Progresso, em dezembro de 1964, totalizando 4,14 bilhões de cruzeiros destinados “às obras da Escola de Administração Pública e da sede da FGV no Rio de Janeiro, e à conclusão do prédio da Avenida 9 de julho em São Paulo” (CAPES, n.146, 1965, p. 15). A doação da Alproaconteceu cerca de um ano após a autorização para funcionamento da EAESP, o valor foi destinado para a obra do prédio que foi construído no terreno doado pela prefeitura. A Escola não contava apenas com incentivos estrangeiros, mas também com incentivos do governo brasileiro.

A Alpro, não era totalmente aceita no Brasil, alguns grupos não apoiavam suas iniciativas. Dessa maneira, os membros da CBAP buscavam conquistar apoios para fortalecer as ações e disseminar as ideias. Em agosto de 1961, foi preparada uma nota que relatava essa situação, propondo ações e estratégias para buscar mais apoiadores (Figura 34 e 35).



Figura 34: Busca por apoio para Alpro no Brasil

A atitude da opinião pública em face da Aliança para o Progresso apresenta, no Brasil, características semelhantes às de posições assumidas em face de outros problemas de política interna e externa.

Por motivos ideológicos, há uma corrente que simplesmente combate a Aliança negando-lhe o caráter de pacto multilateral e considerando mesmo prejudiciais as relações que ela estabeleça.

Por outro lado, as entidades e pessoas que, por suas tendências, estão em posição oposta àquela, não têm dado a contribuição, que seria de esperar, à maior difusão das informações, ao afastamento de equívocos, à melhor compreensão dos objetivos do Programa dentro de um debate construtivo.

Ocorre ainda que o argumento da deterioração dos termos de intercâmbio entre a América Latina e os países desenvolvidos é hoje o mais difundido, com a afirmação de que uma política de preços justos resolveria mais corretamente o problema de desenvolvimento desta região do que os planos vistos como de natureza assistencial.

A repercussão das críticas ao mecanismo ou aos êxitos da Aliança, às vezes mediante o isolamento de frases, mas sobretudo das notícias de reduções em verbas do governo americano, produziu um natural desgosto nos esforços dos que procuram manter a confiança pública na Carta de Punta del Este.

Embora se esteja processando amplo movimento visando às reformas estruturais recomendadas naquela Carta, não se identifica o mesmo com ela, isto é, as reformas não são apresentadas ou vistas como decorrentes do pacto, mas por impulsos internos.

Fonte: Arquivo Luís Simões Lopes, 1961.

Figura 35: Estratégias de divulgação da Alpro

Trata-se de uma divulgação esporáica e acidental, valiosa, sem dúvida, mas que não supre a sentida ausência de um documentário sistemático pelo menos das realizações dentro do Programa da Aliança para o Progresso com a cooperação externa, já que o cumprimento do que representa o esforço nacional, compreendidas as grandes decisões reformadoras de estruturas, pode ser balaneado através dos documentos oficiais adequados.

A Secretária-Executiva da Comissão Brasileira da Aliança para o Progresso tem revelado o seu empenho em tornar-se esse "pool" de informações, obtidas diretamente das fontes, de maneira que possa responder a indagações que buscam a plena objetividade dos fatos.

Publica, para conhecimento dos organismos inter-americanos, das comissões congêneres nos Estados-Membros, e, internamente, <sup>dentro</sup> a 1.500 entidades e pessoas, uma "Informação Semanal" dentro daquela orientação doutrinária e prática. <sup>para disseminação</sup>

Distribui também 2.000 exemplares, número que passa agora para 5.000 e em português, da Carta Semanal editada pela Equipe Especial de Informação, em Washington, com informações sobre a marcha da Aliança no âmbito continental.

Fonte: Arquivo Luís Simões Lopes, 1961.

Buscando disseminar o ideal e os financiamentos da Alpro, conquistando mais apoiadores, a CBAP promove em 1964, a III Jornada da Comissão Brasileira para Aliança para o Progresso em Fortaleza – Ceará (figura 36), cidade localizada no nordeste do país, essa região é percebida como problemática devido a percepção de que o território era propício para o alastramento do comunismo. Além dos sérios problemas sociais e financeiros que a população enfrentava, existiam lideranças bem articuladas, como Francisco Julião. No período de realização dessa Jornada, o país vivia um golpe empresarial militar que também tinha preocupações com essa questão no Nordeste.

Figura 36: III Jornada da Comissão Brasileira da Aliança para o Progresso

LOUIZ SIMÕES LOPES  
DIÁRIO

III JORNADA DA COMISSÃO BRASILEIRA DA ALIANÇA PARA O PROGRESSO  
Local: Fortaleza, Estado do Ceará  
Data: 10.1964

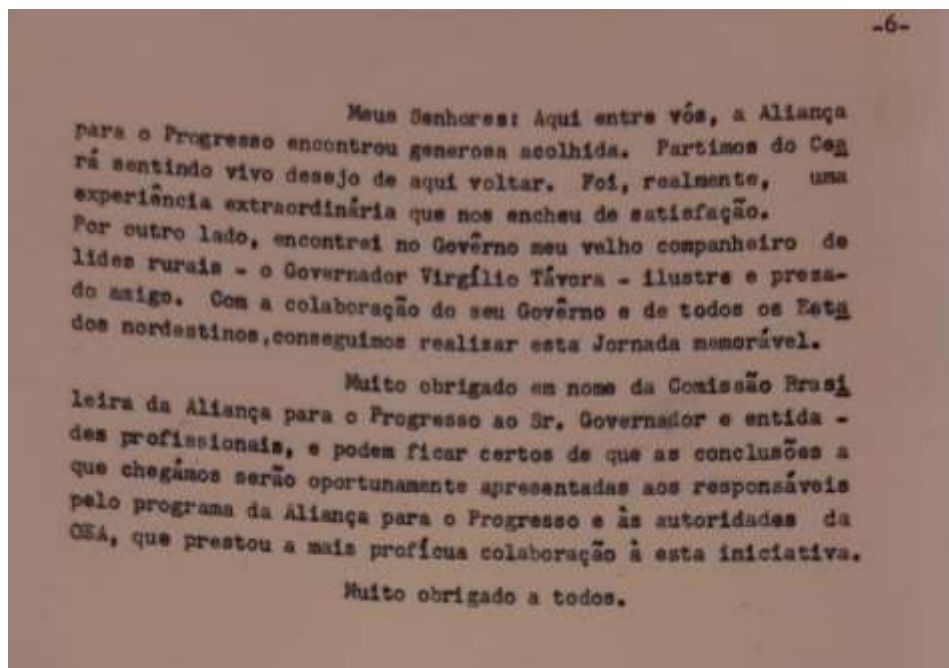
O SR. LUIZ SIMÕES LOPES - Excmo. Sr. Governador do Estado, Excmo. Sr. Dr. Germano Jardim, Excmo. Sr. Dr. Antônio Martins Filho, Magnífico Reitor da Universidade do Ceará, Excmo. Dr. Raul Barbosa, Presidente do Banco do Nordeste, demais componentes da mesa, minhas senhoras e meus senhores:

Um rápido exame das atividades desenvolvidas durante as reuniões que ora se encerram, e referidas no breve relato apresentado pelo Secretário Executivo da COMISSÃO BRASILEIRA DA ALIANÇA PARA O PROGRESSO, evidencia, mais uma vez, a importância de foros de debates como o destas Jornadas. A ninguém será lícito pôr em dúvida o alcance inestimável de sua realização e os benefícios incalculáveis que delas advirão, em termos práticos, no sentido de um melhor encaminhamento dos programas da Aliança.

O segundo ponto, a criação de uma opinião pública esclarecida, atuante, em favor dos ideais da Carta de Punta del Este, foram objeto de particular preocupação da OEA e foi sob o signo dessa entidade, que há tantos anos congrega as nações da América, que se organizou a Comissão Brasileira da Aliança para o Progresso. Naquele momento, era uma tarefa difícil e árdua, porque muitos eram os óbices que se apresentavam diante de nós. Não hesitamos em aceitar também essas funções e seus encargos, conscientes de que fugir ao apóio decidido à Carta de Punta del Este, que o Brasil ajudara a redigir e aprovara na memorável reunião, seria indesculpável ato de traição aos interesses do país e do Continente.

Dois Jornadas foram realizadas pela Comissão Brasileira, antes desta, realizada aqui no Ceará. Uma, no Estado da Guanabara e, outra, em Belo Horizonte. Mas não tenho razão para esconder que o sucesso da Jornada realizada no Ceará deixa longe o que foi possível à nossa Comissão obter na Guanabara e em Minas Gerais. É que aqui encontramos os nordestinos mobilizados, bem informados, discutindo com conhecimento de causa seus problemas e, também, por que contamos com a colaboração preciosa dos governos dos Estados do Nordeste. E agora se permite destacar a atuação do Governador do Estado do Ceará que, durante todos esses dias, não nos abandonou um só instante, deixando de lado os seus urgentes e complexos encargos de Governador do Estado para discutir aqui, frente à frente, em igualdade de condições com os seus próprios conterrâneos e com os outros participantes desta Jornada, os pontos mais candentes da realidade nordestina, de profundo interesse para todo o Brasil. É que se criou uma consciência coletiva que faz com que os brasileiros - especialmente nós do sul - consideremos os deveres indeclináveis que temos para com os nossos irmãos do Nordeste.





Fonte: Arquivo Luís Simões Lopes, 1964.

Acolher bem as ideias e auxílios da Alpro, era percebida como uma atitude patriótica, expor os problemas, os pontos fracos, compreender que a melhor saída é por meio do modelo de desenvolvimento propagada, era algo que deixava orgulhosos os membros das comissões e coordenações da Alpro. Acreditavam que somente assim iriam avançar e colocar o país no patamar do desenvolvimento.

Luís Simões Lopes foi um grande articulador da Aliança para o Progresso no Brasil, participando da CBAP, COCAP e da CONTAP. Buscava disseminar as ideias e os projetos da Alpro pelo país. Nesse período ainda atuava como presidente da Fundação Getúlio Vargas, organização que também recebeu doações da Alpro.

#### Quadro 5: Participações de Luís Simões Lopes

| <b>Luís Simões Lopes<br/>(Fundador e presidente da Fundação Getúlio Vargas entre 1944 a 1993)</b> |
|---|
| Comissão de Coordenação da Aliança para o Progresso (COCAP)                                       |
| Conselho de Cooperação Técnica da Aliança para o Progresso<br>(CONTAP)                            |
| Comitê Central da Comissão Brasileira da Aliança para o Progresso<br>(CBAP)                       |

Fonte: Elaborado pela autora

Nesse sentido, compreender seu importante papel na mediação entre a Aliança Para o Progresso e a educação é algo relevante para compreender a ação da Alpro especificamente no ensino de administração. Os cursos de administração de empresas e administração pública eram considerados importantes para a formação de profissionais qualificados que trabalhariam no desenvolvimento do país, com isso contava com a atenção estadunidense na formatação desses cursos. Os cursos de administração da FGV foram considerados um modelo para os demais, com isso o entendimento da administração perpassava aquilo que era ensinado nos cursos de formação lecionados por professores estadunidenses.

#### **4.4 A Geopolítica do conhecimento, Pensamento de Fronteira e Transmodernidade no desenvolvimento do ensino em administração**

Buscando compreender o processo de desenvolvimento do ensino de administração na década de 1960, nota-se que ocorreu uma intensificação dos projetos acordados na década 1950. Esses projetos contavam com a participação estadunidense no desenvolvimento dos cursos, organização e elaboração de currículos. Não foi possível perceber um rompimento entre os currículos praticados no início do desenvolvimento dos cursos e após a aprovação do currículo mínimo em 1966. É importante considerar que a influência estrangeira, a literatura estrangeira, assim como o modelo de desenvolvimento estrangeiro, foram a base para o desenvolvimento dos cursos. Nesse sentido, a geopolítica do conhecimento (GROSFOGUEL, 2009) se fez presente desde o início, já na formulação e estruturação desses cursos.

No entanto, é possível notar um esforço de buscar conciliar as questões locais com as teorias modernas e estrangeiras, podendo entendê-lo como uma tentativa de pensamento de fronteira (MIGNOLO e TLOSTANOVA, 2006). No relato dos cursos administração pública da Universidade da Bahia, é mencionada a preocupação com os problemas e peculiaridades da administração pública do estadual, com isso se frisa a importância de relativizar as teorias com o intuito de compreender como as mesmas poderiam auxiliar nas questões locais. No âmbito do curso de administração pública da universidade, a preocupação era formar profissionais que estivessem preparados para lidar com os problemas.

Foi possível notar algumas pequenas mudanças nos programas, com a inclusão de disciplinas em determinados períodos. Em 1964, foi incluída no período daquele ano a disciplina “problemas de chefia”, na EBAP, um tópico que chamou atenção foi o que discutia

sobre punição aos trabalhadores. Porém, na ementa da disciplina não trazia o que seria trabalhado nesse tópico. Também chamou a atenção a disciplina “Instituições Políticas II” lecionada na EAESP a partir de 1963, onde se discutia, por exemplo, a significação das ditaduras de direita e de esquerda, revolução russa, democracias populares, China comunista e a política brasileira, discutindo o desenvolvimento histórico da mesma.

Porém, não foi possível identificar por meio da análise dos arquivos referentes às ementas das disciplinas, um rompimento drástico em relação àquilo que já vinha sendo desenvolvido ao longo da criação dos cursos. Sobre as disciplinas da UFRGS não houve mudanças ao longo tempo, dentro daquilo que foi possível ter acesso, já que o arquivo não contava com a documentação completa. O quadro 6 indica os documentos que foram utilizados nessa análise. Nesse sentido, entendo que a geopolítica do conhecimento se desenvolveu desde a criação desses cursos que tiveram as suas bases em modelos estadunidenses, conforme discutido no item 4.1. No entanto, foi possível notar indícios de que um pensamento de fronteira tenha convivido com a geopolítica do conhecimento, essa discussão será explorada adiante.

**Quadro 6: Documentos referentes aos cursos**

| Ano       | Documento                    | Arquivo  | Conteúdo  |
|-----------|------------------------------|--|---|
| 1962      | Currículo EAESP 1962         | Livro FGV 70 anos                                    | Versa sobre o reconhecimento do curso   |
| 1962-1970 | Ementas Disciplinas          | Arquivo FCE (Faculdade de Ciências Econômicas) UFRGS | Conteúdo Programático das Disciplinas_ nem todas as disciplinas com os anos completos       |
| 1962-1970 | Ementas Disciplinas          | NDOC EAESP   | Conteúdo Programático das Disciplinas   |
| 1960      | Objetivos Gerais e Programas | NDOC EAESP   | Versa sobre as disciplinas (cadeiras) do segundo ano do curso superior de formação da EAESP |
| 1960-1969 | Ementas Disciplinas          | NDOC FGV-RJ  | Conteúdo Programático das Disciplinas   |

**Fonte: elaborado pela autora.**

A aliança para o progresso teve o papel de intensificar e destinar recursos financeiros para a educação. Sendo assim, compreende-se que os elementos/mecanismos de geopolítica do conhecimento que atuaram no ensino de administração nos anos 1960, mobilizados a partir da Aliança para o Progresso, se encontram na elaboração dos currículos, na organização dos cursos, no treinamento dos professores e na escolha de uma instituição modelo. No entanto, apesar da forte presença do modelo estrangeiro implementado no desenvolvimento dos

cursos, também é possível notar uma atitude de pensamento de fronteira, na medida em que se busca ter o foco no desenvolvimento local, trabalhando as teorias estrangeiras a favor disso. A Universidade da Bahia, por exemplo, no âmbito dos cursos de administração pública visava melhorar os padrões administrativos com a assistência técnica.

A preocupação era a integração entre as teorias modernas e os métodos de administração com as necessidades, peculiaridades e problemas da administração estadual da Bahia. Esse exercício de dialogar com os dois mundos formando novos conhecimentos pode ser caracterizado como um pensamento de fronteira, na medida em que não se constroem conhecimento suplementares ou complementares, mas sim se tem a preocupação em desenvolver um outro tipo conhecimento. Bertero *et al.* (2019) já haviam apontado sobre as peculiaridades da relação entre a Universidade da Bahia e a assistência técnica dos professores estadunidenses. Os autores concluíram que houve o enfretamento de vários obstáculos por parte dos professores estrangeiros, a análise da pesquisa mencionada, foi realizada por meio dos documentos produzidos nos relatórios da Missão Universitária da MSU (Michigan State University), os quais não tive acesso. No entanto, mesmo analisando documentos diferentes, existe uma convergência nos achados.

Também é possível perceber que nos cursos de administração o transitar entre os mundos (estadunidense e brasileiro) era algo que fazia parte das ementas dos cursos. Isso remete à transmodernidade (DUSSEL, 2011), que compreende a coexistência dos saberes existentes. Considero que essa preocupação em buscar solucionar as questões locais e se apropriar dos saberes estrangeiros para isso, pode ser considerada como uma resposta à subalternização pretendida. No entanto, por meio da organização das ementas dos cursos, eram apresentados aos alunos os diversos saberes, entendendo a importância de elevar o local e utilizar os conhecimentos estrangeiros de forma a auxiliar no melhoramento da realidade vivenciada.

A tese proposta é que a dinâmica da geopolítica do conhecimento gerada pela Aliança para o Progresso na década de 1960 acarretou em uma (re)organização do ensino em administração. Nesse sentido, o que foi notado foi um investimento da Alpro destinado à uma instituição que possuía cursos de administração, cujo diretor era membro de várias organizações que apoiavam as ações da Alpro. A década de 1960 foi um período de forte expansão para o ensino em questão, onde outros cursos de administração de empresas e

administração pública foram criados e/ou reconhecidos, em outras regiões além do sudeste, como nordeste e sul do país.

O que também é interessante apontar é o papel que a FGV sustentou nesse período, de ser o modelo para o desenvolvimento do campo, onde muitas outras instituições se inspiraram nos cursos da mesma para criarem seus próprios. Além disso, a FGV naquele período, recebeu investimentos da Alpro e também do governo, fazendo parte do Programa dos Quadros Técnicos e Científicos. Portanto, a FGV constrói uma certa hegemonia de conhecimento, investimentos, recursos e reconhecimento, pois lidera os conhecimentos em administração por meio do apoio técnico estadunidense, capta os investimentos e recursos governamentais, além de construir seu reconhecimento no campo. No entanto, no que diz respeito as grades curriculares é possível notar que não houve reestruturações significativas, que rompessem com aquilo que já estava sendo desenvolvido ao longo dos anos. Corroborando com Alcadipani e Bertero (2012; 2014), mesmo na EAESP que contou com a presença mais forte do modelo dos EUA desde sua fundação, o que prevaleceu foi um modelo híbrido forjado também pela forte influência das forças locais. Esse achado também coaduna com as análises da década de 1950. Após a assinatura do PBA-1, um acordo de apoio técnico dos EUA ao ensino de administração no Brasil, foi possível notar a inserção de 10 novas disciplinas que não comprometiam o desenvolvimento daquelas já existentes (BOMENY e MOTTA, 2002). Desde essa época é possível notar uma resistência do local perante ao estrangeiro, levando em consideração o contexto de desenvolvimento interno que o país vivenciava, buscando solucionar questões que demandavam o conhecimento local e específico.

É de extrema importância ressaltar que, essa análise foi realizada por meio dos arquivos que foram possíveis de coletar e também daqueles em que o acesso foi permitido. Dessa maneira, entendo que construo uma versão, dentre todas as possíveis, sobre o ensino de administração na década de 1960 e a atuação da Aliança para o Progresso nesse desenvolvimento. Essa tese não tem a pretensão de oficializar uma história, mas sim de abrir espaços para mais questionamentos sobre a história que se propôs investigar. Não compreendo o documento como um repositório da verdade, mas sim como uma escolha daquilo que se percebeu importante arquivar, dentro de um determinado período e contexto.

Nesse sentido, foi possível analisar as ementas das disciplinas, os documentos do Boletim Capes, as Documentas do Conselho Federal de Educação, dentre outros, baseada nas informações que constam nos documentos. Porém, não há como saber se de fato as ementas



eram aplicadas na prática de aula cotidiana, se as informações contidas no Boletim Capes eram de extrema relevância no período, se alguma informação importante ficou de fora das notificações do Boletim. Portanto, não é possível remontar o passado exatamente como aconteceu, pois existem diversas interpretações sobre os acontecimentos, o que realizei foi uma construção de uma história possível sobre o ensino de administração na década de 1960.

#### **4.5 O Poder da Onipresença dos arquivos da FGV sobre a construção das “narrativas da história do ensino em administração”**

É interessante perceber a importância da FGV no âmbito do contexto nacional. Os cursos de administração da FGV eram os modelos para as demais universidades brasileiras que se inspiravam em suas formatações e estruturas para desenvolverem seus próprios cursos de administração. Nesse sentido, a geopolítica do conhecimento perpassava à medida que o modelo de curso no qual as outras universidades se estruturavam, era fruto de um modelo que se baseava nas recomendações, treinamentos e literatura estrangeira.

Além disso, a pesquisa de campo provocou reflexões acerca das escolhas do arquivamento. Determinados documentos são eleitos para serem arquivados em detrimento de outros. No caso desta pesquisa, e dos arquivos públicos e privados que pude ter acesso, percebi algo relevante sobre os arquivos referentes à FGV. Ainda que não fosse o propósito das pesquisas realizadas em arquivos públicos, como a Biblioteca Nacional, por exemplo, encontrei muitos documentos referentes à FGV.

Portanto, seguindo a reflexividade de arquivos proposta na metodologia e seguida ao longo de todo o trabalho, me deparei com a onipresença dos arquivos da FGV nos registros. Existiam muito mais informes, publicações, ações, participação em programas do governo, referentes à FGV do que referente à outras instituições. Refletindo sobre essa constatação e realizando a análise nos documentos, notei que existia um membro representante da FGV, Luiz Alves de Mattos, que fazia parte do corpo editorial do boletim Capes. Esse fato pode ter influência nessa constatação, a presença de um membro representante de uma instituição pode ter contribuído para as publicações.

Dessa maneira, noto que a possibilidade de perceber a história como uma versão possível, nos traz mais reflexividade para reconhecer que os arquivos podem reproduzir as

hegemonias já presentes no contexto, deixando de fora informações que atuavam naquele momento, mas que foram suprimidas por não terem sido arquivadas. Tomar consciência de que não conseguiremos alcançar versões oficiais, é um exercício dessa tese que busca contribuir com uma versão da história do ensino em administração.

Nesse sentido, pude notar os arquivos como relações de disputas de poder, conforme apontam Cook e Schwartz (2002). Os arquivos refletem as relações de poder e não devem ser percebidos como um depósito passivo daquilo que é considerado histórico, mas sim como espaços dinâmicos onde poder é registrado e confirmado (COOK e SCHWARTZ,2002). Essa tese identificou esse poder confirmado por meio da hegemonia dos arquivos da FGV que estão arquivados em mais de um espaço e também em mais de um acervo, como é o caso do Boletim Capes e da Documento do Conselho Federal de Educação.

Dessa forma, a FGV se mostra com um importante e relevante papel na construção das narrativas da história do ensino em administração, suas documentações estão arquivadas em diversos espaços e podem ser consultadas pelos pesquisadores para que as versões da história possam ser (re)contadas.

Além disso, como já discutido, a Fundação Getúlio Vargas participou ativamente da construção dos cursos de administração pública e administração de empresas, sendo o modelo a ser reproduzido pelas demais instituições que tivessem o interesse e a responsabilidade de criar cursos de administração. Também recebeu investimentos de diversas fontes, tanto internas, por parte do governo brasileiro, como externo, por parte da Aliança para o Progresso. Esses investimentos conduziram seu potencial na área e pode ter conduzido o seu reconhecimento dentre os pares que vigora até os dias atuais. Portanto, falar de relações de poder quando estamos realizando a operação histórica (COSTA e SILVA, 2019) e reflexividade (MACLEAN *et al.*, 2016; BARROS *et al.*, 2018b) é um elemento importante e necessário para compreender a dinâmica dos arquivos.

## **5 Considerações Finais**

A Aliança para o Progresso buscou implementar o projeto político ideológico em diversos países do mundo, incluindo o Brasil. Nesse sentido, buscou investir em diversos setores, incluindo o setor da educação superior. Nota-se que o desenvolvimento e implementação dos projetos do Alpro, contou com diversos apoiadores e divulgadores do propósito. Comissões e

coordenações foram criadas para que as ações da Alpro fossem realizadas. Essas ações eram desenvolvidas por meio de projetos que passavam por avaliações, aprimoramentos e orientações. Após essa análise, os membros dessas organizações indicavam os projetos que deveriam ser contemplados com financiamento. Existiam diversas modalidades para a origem do financiamento, envolvendo doações, financiamento em moeda estrangeira e financiamento em moeda local.

No âmbito do ensino em administração, percebi que o investimento da Alpro perpassou o desenvolvimento do curso, não de forma totalmente direta, mas, de maneira indireta. A figura de Luís Simões Lopes, então presidente da FGV, era presença atuante nas comissões e coordenações, onde apoiava a importância de inserir a educação dentre os setores a serem investidos pela Alpro. A FGV recebeu doações da Alpro para construção dos prédios do Rio de Janeiro e de São Paulo, um ano antes, a Escola de Administração de Empresas de São Paulo, pertencente à FGV, recebeu a autorização para funcionamento. A Escola funciona no prédio que contou com o financiamento da Alpro para sua construção.

Portanto, sendo o objetivo da tese compreender quais são os elementos/mecanismos de geopolítica do conhecimento que atuaram no ensino de administração nos anos 1960, mobilizados a partir da Aliança para o Progresso, compreendeu-se que esses elementos/mecanismos se encontram na elaboração dos currículos, na organização dos cursos, no treinamento dos professores e na escolha de uma instituição modelo (FGV) que disseminou esse formato de ensino pelo país. Porém, mesmo sofrendo forte influência do modelo estrangeiro implementado, também notei possibilidades e tentativas de pensamento de fronteira e transmodernidade, na medida em que se buscou ter o foco no desenvolvimento local, trabalhando as teorias estrangeiras a favor disso, fazendo com que ambas realidades coexistissem no tempo e espaço.

A tese defendida é que a dinâmica da geopolítica do conhecimento gerada pela Aliança para o Progresso na década de 1960 acarretou em uma (re)organização do ensino em administração. Nesse sentido, noto que houve uma (re)organização na medida em que os investimentos da Alpro potencializaram as ações da instituição que se tornou a dominante naquele contexto, sendo eleita o modelo de curso a ser seguido. Além disso, houve uma expansão dos cursos de administração no âmbito quantitativo, o que também gerou a (re)organização naquele período.

Esta tese buscou contribuir com a área de pesquisa em administração na medida em que apresenta uma versão possível sobre a história do ensino na década de 1960. Conhecer sobre o desenvolvimento dos cursos nos permite realizar reflexões sobre o contexto atual, na medida em que ainda notamos forte presença do conhecimento estrangeiro em nossas ementas. Muitos cursos são formatados para o estudo e conhecimento de grandes corporações, porém o contexto do nosso país conta com as pequenas e médias empresas. A análise que pode surgir a partir desse estudo é se ainda hoje o contexto local é priorizado perante o conhecimento estrangeiro. A prática do pensamento de fronteira e da transmodernidade deve ser uma presença na construção, preparo e análise dos cursos de administração na atualidade.

No que tange à contribuição teórica, percebo que esse estudo buscou contribuir com o campo de pesquisa histórica em administração se apropriando dos conceitos e epistemologia decolonial para construir uma versão possível da história do ensino em administração na década de 1960. Essa contribuição visa questionar a inclusão das histórias da América Latina que não estão contempladas na “virada histórica”(CLARK e ROWLINSON, 2004). Nesse sentido, contribui para uma “virada histórica decolonial” (WANDERLEY e BARROS, 2018). Em relação à contribuição empírica, o estudo ampliou as possibilidades de narrativas sobre o ensino em administração, construindo e analisando dados que podem servir de base para futuras pesquisas. Em relação à contribuição metodológica, procurei relatar as experiências nos arquivos como uma maneira de possibilitar o conhecimento dos percursos metodológicos para realizar a coleta de dados nos arquivos tendo como embasamento a reflexividade(MACLEAN *et al.*, 2016; BARROS *et al.*, 2018b) e a operação histórica (COSTA e SILVA, 2019).

No âmbito da Alpro, gostaria de questionar o progresso prometido. Será que em todos os espaços esse progresso conseguiu se fazer presente, ou havia uma escolha daquilo que seria desenvolvido e aquilo que permaneceria subdesenvolvido? É interessante pensar que a FGV, por exemplo, segue sendo uma instituição de excelência, reconhecida na área de atuação e que desde o período estudado exerce sua hegemonia. Porém, essa não foi uma realidade para todas as ações apoiadas pela Alpro.

É interessante trazer nessas considerações finais outros indícios que podem levar a pesquisas futuras. Como é o caso dos investimentos feitos pela Alpro, na Vila Aliança e Vila Kennedy. Na ocasião, a Alpro contribuiu para a remoção das favelas de áreas nobres, que aconteceu no Estado da Guanabara, na década de 1960, e recebeu investimentos do programa

estadunidense. No período, foi divulgado um suplemento especial publicado no jornal Correio da Manhã, em 1962, cujo o título era: “Como se faz uma revolução sem sangue – Cartilha para o Progresso”, porém há muito para se questionar, pois houve resistências por parte dos moradores e a violência (com sangue) foi aplicada por meio das autoridades. Esse evento pode ser considerado como um dos lados sujos e não divulgados pelas promessas de modernização da Alpro. Os moradores foram retirados de suas casas, que ficavam em comunidades na Zona Sul do Rio de Janeiro, e foram levados para uma região a cerca de 50km de distância. Foram construídas casas para que essas pessoas pudessem morar, ainda que distantes do seu local de trabalho. No entanto, esse território, ainda hoje, se encontra com diversos problemas estruturais, econômicos, sociais e de infraestrutura, o que leva ao questionamento sobre o progresso: tivemos progresso para quem? Essa indagação pode motivar e inspirar outros pesquisadores e pesquisadoras a continuarem estudando a Aliança para o Progresso e seus alastramentos dentre os diversos setores.

## 6. Referências

- ABDALLA, Márcio Moutinho; FARIA, Alexandre. Em defesa da opção decolonial em administração/gestão. **Cadernos EBAPE. BR**, v. 15, n. 4, p. 914-929, 2017.
- ARAÚJO, F. Vila Aliança: lugar de história e luta. ANF – Agência de Notícias das Favelas. Disponível em: <http://www.anf.org.br/vila-alianca-lugar-de-historia-e-luta/>. Acesso em: 23 de Maio de 2018.
- ARQUIVO NACIONAL. Institucional. Disponível em: <https://www.gov.br/arquivonacional/pt-br/acesso-a-informacao/institucional>. Acesso em 15 de junho de 2020.
- ARQUIVO LUÍS SIMÕES LOPES, CPDOC, 1961.  
\_\_\_\_\_, CPDOC, 1963.  
\_\_\_\_\_, CPDOC, 1964.
- ALCADIPANI, R., & BERTERO, C. O. (2012). Guerra Fria e ensino do management no Brasil: O caso da FGV-EAESP. *RAE-Revista de Administração de Empresas*, 52(3), 284-299.
- ALCADIPANI, Rafael; BERTERO, Carlos Osmar. Os EUA, a exportação e a expansão do ensino de Management no Brasil nas décadas de 1950 e 1960. **Cadernos EBAPE.BR**, Rio de Janeiro, v. 16, n. 1, p. 50-63, mar. 2018.
- ALCADIPANI, R., & BERTERO, C. O. (2014). Uma escola americana no ultramar? Uma historiografia da EAESP. *RAE-Revista de Administração de Empresas*, 54(2), 154-169.
- BOMENY, Helena; MOTTA Marly (Orgs.). A ESCOLA que faz Escola: EBAPE 50 anos, depoimentos ao CPDOC. Rio de Janeiro: Ed. Fundação Getulio Vargas, 2002.
- BARRETO, O. (1999). Escola de Administração da UFBA: 40 anos de história. *Organizações & Sociedade*, 6(15), 9-14.
- BARROS, A. (2014). Uma narrativa sobre os cursos superiores em Administração da FACE/UFMG: Dos primeiros anos à sua unificação em 1968. *Cadernos EBAPE.BR*, 12(1), 7-25.
- BARROS, A.; ALCADIPANI, R.; BERTERO, C. O. A criação do curso superior em Administração na UFRGS em 1963: Uma análise histórica [Versão original]. *RAE-Revista de Administração de Empresas*, v. 58, n. 1, janeiro-fevereiro, p.3-15, 2018a.
- BARROS, A., & CARRIERI, A. (2013). Ensino superior em Administração entre os anos 1940 e 1950: Uma discussão a partir dos acordos de cooperação Brasil-Estados Unidos. *Cadernos EBAPE.BR*, 11(2), 256- 273.

- BARROS, A.; CARNEIRO, A., T.; WANDERLEY, S. Organizational archives and historical narratives: practicing reflexivity in (re)constructing the past from memories and silences. *Qualitative Research in Organizations and Management: An International Journal*. 2018b.
- BERTERO, Carlos Osmar; BARROS, Amon; ALCADIPANI, Rafael. Missionários americanos na Bahia: o bacharelado em administração da Escola de Administração da UFBA. *Cad. EBAPE.BR*, Rio de Janeiro, v. 17, n. 1, p. 144-155, Mar. 2019.
- BETFUER, Leonardo Laguna. Pernambuco e a aliança para o progresso: ajuda econômica regional no Brasil de João Goulart. 2019. Dissertação (Mestrado em História Econômica) - Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, University of São Paulo, São Paulo, 2019. doi:10.11606/D.8.2019.tde-07112019-171552.
- BIBLIOTECA NACIONAL. Apresentação. Disponível em: <https://www.bn.gov.br/sobre-bn/apresentacao>. Acesso em: 30 de junho de 2020. 2020.
- BIBLIOTECA NACIONAL. CBAP, 1963.
- BOMENY, H. A Educação no Segundo Governo Vargas. Disponível em: <https://cpdoc.fgv.br/producao/dossies/AEraVargas2/artigos/EleVoltou/Educacao>. Acesso em 10 de junho de 2020. 2020
- BORTONE, E., A. O Instituto de Pesquisas e Estudos Sociais (IPES) na construção da reforma do estado autoritário (1964-1968). *Revista Tempos Históricos*, v 18, n 1. 2014
- BLOCH, Marc. *Apologia da História ou o Ofício do Historiador*. Jorge Zahar Editor: Rio de Janeiro, 2001.
- CAPES, **Boletim CAPES**, n 79. Biblioteca Nacional. 1959.
- \_\_\_\_\_. **Boletim CAPES**, n. 91-92. Biblioteca Nacional. 1960.
- \_\_\_\_\_. **Boletim CAPES**, n 113. Biblioteca Nacional. 1962.
- \_\_\_\_\_. **Boletim CAPES**, n 114. Biblioteca Nacional. 1962.
- \_\_\_\_\_. **Boletim Capes**, n 129. Biblioteca Nacional. 1963.
- \_\_\_\_\_. **Boletim Capes**, n 142, Biblioteca Nacional. 1964.
- \_\_\_\_\_. **Boletim Capes**, n 143. Biblioteca Nacional. 1964
- \_\_\_\_\_. **Boletim Capes**, n.146. Biblioteca Nacional. 1965.
- CFE. **Documenta 16**, Biblioteca Nacional, 1963.
- \_\_\_\_\_. **Documenta 32**, Biblioteca Nacional. 1964.
- \_\_\_\_\_. **Documenta 45**, Biblioteca Nacional. 1966.

CLARK, P; ROWLINSON, M. The treatment of history in organization studies: towards an “historic turn”? *Business History*, v. 46, n. 3, p. 331-352, 2004.

COELHO, F. & NICOLINI, A. (2013). Do auge à retração: Análise de um dos estágios de construção do ensino de Administração Pública no Brasil (1966-1982). *Organizações & Sociedade*, 20(66), 403-422.

COELHO, F. de S., & NICOLINI, A. M. (2014). Revisitando as origens do ensino de graduação em Administração Pública no Brasil (1854- 1952). *RAP-Revista de Administração Pública*, 48(2), 367-388.

COOKE, B. Writing the Left out of Management Theory: The Historiography of Management of Change. *Organization*, v. 6, n. 1, p. 81-105, 1999.

COOK, T. and SCHWARTZ, J.M. (2002), “Archives, records, and power: From (postmodern) theory to (archival) performance”, *Archival Science*, Vol. 2 Nos 3-4, pp. 171-185.

COSTA, A. S. M.; BARROS, D. F.; MARTINS, P. E. M. Perspectiva histórica em administração: novos objetos, novos problemas, novas abordagens. *Revista de Administração de Empresas*, São Paulo, v. 50, n. 3, p. 288-299, jul./set. 2010.

COSTA, A. de S. M. da, & SILVA, M. A. de C. (2019). A Pesquisa Histórica em Administração: uma Proposta para Práticas de Pesquisa. *Administração: Ensino E Pesquisa*, 20(1), 90-121. <https://doi.org/10.13058/raep.2019.v20n1.1104>

CPDOC. Sobre o CPDOC. Disponível em: <https://cpdoc.fgv.br/sobre>. Acesso em 20 de março de 2020. 2020

\_\_\_\_\_. Jânio Quadros. Disponível em: [https://cpdoc.fgv.br/producao/dossies/Jango/biografias/janio\\_quadros](https://cpdoc.fgv.br/producao/dossies/Jango/biografias/janio_quadros). Acesso em: 03 de junho de 2020. 2020a

\_\_\_\_\_. João Goulart. Disponível em: [https://cpdoc.fgv.br/producao/dossies/Jango/biografias/joao\\_goulart](https://cpdoc.fgv.br/producao/dossies/Jango/biografias/joao_goulart). Acesso em: 03 de junho de 2020. 2020b.

\_\_\_\_\_. Anísio Teixeira. Disponível em: [https://cpdoc.fgv.br/producao/dossies/JK/biografias/anisio\\_teixeira](https://cpdoc.fgv.br/producao/dossies/JK/biografias/anisio_teixeira). Acesso em 03 de junho de 2020. 2020c.

CUMMINGS, S. BRIDGMAN, T. The Limits and Possibilities of History: How a Wider, Deeper, and More Engaged Understanding of Business History Can Foster Innovative Thinking. *Academy of Management Learning & Education*, 2016, Vol. 15, No. 2, 250–267.

D’ARAUJO, M.,C. Comissão Mista Brasil – Estados Unidos. Disponível em: <https://cpdoc.fgv.br/producao/dossies/AEraVargas2/artigos/EleVoltou/ComissaoMista>. Acesso em: 03 de junho de 2020. 2020.



DELGADO, L., A.,N. O Governo João Goulart e o golpe de 1964: memória, história e historiografia *Tempo*, vol. 14, núm. 28, enero-junio, 2010, pp. 125-145 Universidade Federal Fluminense Niterói, Brasil.

DUSSEL, E. Transmodernidad e interculturalidad (Interpretación desde la Filosofía de la Liberación). In: LANDER, E. (org) *La colonialidad del saber: eurocentrismo y cineciassociales. Perspectivas Latinoamericanas*. 2 ed – Buenos Aires: Fundación Centro de Integración, Comunicación, Cultura y Sociedad – CICCUS: Consejo Latinoamericano de Ciencias Sociales – CLACSO, 2011.

DREIFUSS, R., A. 1964: a conquista do Estado. Ação Política, poder e golpe de classe. Petrópolis (RJ): Vozes, 1981.

ESCOBAR, Arturo. *La invención del Tercer Mundo: Construcción y deconstrucción del desarrollo*. Venezuela: Fundación Editorial el perro y la rana. 2007.

FARIA, A. Border thinking in action: Should critical management studies get anything done? In: MALIN, V.; MURPHY, J.; SILTAOJA, M. (Orgs.). *Dialogues in Critical Management Studies*, v. 2, p. 277-308, 2013.

FISCHER, T. M. (1985). O ensino de Administração Pública no Brasil: Da tutela estrangeira à autonomia necessária. In: Reunião nacional da ANPAD, Belo Horizonte (pp. 165-170).

FISCHER, T. Administração pública como área de conhecimento e ensino: a trajetória brasileira. *Revista de Administração de Empresas*, São Paulo, v. 24, n. 4, p. 278-288, out./dez. 1984.

FONTANA, Josep. *História: análise do passado e projeto social*. Bauru, SP: EdUSC, 1998

GILMAN, N. **Modernization Theory Never Dies**. *History of Political Economy* (2018) 50 (S1): 133-151.

GOUVEA, Fernando César Ferreira. MESTRES DO AMANHÃ: O INTELLECTUAL ANÍSIO TEIXEIRA E A PÓS-GRADUAÇÃO NO BRASIL (1951-1964). *Hist. Educ.*, Santa Maria, v. 22, n. 55, p. 260-278, ago. 2018.

GREEN, James; JONES, Abigail. Reinventando a história: Lincoln Gordon e suas múltiplas versões de 1964. *Revista Brasileira de História*, São Paulo, v. 29, n. 57, p. 67-89, 2009.

KIESER, A. Why organization theory needs historical analyses? *Organization Science*, v.5, n.4, p. 608-620, 1994.

KLUGER, E. *Meritocracia de laços: gênese e reconfigurações do espaço dos economistas no Brasil – Tese (Doutorado) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo*. 2017. 855 f.

KRAMER, P. Operação Pan-Americana (OPA). Disponível em: <http://www.fgv.br/Cpdoc/Acervo/dicionarios/verbete-tematico/operacao-pan-americana-opa>.

Acesso em: 05 de junho de 2020.

LAMARÃO, S. Marcha da Família com Deus pela Liberdade. Disponível em: [https://cpdoc.fgv.br/producao/dossies/Jango/artigos/AConjunturaRadicalizacao/A\\_marcha\\_da\\_familia\\_com\\_Deus](https://cpdoc.fgv.br/producao/dossies/Jango/artigos/AConjunturaRadicalizacao/A_marcha_da_familia_com_Deus). Acesso em: 03 de junho de 2020. 2020.

LE GOFF, J. História e memória. Campinas: Unicamp, 1992.

MACHADO, M. B. O ensino de Administração Pública no Brasil. Rio de Janeiro, RJ: Editora FGV. 1966

MACLEAN, M.; HARVEY, C.; CLEGG, S.,R. Conceptualizing Historical Organization Studies. *Academy of Management Review* 2016 41:4, 609-632.

MATOS, E. A. O Programa "Aliança Para O Progresso": O Discurso Civilizador Na Imprensa E A Educação Profissional No Paraná – Brasil. In: Simposio Internacional Processo Civilizador, 11., 2008, Buenos Aires. Anais... Buenos Aires: Universidad de Buenos Aires, 2008. p. 359-367.

MENANDRO, H. Comício das Reformas. Disponível em: <http://www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-tematico/comicio-das-reformas>. Acesso em 03 de junho de 2020. 2020.

MICELI, S. (coord.). A Fundação Ford no Brasil. São Paulo: Editora Sumaré e FAPESP, 1993.

MIGNOLO, W. Colonialidade: o lado mais escuro da modernidade. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, 32(94), e329402. Epub June 22, 2017.

MIGNOLO, W. Epistemic Disobedience, Independent Thought and De-Colonial Freedom. **Theory, Culture & Society**, v. 26, n. 7-8, p. 1-23, 2009.

MIGNOLO, W. The Geopolitics of Knowledge and the Colonial Difference. In: MORAÑA, M.; DUSSEL, E. e JÁUREGUI, C.,A. (Orgs). **Coloniality at Large: Latin America and the Postcolonial Debate**. Duke University Press. 2008.

MIGNOLO, W.; TLOSTANOVA, M. Theorizing from the Borders: shifting to Geo- and Body-Politics of Knowledge. **European Journal of Social Theory**, v. 9, n. 2, p. 205-221, 2006.

MILLS, A. J.; SUDDABY, R.; FOSTER, W. M.; DUREPOS, G. Re-visiting the historic turn 10 years later: current debates in management and organizational history – an A. (Orgs). **Coloniality at Large: Latin America and the Postcolonial Debate**. Duke University Press.

2008.introduction. *Management & Organizational History*, London, v. 11, n. 2, p. 67-76, Mar. 2016.

MOTTA, F. C. P. (1983). A questão da formação do administrador. *RAE-Revista de Administração de Empresas*, 23(4), 53-55.

MOTTA, R., P., S. *As universidades e o regime militar: cultura política brasileira e modernização autoritária*. Rio de Janeiro: Zahar. Versão E-Book. 2014.

PEREIRA, H., A., de A., R. Os Estados Unidos e a Aliança para o Progresso no Brasil. *Anais do XXIV Simpósio Nacional de História*. São Leopoldo. 2007.

\_\_\_\_\_. Contendo a revolução: a Aliança para o Progresso e o treinamento militar dos EUA na América Latina. *História: Debates e Tendências*, v. 10, n. 2, jul./dez. 2010, p. 308-320. Publicado no 2º semestre. 2011.

PORTAL FGV. Núcleo de Documentação da FGV completa 40 anos como referência na arquivologia do Brasil. Disponível em: <https://portal.fgv.br/noticias/nucleo-documentacao-fgv-completa-40-anos-referencia-arquivologia-brasil> . Acesso em 03 de junho de 2020. 2020

MARINI, R. M. *Subdesenvolvimento e Revolução*. 5º. Editora: Insular, 2014.

MARTINS, G., M., M. *Prestígio Escolar: Uma Corrida De Obstáculos – Um Estudo Sobre O Colégio De Aplicação Da UFRJ*. Tese (doutorado) - Programa de Pós-Graduação em Educação da Faculdade de Educação da Universidade Estadual de Campinas. 2015. 242 f.

MILLS, A. J.; SUDDABY, R.; FOSTER, W. M.; DUREPOS, G. Re-visiting the historic turn 10 years later: current debates in management and organizational history – an introduction. *Management & Organizational History*, London, v. 11, n. 2, p. 67-76, Mar. 2016.

NATIVIDADE, M., M. *A Aliança para o Progresso no Brasil: influência estadunidense na educação e pesquisa para o campo (1961-1970)*. Tese (Doutorado) – Universidade Federal Fluminense. Instituto de História, 2018. 362 f.: il.

PROPOSED PROJECT AGREEMENT. Núcleo de Documentação Fundação Getúlio Vargas – Ndoc, 1959.

PROST, Antoine. “Os fatos e a crítica histórica”. In: *Doze lições sobre a história* – Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2012, p. 53 – 73.

ROWLINSON, M.; HASSARD, J. DECKER, S. Research strategies for organizational history: a dialogue between historical theory and organizational theory. *Academy of Management Review* 2014, Vol. 39, No. 3, 250–274.

- RIBEIRO, R., A. *A Aliança para o Progresso e as relações Brasil-EUA*. Campinas: Tese de Doutorado do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Estadual de Campinas. 2006.
- ROSTOW, Walt Whitman. *Etapas do Desenvolvimento Econômico: um manifesto não-comunista*. Rio de Janeiro: Zahar, 1961.
- SAMARA, E., M.; TUPY, I., S., S. *A leitura crítica do documento*. In: História e *Documento* e Metodologia de Pesquisa. 2 ed. Belo Horizonte: Autêntica 2010.
- SERVA, M. (1992). A importação de metodologias administrativas no Brasil – uma análise semiológica. *RAP-Revista de Administração Pública*, 26(4), 128-144.
- SCHLESINGER, A., M., J. Mil dias John F. Kennedy na Casa Branca. Rio de Janeiro: Editora Civilização Brasileira S.A. Vol 2., 1966.
- SILVA, B. Gênese do ensino de administração pública no Brasil. *Cadernos de Administração Pública*, Rio de Janeiro, n. 49, 1958.
- SPOHR, M., G. *American Way Of Business: Empresariado Brasileiro E Norte-Americano No Caminho Do Golpe Empresarial-Militar de 1964*. Tese (doutorado) – Universidade Federal do Rio de Janeiro, Instituto de História, Programa de Pós-Graduação em História Social. Rio de Janeiro, 2016. 356 f.
- STARLING, Heloísa Maria Murgel. *Os senhores das gerais*. O Novos Inconfidentes e o golpe de 1964. Petrópolis (RJ): Vozes, 1986.
- STORCK, V. Notas para a história da administração brasileira: origens e desenvolvimento. *Revista de Administração de Empresas*, São Paulo, v. 23, n. 3, p. 57-62, jul./set. 1983.
- SILVA, V., G. *A Aliança para o Progresso no Brasil: de Propaganda Anticomunista à Instrumento de Intervenção Política (1961-1964)*. Porto Alegre: Dissertação de Mestrado do Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal do Rio Grande do Sul. 2008.
- TENÓRIO, F. O drama de ser dois: um sociólogo engravatado. *Organizações & Sociedade*, 17(52), 29-46. 2010.
- ÜSDIKEN, B; KIESER, A. Introduction: history in organization studies. *Business History*, v. 46, n. 3, p. 321-330, 2004.
- VERGARA, S., C. *Métodos de Pesquisa em Administração*. São Paulo: Editora Atlas, 2012.
- VIZEU, F. Potencialidades da análise histórica nos estudos organizacionais brasileiros. *RAE- revista de administração de empresas*, v. 50, n. 1, p. 37-47, 2010.

- VIZEU, F. Idort e difusão do Management no Brasil na década de 1930 [Versão original]. RAE-Revista de Administração de Empresas, v. 58, n. 2, Março-Abril, p.163-173, 2018.
- VIZEU, F. Management no Brasil em perspectiva histórica: o projeto do IDORT nas décadas de 1930 a 1940. Tese (Doutorado em Administração) – Escola de Administração de Empresas de São Paulo, Fundação Getulio Vargas, São Paulo, 2008.
- ZALD, M. N. More fragmentation: unfinished business in linking the social sciences and the humanities. *Administrative Science Quarterly*, v. 41, p. 251-261, 1996.
- ZALD, M. N. Organization studies as a scientific and humanistic enterprise: toward a reconceptualization of the foundations of the field. *Organization Science*, v. 4, n. 4, p. 513-528, 1993.
- WANDERLEY, S.; BARROS, A.; COSTA, A. S. M.; CARRIERI, A. P. Caminhos e percursos da História em Administração: um chamado à reflexão sobre o tempo e a construção do presente. *Farol – Revista de Estudos Organizacionais e Sociedade*, Belo Horizonte, v. 3, n. 8, p. 801-820, dez. 2016.
- WEATHERBEE, T.G.; DUREPOS, G.; MILLS, A.; MILLS, J.H. Theorizing the Past: Critical engagements. *Management & Organizational History*, 7:3, 193-202. 2012.
- WANDERLEY, S., E., de P., V. Desenvolvimento(ism)o, descolonialidade e a geo-história da administração no Brasil: a atuação da CEPAL e do ISEB como instituições de ensino e pesquisa em nível de pós-graduação - Tese (doutorado) - Escola Brasileira de Administração Pública e de Empresas, Centro de Formação Acadêmica e Pesquisa. 2015. 322 f.
- WANDERLEY, S. Aliança para o Progresso, geopolítica do conhecimento e o encobrimento do outro: o caso da CEPAL no Brasil. IV Congresso Brasileiro de Estudos Organizacionais - Porto Alegre, RS, Brasil, 19 a 21 de Outubro de 2016.
- WANDERLEY, S.; CELANO, A.; OLIVEIRA, F., B. EBAP e ISEB na busca por uma administração brasileira: uma imersão nos anos 1950 para iluminar o século XXI. *Cadernos EBAPE.BR*, Rio de Janeiro, v. 16, n. 1, p. 64-80, mar. 2018.
- WANDERLEY, S.; BARROS, A.; COSTA, A. S. M.; CARRIERI, A. P. Caminhos e percursos da História em Administração: um chamado à reflexão sobre o tempo e a construção do presente. *Farol – Revista de Estudos Organizacionais e Sociedade*, Belo Horizonte, v. 3, n. 8, p. 801-820, dez. 2016.
- WANDERLEY, S.; BARROS, A. Decoloniality, geopolitics of knowledge and historic turn: towards a Latin American agenda, *Management & Organizational History*, 2018, DOI: 10.1080/17449359.2018.143155

### Apêndice 1: Dados coletados

| Ano       | Documento   | Arquivo   | Conteúdo   |
|-----------|---|---|--|
| 1965      | Parecer n 977/65  | Online_Scielo_Revista Brasileira de Educação n 30                                     | Regularização da Pós-Graduação   |
| 1962      | Currículo EAESP 1962  | Livro FGV 70 anos   | Versa sobre o reconhecimento do curso  |
| 1966      | Livreto - Alpro _Min Plan e Coord Econ _Comissão de Coord da Alpro  | Min Plan 1966 Alpro   | Versa sobre conceitos, objetivos, estrutura e realizações no Brasil OBS: o doc possui dois livreto zipados, o segundo versa sobre o Min da Agricultura |
| 1963      | Livreto - Alpro _Gab do Ministro de Estado Extraord do Plan e Coord Econ _Comissão de Coord da Alpro e Conferência Interamericana | Gabinete do Ministro de Estado Extraordinário do Planejamento e Coordenação Econômica | Versa sobre os estudos analíticos institucionais da Alpro, COCAP, USAID, CIAP, Marcha da Aliança no Brasil. Anexos com projetos assinados.             |
| 1964      |   |   |  |
| 1965      |   |   |  |
| 1962-1970 | Ementas Disciplinas   | Arquivo FCE (Faculdade de Ciências Econômicas) UFRGS                                  | Conteúdo Programático das Disciplinas_ nem todas as disciplinas com os anos completos  |
| 1962-1970 | Ementas Disciplinas   | NDOC EAESP  | Conteúdo Programático das Disciplinas  |
| 1959      | Status Report   | NDOC EAESP  | Trata-se de uma apresentação da EAESP em inglês, contando quando foi inaugurada, a grade do curso, os professores que compõem, programas, organograma  |
| 1953      | PBA-1   | NDOC EAESP  | Descreve o objetivo, problema, plano, financiamento e renovação  |

|      |  |                     |  |
|------|--|---------------------|--|
| 1953 | Business Administration Project  | NDOC EAESP          | Proposta de projeto de curso, com ementa, plano de atividades. Apresentado à Universidade de Michigan  |
| 1958 | Planejamento III CIA   | NDOC EAESP          | Consta a relação de alunos, grade curricular, professores, Boletim Informativo   |
| 1960 | Objetivos Gerais e Programas   | NDOC EAESP          | Versa sobre as disciplinas (cadeiras) do segundo ano do curso superior de formação da EAESP  |
| 1959 | Proposed Project Agreement_ Acordo sobre Projeto Proposto de Ensino em Adm Pub e de Empresas | NDOC EAESP          | Projeto de curso adm, FGV, UFBA, DASP, UFMG, UFRGS   |
| 1968 | Relatório da Comissão de Planejamento dos Cursos de Adm Pública                              | NDOC EAESP          | Versa sobre um Projeto de curso de Adm Pública para a FGV  |
| 1985 | V INDEX  | NDOC EAESP          | Edição Comemorativa do 30 aniversário, Associação dos Ex-Alunos do curso de Adm, versa sobre os formandos de cada ano, sobre os professores, sobre as propagandas da época. Dados e informações a respeito da atividade profissional de todos os ex-alunos FGV, dirigida às grandes empresas, aos ex-alunos, embaixadas, universidades, professores e órgãos governamentais. |
| 1962 | Documenta 1 _ Ministério da Educação e Cultura   | Biblioteca Nacional | Normas Provisórias de funcionamento do Conselho Federal de Educação. Duração e Currículos dos Ensinos Superiores   |

|      |   |                     |  |
|------|---|---------------------|--|
| 1962 | Documenta 2 _ Ministério da Educação e Cultura  | Biblioteca Nacional | Versa sobre modificação de currículos (razões) e autorização e reconhecimentos de cursos, entrevistas (conselheiros) (pasta Alpro e Documenta 2) |
| 1962 | Documenta 3 _ Ministério da Educação e Cultura  | Biblioteca Nacional | Versa sobre ensino comercial e ensino superior   |
| 1962 | Documenta 7 _ Ministério da Educação e Cultura  | Biblioteca Nacional | Notas sobre a Reforma Universitária  |
| 1962 | Documenta 9 _ Ministério da Educação e Cultura  | Biblioteca Nacional | Parecer sobre o Regimento das Faculdades (EBAP)  |
| 1962 | Documenta 10 _ Ministério da Educação e Cultura | Biblioteca Nacional | Expansão do ensino superior, aprovação de currículos mínimos, estatutos ( não consta adm)  |
| 1963 | Documenta 11 _ Ministério da Educação e Cultura | Biblioteca Nacional | Notas do Min da Educação Darcy Ribeiro e do Presidente do CFE  |
| 1963 | Documenta 16 _ Ministério da Educação e Cultura | Biblioteca Nacional | Autorização para funcionamento EAESP, Índice com separata para currículo mínimo  |
| 1963 | Documenta 21 _ Ministério da Educação e Cultura | Biblioteca Nacional | Reforma Universitária e LDB  |
| 1964 | Documenta 32 _ Ministério da Educação e Cultura | Biblioteca Nacional | Versa sobre o reconhecimento da Escola de Adm do Ceará   |
| 1965 | Documenta 33 _ Ministério da Educação e Cultura | Biblioteca Nacional | Versa sobre o reconhecimento do Curso de Adm Pública da Escola de Adm do Ceará   |



|      |   |                     |   |
|------|---|---------------------|---|
| 1965 | Documenta 36 _ Ministério da Educação e Cultura | Biblioteca Nacional | Versa sobre o reconhecimento e alterações no Regimento da Escola de Adm do Ceará. Requisição de Reconhecimento do curso de adm da Faculdade de Ciências Econômicas de Uberlândia  |
| 1965 | Documenta 38 _ Ministério da Educação e Cultura | Biblioteca Nacional | Repercussões da LDB. Aprovação Regimento da Escola Brasileira de Adm Pública. Convênio com USAID, Acordo MEC-USAID  |
| 1965 | Documenta 43 _ Ministério da Educação e Cultura | Biblioteca Nacional | Lei 4769 - Reconhecimento da profissão de técnico em adm  |
| 1966 | Documenta 45 _ Ministério da Educação e Cultura | Biblioteca Nacional | Submissão ao CFE do Regimento da Escola de Superior de Adm de Negócios da PUC-SP. Currículo Mínimo da Escola de Adm da Universidade Federal da Bahia - curso de adm pública e de empresas. Pedido de Reconsideração de Prof Impugnado, Escola de Adm do Ceará |
| 1954 | Boletim Capes n 15                              | Biblioteca Nacional | Missão Universitária de Adm de Negócios no Brasil   |
| 1955 | Boletim Capes n 33                              | Biblioteca Nacional | Sobre o Iseb  |
| 1955 | Boletim Capes n 35                              | Biblioteca Nacional | Inauguração dos Cursos do ISEB  |
| 1960 | Boletim Capes n 91-92                           | Biblioteca Nacional | Aperfeiçoamento de Economistas e Administradores  |
| 1961 | Boletim Capes n 98                              | Biblioteca Nacional | Reformulação do Ensino  |

|      |                         |                     |   |
|------|-------------------------|---------------------|---|
| 1961 | Boletim Capes n 100     | Biblioteca Nacional | Curso de pós-graduação UFRGS _ Adm de empresas e Adm Pública                                  |
| 1961 | Boletim Capes n 102-103 | Biblioteca Nacional | Aperfeiçoamento de Economistas e Administradores  |
| 1961 | Boletim Capes n 106     | Biblioteca Nacional | Ensino Superior de História, Doações da Fundação Ford, I Semana do Estudante de Adm           |
| 1962 | Boletim Capes n 110     | Biblioteca Nacional | Fórum da Reforma Universitária - Planejamento da UFBA ; e Aspectos Internacionais da Educação |
| 1962 | Boletim Capes n 111     | Biblioteca Nacional | Aspectos Internacionais da Educação   |
| 1962 | Boletim Capes n 112     | Biblioteca Nacional | Desafios da Educação para o Desenvolvimento ; Empossados CFE                                  |
| 1962 | Boletim Capes n 113     | Biblioteca Nacional | Reconhecimento do curso de Adm Pub EBAP, primeiro número da ERA                               |
| 1962 | Boletim Capes n 114     | Biblioteca Nacional | Declaração de Santiago e Currículo Mínimo   |
| 1962 | Boletim Capes n 115-116 | Biblioteca Nacional | Versa sobre a Capes em 1961, projetos e orçamentos  |
| 1962 | Boletim Capes n 119     | Biblioteca Nacional | Mundo Universitário - Currículo Mínimo  |
| 1962 | Boletim Capes n 120     | Biblioteca Nacional | Fundação Rockefeller  |
| 1962 | Boletim Capes n 121     | Biblioteca Nacional | Reforma MEC   |
| 1963 | Boletim Capes n 122     | Biblioteca Nacional | 1963: Ano da Educação e Cursos Superiores   |
| 1963 | Boletim Capes n 125     | Biblioteca Nacional | Curso Regular do ISEB   |

|           |  |                     |  |
|-----------|--|---------------------|--|
| 1963      | Boletim Capes n 129  | Biblioteca Nacional | II Encontro Nacional dos Universitários em Adm   |
| 1964      | Boletim Capes n 140  | Biblioteca Nacional | Nomeações CFE  |
| 1964      | Boletim Capes n 142  | Biblioteca Nacional | Escola de Adm da Universidade da Bahia , UBA   |
| 1964      | Boletim Capes n 143  | Biblioteca Nacional | Primeiro curso de pós-graduação da UBA   |
| 1960-1969 | Ementas Disciplinas  | NDOC FGV-RJ         | Conteúdo Programático das Disciplinas  |
| 1964      | Pasta Curso de Especialização  | NDOC FGV-RJ         | Conteúdo Programático da Especialização  |
| 1968      | Pasta Programa de Mestrado   | NDOC FGV-RJ         | Conteúdo Programático _ Programa do Mestrado EBAPE 1968                                  |
| 1969      | Pasta Programa de Mestrado   | NDOC FGV-RJ         | Conteúdo Programático _ Programa do Mestrado EBAPE 1969                                  |
| 1960      | Especialização Licenciatura em Adm                                     | NDOC FGV-RJ         | Programa do Curso  |
| 1964-1967 | Pasta Livro "Panorama do Planejamento Governamental Brasileiro"        | NDOC FGV-RJ         | Processo de elaboração do Livro  |
| 1963-1970 | Pasta Fundação Ford - publicação dos livros de GR                      | NDOC FGV-RJ         | Proposta de elaboração do livro, financiamento, troca de cartas,                         |
| 1967-1969 | Pasta Fundação Ford - publicação de Livro _ Fundações Teoria e Prática | NDOC FGV-RJ         | Proposta, financiamento . Livro referente às pesquisas de Clóvis Monteiro e Homero Senna |
| 1967      | Pasta Fundação Ford  | NDOC FGV-RJ         | Possíveis investimentos/financiamentos   |
| 1963      | Revista Tempo Brasileiro n   | Arquivo Nacional    | Pequeno Tratado Brasileiro   |

|                              |  |                  |   |
|------------------------------|--|------------------|---|
|                              | 3_ Março                                 |                  | da Revolução  |
| 1962                         | Revista Tempo Brasileiro n 1_ Setembro   | Arquivo Nacional | Nordeste e a Aliança para o Progresso   |
| 1965                         | Revista Civilização Brasileira n 2_ Maio | Arquivo Nacional | Primeiro Aniversário do Golpe   |
| 1965                         | Revista Civilização Brasileira n 2_ Maio | Arquivo Nacional | O Acordo sobre a garantia de investimentos privados entre o Brasil e os EUA                       |
| 1963                         | Revista Tempo Brasileiro n 4-5_ JUN-SET  | Arquivo Nacional | História e Presente   |
| 1963                         | Revista Tempo Brasileiro n 4-5_ JUN-SET  | Arquivo Nacional | A economia a e política ou Resposta a Guerreiro Ramos   |
| 1963                         | Revista Tempo Brasileiro n 4-5_ JUN-SET  | Arquivo Nacional | Dois Poemas Inéditos  |
| 1963                         | Revista Tempo Brasileiro n 4-5_ JUN-SET  | Arquivo Nacional | Condições Políticas para o planejamento econômico global do Brasil_ Texto de Jesus Soares Pereira |
| 1963                         | Revista Tempo Brasil n 3_ Março          | Arquivo Nacional | Desenvolvimento e a Aliança para o Progresso  |
| 1963                         | Livreto IPES                             | Arquivo Nacional | O Presidencialismo que nos convém   |
| 1966                         | Livreto IPES                             | Arquivo Nacional | Problemas de Energia e Produção Mineral   |
| 1963                         | Livreto IPES                             | Arquivo Nacional | Reforma Constitucional  |
| 1963                         | Livreto IPES                             | Arquivo Nacional | A Inflação  |
| Não foi possível identificar | Livreto IPES                             | Arquivo Nacional | A crise da Previdência Social   |
| Não foi possível identificar | Livreto IPES                             | Arquivo Nacional | Reforma Tributária  |

|      |   |                     |  |
|------|---|---------------------|--|
| r    |   |                     |  |
| 1963 | Livreto IPES                                    | Arquivo Nacional    | Democratização do Capital  |
| 1964 | Livreto IPES                                    | Arquivo Nacional    | O árduo caminho da Reforma Agrária   |
| 1965 | Livreto IPES                                    | Arquivo Nacional    | Estratégia e Tática Comunistas para a América Latina   |
| 1964 | Livreto IPES                                    | Arquivo Nacional    | Como Lidar com Comunistas  |
| 1965 | Livreto IPES                                    | Arquivo Nacional    | Reforma Universitária  |
| 1963 | Comissão Brasileira da Aliança para o Progresso | Biblioteca Nacional | Marcha Doutrinária, Agricultura, Alimentos, Industrialização, Educação, Saúde, Habitação, CBAP |
| 1964 | Aliança para o Progresso no Brasil              | Biblioteca Nacional | Agricultura, Alimentos, Industrialização, Educação, Comunicação                                |
| 1964 | Jurisprudência                                  | Biblioteca Nacional | Ensino Superior  |
| 1968 | Súmula CFE                                      | Biblioteca Nacional | Planejamento da Educação sob a ótica do desenvolvimento econômico e social                     |
| 1959 | Boletim Capes n 75                              | Biblioteca Nacional | O destino das Universidades<br>Prefácio  |
| 1959 | Boletim Capes n 76                              | Biblioteca Nacional | Ciências Sociais: Um programa para 1959  |
| 1959 | Boletim Capes n 79                              | Biblioteca Nacional | Sobre administração  |
| 1964 | Boletim Capes n 145                             | Biblioteca Nacional | Projetos Capes/Fundação Ford   |
| 1965 | Boletim Capes n 146                             | Biblioteca Nacional | Composição Capes   |
| 1961 | Dossiê para Alpro - Simões Lopes                | CPDOC               | Comissão Brasileira da Aliança para o Progresso  |

|      |                                     |       |  |
|------|-------------------------------------|-------|--|
| 1961 | Dossiê para Alpro II - Simões Lopes | CPDOC | Projeto para Aliança para o Progresso  |
| 1963 | Alpro -Arquivo Simões Lopes         | CPDOC | Palestra proferida por SM, em almoço do Rotary Club no RJ, no Automóvel Club do Brasil |
| 1964 | Alpro -Arquivo Simões Lopes         | CPDOC | III Jornada da Comissão Brasileira da Alpro  |
| 1964 | Arquivo - Juracy Magalhães          | CPDOC | Correspondências sobre Alpro   |

**Fonte: Elaborado pela autora**